

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
RELAÇÕES DE PODER E CULTURA

DISSERTAÇÃO

**Escrita combativa e radicalidade anarquista: estudo
sobre o livro inacabado de Mikhail Bakunin**

Lucas Cabral Suhett
2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
RELAÇÕES DE PODER E CULTURA**

**ESCRITA COMBATIVA E RADICALIDADE ANARQUISTA:
ESTUDO SOBRE O LIVRO INACABADO DE MIKHAIL BAKUNIN**

LUCAS CABRAL SUHETT

Sob a Orientação da Professora
Maria da Glória de Oliveira
e Co-orientação do Professor
Alexander Martins Vianna

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de **Mestre em História**, no
Curso de Pós-Graduação em
História, Área de Concentração
em Relações de Poder e Cultura

Seropédica, RJ
Julho de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S944e Suhett, Lucas Cabral, 1990-
Escrita combativa e radicalidade anarquista:
estudo sobre o livro inacabado de Mikhail Bakunin /
Lucas Cabral Suhett. - 2017.
105 f.

Orientadora: Maria da Glória de Oliveira.
Coorientador: Alexander Martins Vianna.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
História, 2017.

1. Mikhail Bakunin (1814-1876). 2. Poética
histórica. 3. História social da cultura. 4. História
das idéias. 5. História do socialismo. I. Oliveira,
Maria da Glória de, 1961-, orient. II. Vianna,
Alexander Martins, 1974-, coorient. III Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em História. IV. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO

Escrita combativa e radicalidade anarquista: estudo sobre o livro Inacabado de Mikhail Bakunin

LUCAS CABRAL SUHETT

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/08/2017

Banca Examinadora:


Professor Doutor **ALEXANDER VIANNA MARTINS**
Orientador e presidente da banca


Professor Doutor **ANDREY CORDEIRO FERREIRA (CPDA-UFRRJ)**


Professor Doutor **ROGÉRIO CUNHA DE CASTRO (UERJ)**

Dedico esta dissertação muito especialmente à minha querida avó Lourdes, mas também à tia Dirce, ao tio Gilberto, ao tio César, ao professor Ricardo, e às tantas pessoas queridas que nos deixaram enquanto eu me ocupava deste trabalho.

Agradecimentos

Agradeço, principalmente, a minha família, cujo amor, carinho e apoio constantes, tão importantes ao longo de toda a vida, foram fundamentais durante o mestrado. Agradeço especialmente aos meus pais, Cláudia T. Cabral da Silva e Eduardo Ribeiro Suhett, aos meus queridos irmãos, Carolina Cabral Suhett e Guilherme Cabral Suhett, e aos meus avós Eunice Ribeiro Suhett e Jandyr Suhett.

Agradeço à CAPES pela fundamental concessão da bolsa de mestrado que viabilizou esta pesquisa.

Agradeço aos professores Andrey Cordeiro Ferreira e Rogério Cunha de Castro por sua disposição a participar da banca de defesa deste trabalho. Mas agradeço também pela generosidade e solidariedade ao longo desses anos de mestrado, pela pronta disposição em ler a primeira versão de meu projeto de pesquisa em 2015 e pelos diálogos que se seguiram, que foram tão fundamentais para o amadurecimento da pesquisa e para sua concretização nesta dissertação.

Agradeço a professora Maria da Glória de Oliveira por seu trabalho de orientação ao longo desses dois anos e meio de mestrado e por nossas sempre instigantes conversas sobre a pesquisa e sobre teoria da história em geral. Agradeço também ao professor Alexander Martins Vianna, que foi meu co-orientador e uma figura fundamental nesse percurso desde a escrita do pré-projeto em 2014, e, na verdade, desde os tempos da graduação, sempre oferecendo sua generosidade praticamente inesgotável a mim e a todos os alunos que o procuram. Agradeço aos dois, ainda, pela ajuda com os reveses e adversidades que apareceram nesse percurso e por suas inestimáveis contribuições para a minha formação.

Agradeço a todo o corpo docente do PPHR-UFRRJ, especialmente o professor João Márcio Mendes Pereira que participou desse percurso de muitas maneiras e contribuiu muito para o amadurecimento da pesquisa, bem como para meu amadurecimento como historiador.

Agradeço, enfim, aos grandes Carolina Paulse, Otávio Augusto, Camila dos Anjos, Diego Sousa e João Guilherme Lisbôa, cujo companheirismo me é tão caro, e cuja amizade e carinho foi tão importante nesse percurso, como o foram o de outras tantas pessoas queridas como a Flora Rodrigues, o Diego Figueiredo, a Camila Cristina, o Gabriel Cândido, o Allan Werner e a Juliana Oliveira.

ESCRITA COMBATIVA E RADICALIDADE ANARQUISTA: ESTUDO SOBRE O LIVRO INACABADO DE MIKHAIL BAKUNIN

Resumo: Este trabalho realiza uma análise poético-histórica de *O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social*, livro inacabado do anarquista russo Mikhail Bakunin e escrito entre novembro de 1870 e abril de 1871, em meio ao movimento comunalista que eclodiu na França durante a sua guerra com o império prussiano. O objetivo do trabalho foi investigar a função da escrita na prática militante de Bakunin no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876) a partir das particularidades empíricas dos textos, de modo a tencionar o campo historiográfico sobre o anarquismo e o olhar normativo tão comum sobre o *corpus* documental bakuniniano. A investigação sobre o livro e as flutuações textuais-contextuais que lhe são características demonstrou que a orientação axiológica do discurso autoral bakuniniano, ativada pelo recurso a forma livro, buscava fundar um lugar de autoridade para um *saber teórico emancipatório* – com todas as implicações libertárias dessa palavra para o anarquista. Desse modo, a dissertação busca demonstrar como o anarquista usa a forma livro como estratégia para autorizar e sustentar um programa emancipatório no seio da AIT.

Palavras-chave: Mikhail Bakunin (1814-1876); poética histórica; história social da cultura.

Abstract: This work realizes a poetico-historical analysis of *L'Empire Knouto-Germanique et la Révolution Sociale*, the unfinished book of the russian anarchist Mikhail Bakunin written between november-1870 and april-1871, in the middle of the communalist movement wich took place in France during it's war with the Prussian Empire. The goal of the work is to investigate the function of the written practice in Bakunin's militant practice in the International Workingmen's Association (1864-1876) analyzing the empirical particularities of his texts, so that we may cause stress in the historiographical field on anarchism and it's usual normative perspective over the bakuninian documental *corpus*. The investigation of the book and it's distinctive textual-contextual variations demonstrated that the axiological orientantion of Bakunin's authoral discourse, activated by the textual form of the book, intended to establish a place of authority to an *emancipatory theoretical knowledge* - with all the libertarian implications of this notions for the anarchist. Thereby this dissertation tries to demonstrate how the anarchist employs the textual form of the book as a strategy to authorize and sustain an emancipatory program in the IWA.

Keywords: Mikhail Bakunin (1814-1876); historical poetics; social history of culture.

SUMÁRIO

Introdução	p. 10
Capítulo 1 – O anarquista como autor	p. 20
1.1. Autoridade teórica e posição anarquista	p. 21
1.2. Poética da escrita anarquista	p. 35
Capítulo 2 – Alienação e liberdade: a revolução social em Mikhail Bakunin	p. 52
2.1. Alienação e dominação: a estrutura teológica da autoridade	p. 53
2.2. A teologia política burguesa: crítica da “metafísica doutrinária”	p. 62
2.3. “Nós, materialistas e socialistas revolucionários”	p. 67
Capítulo 3 – A antipolítica do socialismo revolucionário	p. 75
3.1. Forma livro e a instituição da vida-obra	p. 75
3.2. A potência antipolítica das massas e a política da Internacional	p. 81
Conclusão	p. 98
Bibliografia	p.103

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa que, inicialmente, buscava investigar a função da escrita na militância de Mikhail Alexandrovich Bakunin (1814-1876) analisando os escritos que compõem “*L’Empire Knouto-Germanique et la Revolution Sociale*” [*O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social*]¹, livro inacabado e escrito entre novembro de 1870 e abril de 1871 em meio ao movimento comunalista que eclodiu na França durante a sua guerra com o império prussiano. Contudo, as próprias particularidades da obra nos levaram a reformular nossas hipóteses iniciais e a refinar o aporte teórico-metodológico de sua verificação.

L’Empire condensa as principais características da atividade teórica e prática de Bakunin em sua fase anarquista (1865-1876): escrito no calor dos acontecimentos, a obra ressalta, tanto em seu conteúdo como em seu aspecto formal inacabado, a dimensão necessariamente circunstancial-pragmática dos textos do anarquista russo. Com efeito, o

¹ Visando a concisão, nos referiremos ao livro apenas como *L’Empire*. Este livro, embora composto por uma vastidão de manuscritos, teve apenas uma primeira parte publicada durante a vida de Bakunin em abril de 1871. Após sua morte em 1876, os manuscritos se dispersaram pela Europa e/ou foram publicados de forma fragmentária e com muitas intervenções editoriais. Ao longo do século XX, um grande esforço foi dispensado por militantes e estudiosos do anarquismo para reunir o livro e publicá-lo integralmente. A primeira vez que todo (ou a maior parte do) livro foi reunido se deu no projeto editorial iniciado por Max Nettlau, e continuado por James Guillaume, de publicação das *Oeuvres* [Obras] de Bakunin. A maior parte de seus seis tomos foi dedicada a *L’Empire*, cujos fragmentos são encontrados pelos tomos 1 a 5. Muito do corpus bakuniniano foi reunido por Nettlau, o filólogo austríaco que se tornou o primeiro historiador do anarquismo e o iniciador dos estudos bakuninianos. Durante a Segunda Guerra Mundial, seu acervo foi transferido para o que veio a se tornar o Instituto de História Social de Amsterdã (IISG, na sigla holandesa), aonde se encontra até hoje. Lá o historiador Arthur Lehning e sua equipe editaram, durante toda a década de 1970, os *Archives Bakounine* [Arquivos Bakunin], um projeto de publicação das obras completas do revolucionário em edições críticas. O último tomo deste projeto reuniu, pela primeira vez, a totalidade dos textos que formam *L’Empire* em um único volume. Nosso estudo baseia-se, sobretudo, nos tomos VII e VIII das *Oeuvres Complètes* [Obras Completas], uma reedição francesa dos *Archives Bakounines* publicada simultaneamente, nas quais foram reunidos, respectivamente, os escritos do período da guerra franco-prussiana e *L’Empire*. Ver: BAKOUNINE, Michel. *Oeuvres*, 6 vols. (NETTLAU, M.; GUILLAUME, J. ed.). Paris: P.V. Stock, 1895-1913; *Idem*. “*La guerre franco-allemande et la révolution sociale en France (1870-1871)*”. In: *Oeuvres complètes*, volume VII (textes établis, introduits et annotés par Arthur Lehning). Paris: Champs Libre, 1977; *Idem*. “*L’Empire Knouto-Germanique et la Révolution Sociale (1870-1871)*”. In: *Oeuvres complètes*, volume VIII (textes établis, introduits et annotés par Arthur Lehning). Paris: Champs Libre, 1982. Foi apenas no ano 2000 que a totalidade da obra bakuniniana foi publicada em conjunto, em um CD-ROM lançado pelo IISG (ao qual não tivemos acesso). Recentemente, *L’Empire* também foi traduzido e publicado pela primeira vez no Brasil, numa versão baseada nas edições citadas acima. Ver: BAKUNIN, Mikhail. *De baixo para cima e da periferia ao centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin* (trad. e org. por A. C. Ferreira e T. B. de Souza Toniatti). Niterói: Editora Alternativa, 2014. Assim, foi apenas no final do século XX que todos os escritos de Bakunin se tornaram disponíveis aos pesquisadores. Nossa pesquisa só se tornou possível devido a estes trabalhos editoriais históricos. Esclarecemos que todas as traduções são nossas (salvo menção expressa). Mas nós consultamos e cotejamos as traduções brasileiras dos textos disponíveis: além da edição brasileira de *L’Empire* citada acima, devemos mencionar a tradução do *Prêambulo à segunda parte* [“*Preamble pour la seconde livraison*”] por Plínio Augusto Coelho: BAKUNIN, Mikhail. “A Comuna de Paris e a noção de Estado”. In: *Idem*. *O princípio do Estado e outros ensaios* (trad. P. A. Coelho; intro. E. Colombo). São Paulo: Hedra (col. Estudos Libertários), 2008, p. 113-138.

corpus bakuniniano tem um caráter notadamente fragmentário e rico de referências contextuais que impregnam sua escrita. Nossa hipótese inicial era que os vestígios deixados pelo inacabamento do livro constituem pistas ou indícios das flutuações contextuais que marcaram o processo de escrita. Por isso, analisar as flutuações textuais-contextuais dos escritos constitutivos de *L'Empire* permitiria compreender as prerrogativas da escrita na prática militante do anarquista russo.

Com isso, poderíamos tencionar o campo historiográfico sobre o anarquismo e questionar a tendência comum de abordar as especificidades dos textos bakuninianos desde uma perspectiva normativa – como “falha formal”. O historiador George Woodcock, por exemplo, afirma que Bakunin “fracassou onde a maioria dos grandes anarquistas foi bem-sucedida – como escritor”². Houve uma atitude muito comum de reduzir o pensamento político do anarquista a tais julgamentos de “falha formal”. Alguns comentadores, como Isaiah Berlin³, exageram a sua suposta incoerência teórica a partir da “incoerência” formal dos textos. Outros, como Paul McLaughlin⁴, pelo contrário, tratam o aspecto fragmentário-inacabado dos textos bakuninianos como um problema a ser contornado com trabalho de seleção e edição – ele pressupõe a existência de uma unidade e uma coerência de pensamento “por trás” (independentemente) da dimensão pragmática dos escritos que caberia ao pesquisador reconstruir.

A premissa da qual partimos diz respeito ao caráter pragmático e social da linguagem (escrita) e, portanto, a relação entre o sentido da palavra escrita, a forma do texto e a que/quem se destina⁵. Ao ponderar o leitor tácito⁶ ou horizonte de recepção que orienta as escolhas de escrita, nos encontramos em condições de identificar as coordenadas contextuais ou situacionais⁷ que o próprio texto estabelece para sua gestualização. Isto é revelador da orientação axiológica do discurso⁸ – os valores sociais

² WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas*, vol. 1. Porto Alegre: L&PM, 2007. p. 163

³ BERLIN, Isaiah. Herzen e Bakunin sobre a liberdade individual. In: *Os pensadores russos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p. 96-123

⁴ MCLAUGHLIN, Paul. *Mikhail Bakunin: the philosophical basis of his anarchism*. New York: Algora, 2002.

⁵ Sobre a *poética sociológica*, ver: BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valentin. N. A palavra na vida e na poesia. Introdução ao problema da poética sociológica. In: *Idem. Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, p. 147-181

⁶ Sobre a *hipótese do leitor*, ver: JAUSS, Hans. L’histoire de la littérature: um défi à la théorie littéraire. In: *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard, 1978. p. 23-88

⁷ Sobre a noção de “situação comunicativa”, ver: GUMBRECHT, Hans. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 15.

⁸ Sobre a relação axiológica entre autor-leitor-objeto construída pela *forma* textual, ver: BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 2014, p. 59.

pressupostos encarnados na forma textual e mobilizados pela modulação discursiva para instaurar a específica relação autor-leitor-objeto – ou seja, as intenções de efeito do texto.

Contudo, a análise efetiva de *L'Empire* gradualmente nos conduziu para além do questionamento original sobre o estatuto da escrita na militância de Bakunin, porque se tornou claro que a própria forma livro é invocada como estratégia discursiva interessada, cujo objetivo era estabelecer os critérios de um *saber social emancipatório*. Nesse sentido, nossa investigação foi deslocada para a questão do *estatuto ético e epistemológico da teoria* para o anarquista russo, cuja elaboração é atribuída como prerrogativa à forma livro. Portanto, a hipótese que discutimos nesse trabalho é que Bakunin mobiliza a forma livro e a função-autor em *O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social* para fundar um lugar de autoridade para um saber anarquista, mobilizado para sustentar e divulgar seu programa libertário no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1878).

Não faremos uma descrição da materialidade das fontes ou uma reconstrução da trajetória escritural-editorial de *L'Empire* nessa introdução porque isto é realizado exaustivamente no primeiro capítulo. Desse modo, faremos um balanço crítico da historiografia para localizar e justificar a nossa proposta, e, em seguida, expor o plano de capítulos realizado na dissertação para a verificação de nossa hipótese.

A produção historiográfica sobre Mikhail Bakunin no século XX é bastante restrita geograficamente – especialmente fora da França e dos países de língua inglesa. A partir do ensaio bibliográfico de Arthur Lehning⁹ nota-se que a produção sobre Bakunin anterior à Segunda Guerra Mundial esteve praticamente restrita aos editores e divulgadores de suas obras – com destaque para Max Nettlau e James Guillaume¹⁰. Por outro lado, o autor chama atenção para o quanto esta situação estava mudando na segunda metade do século, havendo uma abundância de estudos na década de 1970 e uma tendência a crescer.

O trabalho de Lehning é o mais completo sobre a produção europeia de Bakunin (e é totalmente indispensável sobre a historiografia russa e do leste europeu), mas carece

⁹ LEHNING, Arthur. Michel Bakounine et les historiens. Un aperçu chronologique. In: CATTEAU, J. (Org.). *Bakounine, combats et débats*. Paris: Institut d'Études Slaves, 1979, p. 17-44.

¹⁰ James Guillaume (1844-1916) foi um socialista francês da A.I.T., amigo próximo de Bakunin e o editor de suas obras publicadas durante a guerra franco-prussiana. O filólogo austríaco Max Nettlau (1865-1944) é considerado o primeiro historiador do anarquismo e foi o primeiro biógrafo de Bakunin. Ambos organizaram os principais acervos de arquivos sobre o anarquista, que estão atualmente no Instituto de História Social de Amsterdã e na Biblioteca Nacional francesa. Ver: *Idem*, p. 19-22.

de informações sobre a produção norte-americana e brasileira. Em seu ensaio bibliográfico, Jon Bokken¹¹ ressalta a carência de bibliografia sobre Bakunin no meio anglófono até a década de 1970, com a única exceção da biografia escrita por E. H. Carr em 1937¹². O levantamento feito por Paul McLaughlin é mais completo, mas nos leva a conclusões similares¹³. No mundo lusófono, tanto no Brasil quanto em Portugal, a produção sobre o revolucionário russo está restrita a segunda metade do século XX. Felipe Corrêa¹⁴, em seu ensaio bibliográfico, destaca apenas cinco obras em português e duas no prelo até 2010, das quais apenas uma foi escrita no Brasil¹⁵. Apesar desta carência de estudos, o Brasil é um dos países com maior número de publicações de obras do anarquista¹⁶.

A maior parte dos estudos sobre Bakunin é de natureza político-(anti)partidária¹⁷. Gaetano Manfredonia¹⁸ critica o quanto a oposição política entre “marxistas” e “anarquistas” se tornou uma tópica de contrariedade assumida, muitas vezes

¹¹ BOKKEN, J. Bakunin and the historians. *Libertarian Labor Review*, n. 13, p. 30-32, 1992.

¹² CARR, Edward H. *Michael Bakunin*. London/New York: Macmillan, 1937.

¹³ Até a década de 1950, há apenas oito títulos especificamente sobre Bakunin para o público anglófono, oito títulos para o público francófono, nove títulos para o público alemão, cinco títulos para o público russo, e mais cinco títulos em diversas outras línguas, como o italiano e o espanhol. Incluem-se estudos acadêmicos e biografias, mas também artigos, ensaios, traduções de obras estrangeiras, introduções e notas de edições críticas de obras publicadas. Cf. MCLAUGHLIN... *op. cit.* p. 256-266.

¹⁴ CORRÊA, Felipe. A Bibliografia de Mikhail Bakunin. In: *ANARKISMO.NET*, 2010, on-line: <http://www.anarkismo.net/article/16810> [acesso em: 10 de maio de 2014, às 01:31].

¹⁵ NORTE, Sérgio. *Bakunin: sangue, suor e barricadas*. São Paulo: Papyrus, 1988. Além dos trabalhos citados por Corrêa, destacamos: PIOZZI, Patrícia. *Os arquitetos da ordem anárquica: De Rousseau a Proudhon e Bakunin*. São Paulo: Editora UNESP, 2006; FERREIRA, Andrey. Trabalho e ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea. *Em Debate*, v. 04, p. 1-23, 2010; CORRÊA, Felipe. A lógica do Estado em Mikhail Bakunin. ITHA, 2014, on-line: <http://ithanarquista.wordpress.com/2014/05/23/felipe-correa-a-logica-do-estado-em-bakunin/> [acesso em: 31 de maio de 2014, às 02:17].

¹⁶ Isto se deve, primeiramente, ao trabalho do tradutor e editor Plínio Augusto Coêlho, fundador das editoras Novos Tempos e Imaginário na década de 1980. Para um balanço completo dos textos de Bakunin traduzidos para o português até 2010, ver CORRÊA, Felipe. A Bibliografia de Mikhail Bakunin *op. cit.* Ver também: FERREIRA, Andrey; TONIATTI, T. B. de Souza. O estado dos estudos e das publicações sobre anarquismo no Brasil hoje. In: BAKUNIN, M. *De baixo para cima e da periferia ao centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin* (trad. e org. por A. C. Ferreira e T. B. de Souza Toniatti). Niterói: Editora Alternativa, 2014, p. 7-20.

¹⁷ Lehning chama atenção, por exemplo, para o quanto a historiografia soviética da década de 1920 tematizou Bakunin sob a ótica das heranças históricas e antecedentes do Partido Bolchevique, ao passo que os historiadores e teóricos social-democratas da Alemanha buscaram combater o “bolchevismo” representando-o como um retorno ao “bakuninismo”. Ver LEHNING, Arthur. *op. cit.*, p. 23-27.

¹⁸ MANFREDONIA, Gaetano. En parlant du débat Marx, Proudhon, Bakounine. *Contretemps*, n. 6, p. 88-100, 2003.

acriticamente, pela historiografia¹⁹. Além disso, Jon Bokken²⁰ faz referência à prática do *Bakunin-bashing*, o “escorraçamento” do anarquista para a legitimação de abordagens psicologizantes, nas quais seus textos não são realmente analisados, mas usados para sustentar conclusões pressupostas e preconceitos. De acordo com Robert Cutler²¹, tais estudos psicobiográficos reduzem as ideias e ações do anarquista ao seu suposto perfil psicológico, descartando-os como intelectualmente irrelevantes ou como expressão de uma forma de *autoritarismo terrorista*. Segundo o autor, a principal falha desse tipo de abordagem é não demonstrar a relação entre (a formação psicológica do) indivíduo e a sociedade. Em todo caso, desde meados do século XX, podemos observar o desenvolvimento de um debate historiográfico preocupado em situar Bakunin nos cânones do pensamento político e filosófico ocidentais.

Na América do Norte, dois trabalhos nos revelam o tom do debate: o livro de Eugene Pyziur²² e o artigo de Isaiah Berlin²³, ambos de 1955. Indo contra uma tendência predominante na época, Pyziur afirma que Bakunin merece o reconhecimento do seu estatuto de pensador político, pois, por trás das inconsistências teóricas e formais de seus escritos, haveria uma verdadeira “doutrina do anarquismo”. Pyziur não pondera as especificidades dos escritos bakuninianos como indícios pragmáticos de historicidade e intenção de efeito, mas, pressupondo a independência entre forma e conteúdo, o autor supõe uma “doutrina” coerente e independente dos próprios textos a ser encontrada.

Podemos observar uma postura normativa semelhante, mas com uma orientação oposta, na tradição da história das ideias de Isaiah Berlin. O autor propõe avaliar as contribuições intelectuais de Alexander Herzen e de Bakunin em seu tempo através da comparação descritiva de seus textos e posturas em vida. O seu artigo é um notável exemplo liberal de *Bakunin-bashing*: ao invés de propor uma análise detida dos textos, o autor faz longas citações e paráfrases injustificadas de escritos muito diferentes, para

¹⁹ Geralmente, pressupõe-se uma oposição estrita entre as duas ideologias, sustentada meramente pela reprodução acrítica das acusações recíprocas entre Marx e Bakunin. Para uma análise que problematize o conflito entre os dois atores históricos e a cisão interna da AIT, ver: ANGAUT, Jean.-Christophe. Le conflit Marx-Bakounine dans l'Internationale: une confrontation des pratiques politiques. *Actuel Marx*, vol. 41, n.1, p. 112-129, 2007; *Idem*. Marx, Bakounine et la guerre franco-allemande. *Sens public*, p. 1-20, 2005. On-line: <http://www.sens-public.org/spip.php?article131> [acesso em 23 de novembro de 2013, às 02:35].

²⁰ BOKKEN... *op. cit.*

²¹ CUTLER, Robert. Bakunin and the psychobiographers: the anarchist as Mythical and Historical Object. *Klio*, p. 1-18, 1990. Versão on-line em <http://www.robertcutler.org/bakunin/ar09klio.htm> [acessado em 02 de maio de 2014, às 20:07].

²² PYZIUR... *op. cit.*

²³ O artigo foi publicado em 1955 e foi incluído na coletânea *Russian thinkers*, organizada por Henry Hardy e Aileen Kelly, e publicada em 1977. Referimo-nos à edição brasileira BERLIN... *op. cit.*

concluir que Bakunin, à evidência das inconsistências formais de seus textos e de suas falhas de caráter, “não é um pensador sério”²⁴. O anarquista, embora disposto, “como Robespierre, a atravessar mares de sangue” pela humanidade, é reduzido a “um elo na tradição do terrorismo cínico”²⁵.

Segundo Robert Cutler, o artigo de Isaiah Berlin serviu (junto da biografia escrita por E. H. Carr) como ponto de partida para a tradição dos trabalhos psicologizantes, denominados por ele como “psicobiografia” e exemplarmente ilustrados pelo trabalho de Aileen Kelly. Esta autora teria proposto uma análise sócio-psicológica do “milenarismo” tomando Bakunin como exemplo arquetípico. Contudo, para Cutler ela não demonstra convincentemente a ligação entre a formação de seu perfil psicológico e o ambiente sociocultural europeu oitocentista. Ela apenas reduz o pensamento político do anarquista às suas premissas psicologizantes não fundamentadas satisfatoriamente²⁶ para concluir que Bakunin legou apenas uma tradição de terrorismo niilista responsável pelas ditaduras fascista e/ou stalinista.

Desde a década de 1980, os principais estudos contrapor-se-iam à tradição de Berlin e Kelly. Destaca-se a inovadora tese de Martine Del Giudice²⁷, que, pesquisando durante um ano nos arquivos da URSS, pôde lançar um novo olhar sobre a juventude de Bakunin e o seu papel nos círculos intelectuais moscovitas na década de 1830. Demonstrando a continuidade entre suas preocupações filosóficas em seus períodos em Moscou (1835-40) e em Berlim (1840-42), Del Giudice questionou as abordagens centradas na “estranheza” de sua virada para o ativismo revolucionário na década de 1840²⁸. Este estudo fundamentaria uma nova tendência na historiografia de investigar o estatuto de Bakunin como intelectual a partir de sua trajetória, articulando o pensamento

²⁴ A avaliação de Berlin é a seguinte: Herzen seria um pensador muito “original” por sua reflexão profunda sobre a sacralidade da liberdade individual; por sua vez, Bakunin não seria “um pensador sério”, pois não possui realmente uma filosofia, mas apenas “uma postura e um temperamento forte”. Os textos do anarquista não revelariam “nenhuma ideia coerente”, mas apenas “um incontrolável desejo de sensações fortes”. *Idem*, p. 121.

²⁵ *Idem*, p. 123.

²⁶ Segundo Kelly, o anarquista é responsável “pelas implicações despóticas de um culto da espontaneidade e integridade pessoal através do qual personalidades introvertidas, divididas e insatisfeitas buscam (conscientemente ou não) utilizar movimentos de massa como veículos para a realização de suas aspirações frustradas”. KELLY *apud* CUTLER, Robert... *op.cit.*, p. 13.

²⁷ DEL GIUDICE, M. *The young Bakunin and Left Hegelianism: origins of russian radicalism and theory of praxis, 1841-1842* (tese de doutorado). Montreal, McGill University, 1981.

²⁸ Sobre o que Del Giudice chama de “*volte-face theory*” ver: *Idem*, p.. vii-xii. Destacamos, exemplarmente, George Woodcock, o qual afirma que, em Moscou, “seu hegelianismo permaneceu ortodoxo e autoritário” e que ele “manteve-se surpreendentemente leal ao regime czarista”. É sua “indiferença às ideias radicais durante o tempo em que viveu em Moscou que dá à mudança de atitude de Bakunin, depois que deixou a Rússia em 1840, as características de uma conversão emocionante”. Cf. WOODCOCK... *op. cit.*, p. 165-166.

socialista e anarquista da sua fase adulta às suas aspirações durante a juventude na década de 1830.

Paul McLaughlin²⁹ retomaria a perspectiva de del Giudice em seu livro, que atualmente é o principal estudo sobre Bakunin no meio anglófono. Este autor faz uma revisão da historiografia de fala inglesa sobre o anarquista e declara guerra à tradição de Berlin e Kelly. O seu objetivo é legitimar o estatuto do anarquista como um filósofo. Por isso, McLaughlin propõe um estudo não especificamente sobre o anarquismo de Bakunin, mas sobre as bases filosóficas que o teriam fundamentado³⁰. Jean-Christophe Angaut criticou McLaughlin por não problematizar a própria atitude de Bakunin frente ao campo da filosofia de sua época³¹, mas podemos estender essa crítica à forma de tratamento dos textos: de modo semelhante à Pyziur, McLaughlin pressupôs uma “filosofia” coerente no *corpus* bakuniniano sem levar em conta em sua análise a sua dimensão pragmática e as especificidades material-formais dos escritos. Assim, embora critique Pyziur por tentar “reconstruir” o pensamento do anarquista “*por ele*”³², McLaughlin também adota uma postura normativa sobre os textos ao pressupor a independência entre forma e conteúdo.

As contribuições mais recentes ao debate são os trabalhos do filósofo francês Jean-Christophe Angaut³³. Ele tem o mérito, em primeiro lugar, por aproximar as historiografias francesa e norte-americana: busca refutar Berlin e Kelly, e pretende contribuir para a discussão sobre o lugar do anarquista na história do pensamento político europeu, a partir da abordagem da “biografia intelectual” proposta por Martine Del Giudice e Paul McLaughlin. Assim, defende que todas as atividades teórica e prática de Bakunin se basearam em uma reflexão desenvolvida ao longo de sua vida a respeito da realização da liberdade na história, a qual Angaut analisa seguindo cronologicamente o seu itinerário pessoal e político até a maturidade³⁴. O principal *insight* de seu trabalho é ter lançado luz sobre as atitudes do anarquista russo sobre o estatuto da filosofia ao longo da vida: Bakunin abandona o campo da filosofia (considerando-a puramente especulativa)

²⁹ MCLAUGHLIN... *op.cit.*

³⁰ Segundo o autor, as duas bases da filosofia de Bakunin são a *dialética negativa* desenvolvida na juventude (o fundamento de sua definição de revolução) e a *ontologia naturalista-materialista* da sua fase adulta (o fundamento do “antiteologismo” e de sua crítica da religião). *Idem*, p. 14-15.

³¹ ANGAUT, J.-C. Le statut de la philosophie chez le dernier Bakounine. In: ANGAUT, J.-C. *et alii* (org.). *Philosophie de l'anarchie: théories libertaires, pratiques quotidiennes et ontologie*. Lyon: Atelier de Création Libertaire, 2012. p. 191-207

³² MCLAUGHLIN... *op.cit.*, p. 12-13 e p. 18, nota 24.

³³ ANGAUT, Jean-Christophe. *Liberté et histoire chez Michel Bakounine* (tese de doutorado), 2 vols. Université Nancy 2, 2005.

³⁴ Sobre a trajetória de Bakunin, ver: LEIER, M. *Bakunin: the creative passion*. Leiden: E.J. Brill, 2002.

em favor do engajamento revolucionário na década de 1840³⁵, mas volta a produzir textos filosóficos vinte anos depois, em sua fase anarquista (1865-1876).

Angaut demonstra como a reflexão desenvolvida nesta fase possui um notável grau de coerência teórica, e analisa o seu amadurecimento seguindo as correlações temáticas dos textos e sua evolução cronológica. Contudo, o autor acentua que este retorno à filosofia na fase adulta não é um abandono de seu repúdio da filosofia especulativa feito na juventude. Trata-se de uma atividade filosófica indissociável da prática da luta revolucionária, que determina a sua pertinência e o seu estatuto para Bakunin³⁶. Isso levanta uma exigência analítica obrigatória: os textos do anarquista, e suas elaborações filosóficas, devem ser pensados em função das situações práticas que os suscitaram e dos *efeitos* que desejaram realizar

Para Angaut, os textos bakuninianos devem ser encarados como *atos* que querem reconfigurar uma dada situação prática ou fazer propaganda voltada para certos públicos na expectativa de (re)orientá-los em determinada direção³⁷. Apesar do seu cuidado empírico, Angaut se limita a referir os “textos” ao “contexto histórico” que lhe é externo e que motivou a sua escrita de fora (como um pano-de-fundo). Assim, a principal fragilidade de sua abordagem é uma concepção limitada e um tanto vaga do “contexto”: o contexto não é tão somente as determinações “externas” do escrito, mas as coordenadas situacionais que o próprio texto estabelece em sua enunciação performática, ou seja, as valorações pressupostas pela orientação axiológica da forma.

O balanço crítico traçado acima mostra o quanto o corpus documental bakuniniano foi tratado frequentemente a partir de visões normativas em disputas sobre *o que* ou *como* ele *deveria ser*. Assim, emergiu um viés crítico centrado na defesa ou validade filosófica do pensamento de Bakunin que, na prática, buscou depurar os seus textos para identificar (na verdade, *criar*) um *arquétipo* para seu pensamento. Pensamos que nossa abordagem poderá refinar o olhar ao partir da análise das particularidades empíricas dos escritos tomadas como sintomas de historicidade (sua materialidade, sua

³⁵ O autor segue a tese de Del Giudice afirmando que esta virada ao engajamento político em detrimento da filosofia partiu de uma (auto)reflexão, elaborada em “*A Reação na Alemanha*” (1842), sobre os limites da filosofia como uma atividade meramente especulativa. *Ibidem*, p. 10.

³⁶ ANGAUT... *op.cit.* p. 13-14. Sobre este assunto, ver também: *Idem*. “Le statut de la philosophie chez le dernier Bakounine”... *op. cit.*

³⁷ ANGAUT... *op. cit.*, p. 14.

relação constitutiva entre forma e conteúdo, suas modulações discursivas e suas inconsistências).

Dedicaremos o **capítulo 1** a analisar as estratégias de autorização do discurso autoral bakuniniano para localizar o livro, ou seja, para identificar as coordenadas contextuais ou situacionais que o livro cria para o seu discurso: a defesa de um programa “socialista revolucionário” no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores, solidário aos coletivistas franceses, e em resposta aos ataques dos “comunistas doutrinários” da Alemanha. Isto nos permitirá formular a hipótese principal do capítulo: a noção de *autoridade* pressuposta e elaborada pelo livro aponta para *o estatuto da teoria* na prática militante de Bakunin, o que iremos verificar pela análise da sua encarnação formal (ético-estética) na arquitetura poética do livro. Este estatuto é derivado da definição da *qualidade anarquista* do revolucionário “consequente” e busca fundar um saber social orientado, não por uma postura intelectual “doutrinaria”, mas para o esclarecimento do sentido imanente aos “feitos” (as práticas) através da investigação atenta dos “fatos”, dos quais deve tirar aprendizados. Trata-se de um paradigma ético-cognitivo que entende a teoria como um desdobramento da prática – ela deve ser imanente à prática e retornar a ela como seu esclarecimento.

No **capítulo 2**, vamos analisar a modulação discursiva (a pragmática textual) do livro, ou seja, como ele mobiliza o paradigma ético-cognitivo anarquista para uma elaboração teórica que possibilite a revolução. Veremos como Bakunin elabora uma teoria da autoridade, mediante a crítica histórico-filosófica da religião, para fazer a crítica da ordem burguesa e sua modalidade do “culto de autoridade” – a função da religião como instrumento de dominação na manutenção da relação específica entre governo e exploração na ordem burguesa. Isto nos permitirá verificar como Bakunin pressupõe a concepção proudhoniana de *revolução social*, que pauta toda a orientação axiológica da pragmática textual do livro e realiza uma reinterpretação materialista-naturalista da filosofia da imanência de Proudhon, da qual Bakunin se apropria, especialmente, da noção de *espontaneidade*.

No **capítulo 3**, enfim, fecharemos a investigação da hipótese central da dissertação ao analisar como Bakunin articula a pragmática textual do livro com o programa libertário formulado, divulgado e praticado em sua militância pregressa no interior da Internacional. Primeiramente verificaremos os indícios contextuais mais específicos desse procedimento que não foram analisados no capítulo 1 para, em seguida, analisar a própria formulação de seu programa libertário no seio da Internacional e

identificar sua rearticulação no livro através de um de seus prefácios. Desse modo, teremos demonstrado como a teoria da autoridade elaborada exhaustivamente no livro retoma temáticas e procedimentos realizados nos textos militantes anteriores e lhes dá uma base de sustentação e uma nova roupagem, ao mesmo tempo ético-estética, ontológico-epistemológica e teórico-programática.

CAPÍTULO 1 – O ANARQUISTA COMO AUTOR

Durante a fase final da guerra franco-prussiana (1870-71), o revolucionário russo Mikhail Bakunin (1814-1876) escreveu aquele que seria seu livro mais ambicioso ainda que inacabado: *O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social* [*L'Empire Knouto-Germanique et la Revolution Sociale*]. A França havia proclamado a república em 4 setembro de 1870, quando as forças militares prussianas capturaram o imperador Napoleão III e ocuparam parte de seu território. Isto prolongou a guerra por mais alguns meses e converteu a guerra entre Estados em uma guerra civil. Neste contexto, Bakunin defendeu o combate contra os prussianos mediante a revolução social: para ele, o ineficaz governo provisório criado pela junta republicana de Paris deveria ser rejeitado em favor de uma organização socialista revolucionária e federalista de comunas autônomas armando o próprio povo. Durante os meses de setembro e outubro de 1870, Bakunin se engajou com os socialistas e demais radicais que ensaiavam insurreições em Lyon e Marselha. Ao mesmo tempo, escreveu centenas de páginas manuscritas para fazer propaganda do movimento das comunas. Deste esforço saiu, em setembro, uma brochura no formato de missivas anônimas, intitulada: *Cartas a um francês sobre a crise atual*³⁸.

Após o fracasso da Comuna de Lyon em 26-28 de setembro, Bakunin foi para Marselha, onde se esperava a eclosão de um movimento semelhante. Lá iniciou a redação de um novo manuscrito, que seria abandonado algumas semanas depois. Após retornar para sua residência em Locarno na segunda metade de outubro, o revolucionário reescreveu seu manuscrito, dando-o novas dimensões, um novo tom e um novo enfoque. A escrita do novo trabalho se prolongou de novembro de 1870 até abril de 1871, convertendo o projeto iniciado em Marselha em um livro a ser chamado *A revolução social ou a ditadura militar*, título que seria modificado durante a trajetória escritural e editorial para *O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social*.

Esta é a trajetória resumida do revolucionário desde as barricadas até a escrita do livro. No entanto, retrazá-la não basta para compreendermos a historicidade da obra. A

³⁸ Todos os textos de Bakunin citados aqui são das *Oeuvres Complètes* (salvo apontamento explícito). Para não abarrotar o rodapé desnecessariamente, faremos as citações da seguinte forma: AUTOR EM MAIÚSCULO, “título entre aspas e em itálico” (quando necessário), número romano indicando o volume, números arábicos indicando a paginação no volume. Doravante: BAKOUNINE, “*Lettres à un français*”, VII, p. 1-105; e *Idem*. “*Lettres à un français sur la crise actuelle*”, VII, p. 105-132. O programa revolucionário para a guerra propagandeado pela publicação das *Cartas a um francês sobre a crise atual* em setembro de 1870 havia sido esboçado na carta a Albert Richard de 1 de abril daquele ano. Sobre a trajetória de escrita e publicação das *Cartas a um francês*, ver os prefácios de Guillaume nas *Oeuvres: Idem*. *Oeuvres*, 6. vols. Paris: Champ Libre, 1895-1913, vol. II, p. 71-77 e vol. IV, p. 3-4 e p. 75-81. Para a carta de abril, ver: BAKOUNINE, *Lettre à Albert Richard, 1er avril 1870*, VII, p. 276-282.

guerra franco-prussiana e o movimento comunalista na França ora serviram de material factual-interpretativo, ora serviram apenas como ocasião para Bakunin elaborar extensivamente o seu pensamento – neste caso, uma *teoria da autoridade* que dá sustentação a certo entendimento da revolução social e do “socialismo revolucionário”. Mais do que um comentário sobre a guerra, *L’Empire* constituiu uma tomada de posição no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e de suas discussões internas. O objetivo deste capítulo é demonstrar como Bakunin constrói um paradigma ético-cognitivo em *L’Empire* para sustentar seu programa libertário no seio da AIT.

Para tanto, faremos a operação hermenêutica de indiciar no livro as suas impregnações contextuais, cujas pistas estão, muito particularmente, nas estratégias de autorização e composição poética da obra. A perspectiva que anima nossa investigação é a percepção bakhtiniana da palavra como “cenário” de acontecimentos³⁹. Partindo dessa premissa, podemos interpretar a escrita bakuniniana como um *gesto* que visa constituir a relação autor-leitor-objeto, cujas nuances pragmáticas são historicamente localizadas. Tendo isso em mente, estruturamos o texto em duas partes: na primeira parte, localizamos o livro a partir das pistas deixadas por suas estratégias de autorização; na segunda parte, demonstramos como a arquitetura poética do livro busca encarnar o paradigma ético-cognitivo bakuniniano condensado na qualidade “anarquista” do socialismo revolucionário.

1.1. Autoridade teórica e posição anarquista

Sobre as estratégias de autorização, encontramos pistas importantes nos momentos em que o autor fala sobre o próprio livro e apresenta as suas tarefas. Isto ocorre em duas ocasiões: na correspondência com os editores durante a redação da obra, e no *Preâmbulo à segunda parte*⁴⁰ [*Preamble pour la seconde livraison*], escrito em junho de 1871 para prefaciá-la publicação separada (e não realizada) da segunda parte de *L’Empire*.

No início da primeira redação do livro, Bakunin enviou uma carta, datada do dia 19 de novembro de 1870, a Nikolai Zhukovski, seu amigo e um dos encarregados das

³⁹ BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, V. N. A palavra na vida e na poesia. Introdução ao problema da poética sociológica. In: *Idem. Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, p. 147-181, p. 166.

⁴⁰ BAKOUNINE, “*Preamble pour la seconde livraison*”, VIII, p. 289-314.

provas editoriais dos manuscritos. Nesta carta, ele afirma: “Estou escrevendo e redigindo não uma brochura, mas um livro que Ogarev se encarregou de corrigir e de editar”⁴¹. No mesmo dia, ele escreveu uma carta ao mesmo Nikolai Ogarev na qual afirmava que não tinha pressa para escrever e publicar o livro, pois “não acredito mais que se possa modificar o curso das coisas, neste momento, por brochuras, quaisquer que sejam, nem mesmo por iniciativas ou ações práticas diretas”. E adicionava mais à frente: “Escrevo um esboço patológico da França atual e da Europa para instruir os homens de ação do futuro próximo e igualmente para justificar meu próprio sistema e minha maneira de agir”⁴².

Nestas passagens, Bakunin faz uma distinção entre as formas “brochura” e “livro” e estabelece suas diferentes prerrogativas: a forma “brochura” serve para a intervenção imediata e a propaganda, enquanto a forma “livro” possibilita o diagnóstico, o aprofundamento crítico, a sistematização de uma teoria e o esclarecimento do leitor. Não devemos pensar que essa breve tipologia formal se traduz em um critério de usos textuais excludentes; afinal, como as próprias trajetórias escriturais e editoriais dos manuscritos revelam, o anarquista foi insistente em publicar as duas partes do livro como brochuras separadas – a Primeira Parte do livro saiu em abril de 1871 como uma brochura epistolar (similar às *Cartas a um francês*, em relação à qual ele demarcava distância na carta à Ogarev), e tentaria publicar a Segunda Parte do livro sem sucesso em junho e julho do mesmo ano, também como uma brochura (nesse caso, desprovida dos traços da forma epistolar). Os dois formatos e suas respectivas tarefas (a propaganda e a teorização) são intercambiáveis, mas é preciso enfatizar o quanto Bakunin estimava a forma livro como o meio adequado para a elaboração teórica sistemática e a instrução do leitor.

Jean-Christophe Angaut⁴³ chamou atenção para a recorrência com que o anarquista russo usou a forma livro para sistematizar seu pensamento durante a sua “fase anarquista”⁴⁴. Entre 1867 e 1873, o anarquista elaborou quatro projetos consecutivos (e

⁴¹ Citada em LEHNING, Arthur. *Introduction*. In: BAKOUNINE, VIII, p. xiv.

⁴² Citada por Lehning em *Idem*, p. xv. Essa carta, escrita originalmente em russo, também está disponível numa tradução francesa (feita por Marie Stromberg) que difere da de Lehning. Ver: “*Lettre de Bakounine a Ogareff, 19 novembre 1870. Locarno*”. In: DRAGOMANOFF, Michel. *Correspondance de Michel Bakounine. Lettres a Herzen et a Ogareff (1860-1874)* [trad. Marie Stromberg]. Paris: Perrin et Cie, 1896, p. 342-345.

⁴³ ANGAUT, Jean-Christophe. *Liberté et histoire chez Michel Bakounine* (tese de doutorado), 2 vols. Université Nancy 2, 2005.

⁴⁴ Designamos como a “fase anarquista” de Bakunin o período em que ele atuou publicamente como socialista revolucionário e militante da Internacional (1867-1876), sobretudo defendendo o programa revolucionário que analisaremos no capítulo 3. É pela militância feita durante seu período na Internacional (e um pouco anterior a ela) que Bakunin foi identificado retrospectivamente com o anarquismo. Embora o

inacabados) de escrita de livro: em 1867-1868, ele ampliou sua “proposição justificada” [*“Proposition motivée”*], apresentada ao comitê de Genebra da Liga da Paz e da Liberdade, para publicá-lo como uma brochura intitulada *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo* [*“Fédéralisme, Socialisme et Antitheologisme”*], um de seus escritos mais sistemáticos, embora inacabado e não publicado na ocasião; entre novembro de 1870 e abril de 1871, Bakunin se dedicou quase inteiramente à escrita de *O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social*, obra que nasceu da ampliação da brochura iniciada em outubro de 1870 em Marselha, após o fracasso do movimento comunalista em Lyon (26-28 de setembro); a partir de julho de 1871, Bakunin engajou-se numa polêmica pública contra o patriota italiano Giuseppe Mazzini, cujos ataques contra a Comuna de Paris e a Internacional motivaram uma série de artigos, que foram reformulados a partir de setembro e convertidos na primeira parte de *A Teologia Política de Mazzini e a Internacional* [*“La Théologie Politique de Mazzini et l’Internationale”*], livro cuja segunda parte é constituída apenas de fragmentos inacabados; e, por fim, em 1873, o anarquista publicou a primeira parte daquele que se tornou o seu último livro, desta vez escrito em russo e igualmente inacabado, intitulado *Estatismo e Anarquia* [*“Gosudarstvennost i Anarkhia”*], projetado para ser um trabalho de fôlego, mas que conta apenas com um longo prefácio e alguns fragmentos inacabados⁴⁵.

Na composição desses projetos de livro, são características a sistematização periódica das mesmas temáticas e a reciclagem dos manuscritos antigos. A “proposição justificada” de 1867-68 foi convertida na obra *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*

imigrante (e futuro exilado) russo tenha se posicionado como um democrata socialista desde a década de 1840, foi apenas em meados da década de 1860 que passou a se identificar como “anarquista” tal como Proudhon, embora não usasse o termo para designar uma identidade política precisa. Como veremos, esta categoria indica uma postura filosófica e uma qualidade ético-moral. Para o itinerário de Bakunin, ver: LEIER, Mark. *Bakunin. The creative passion – a biography*. New York: Seven Stories press, 2009 (1ª edição de 2006). Ainda que se possa traçar semelhanças entre as ideias de Bakunin e as de Proudhon desde os anos 1840, o que singulariza sua “fase anarquista” é a particularidade da abordagem crítica elaborada naquele momento (realizada, p. ex., em *L’Empire*) e sua imbricação com o programa (anti-)político revolucionário elaborado no interior da Internacional. Sobre isso, ver o capítulo 3 deste trabalho, p. 81-97.

⁴⁵ *Ibidem*, vol. I, p. 12-13. Destas quatro obras, apenas *A Teologia Política de Mazzini e a Internacional* não está acessível ao leitor brasileiro. Alguns dos artigos que Bakunin reformulou para criá-la são encontrados no tomo VI das *Oeuvres*. Por sua vez, a edição original, publicada em setembro de 1871 na gráfica do filho de Guillaume em Neuchâtel, está digitalizada e em domínio público. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo* está publicado em português, e também é acessível no tomo I das *Oeuvres*. Por fim, *Estatismo e Anarquia* foi publicada no Brasil pela editora Imaginário. BAKOUNINE, Michel. *La Théologie Politique de Mazzini et l’Internationale. Par M. Bakounine, membre de l’Association Internationale des Travailleurs. Première Partie: L’Internationale et Mazzini*. Neuchâtel: Imprimerie G. Guillaume fils, Comission de propagande socialiste [Saint-Imier], 1871, in-8º, 111 p.; *Idem. Oeuvres...* op.cit., Vols. I e VI; BAKUNIN, Mikhail. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo* (trad. P. A. Coelho; intro. M. Tragtenberg). São Paulo: Cortez, 1988; *Idem. Estatismo e Anarquia* (trad. de Plínio A. Coelho; intro. de Paulo-Edgar A. Resende). São Paulo: Nu-Sol/Imaginário/Ícone, 2003.

pela divisão do texto em três subtítulos e a inserção e elaboração da terceira (e mais longa) parte. Sob o título do “antiteologismo”, Bakunin propôs-se a discutir uma série de temáticas específicas em conjunto, que serão retomadas nos projetos posteriores (sobretudo no livro de 1870-71), notavelmente: a ligação intrínseca entre a religião e o princípio de autoridade; a natureza necessariamente libertária da revolução social; e o papel da ciência no processo revolucionário.

Não se sabe ao certo porque *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo* não foi terminado na ocasião, mas seus manuscritos foram guardados e parcialmente reaproveitados na redação de *O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social*. Quando Bakunin decidiu ampliar a sua brochura epistolar de outubro-novembro de 1870 para o formato de livro, ele inseriu no corpo do texto pedaços inteiros reelaborados dos manuscritos da terceira parte da obra de 1867-68. Na forma como seu novo livro ficou em sua última versão, partes do “antiteologismo” foram empregadas na Segunda Parte e, sobretudo, no “apêndice” filosófico do livro, que é quase uma reelaboração completa dos manuscritos mais antigos. Meses depois, quando decidiu transformar seus artigos contra Mazzini em um novo livro, reciclou novamente algumas partes das duas obras anteriores sobre o “antiteologismo” (algumas retiradas da redação de *L’Empire*, outras da obra de 1867-68)⁴⁶. Não podemos afirmar se e o quanto dos manuscritos anteriores foi empregado na redação de *Estatismo e Anarquia*, mas as temáticas elaboradas anteriormente sob o título do “antiteologismo” também foram retomadas e reelaboradas em tal livro.

Angaut toma essas quatro tentativas inacabadas de escrita de uma obra mais extensa, assim como o procedimento de reciclagem de manuscritos, como evidência da lenta maturação de uma filosofia da liberdade elaborada por Bakunin ao longo de sua fase anarquista. Contudo, há mais coisas a apreender dessa repetição da forma livro. Não é nosso objetivo comparar exaustivamente as quatro obras nesta dissertação, mas queremos ressaltar o quanto as semelhanças temáticas e estilístico-formais apontam para certos postulados tácitos de Bakunin. Em primeiro lugar, trata-se da reincidência de uma mesma estratégia de autorização do discurso teórico através da forma livro. É nesse sentido que Bakunin afirmou, durante a redação de *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*, numa carta de 17 de março de 1868 a Grigóri Virúbov: “Terminei a brochura, ou melhor, o livro

⁴⁶ ANGAUT, Jean-Christophe. *Liberté et histoire chez Michel Bakounine... op.cit.*, tomo I, p. 258, nota 4. Para um exemplo dos empréstimos entre o livro de 1867-68 e o livro de 1870-71, comparar: BAKUNIN, Mikhail. *Federalismo, socialismo, antiteologismo... op.cit.*, p. 41 e BAKOUNINE, Michel, VIII, p. 99 e p. 232.

– fui atrasado sobretudo pelo antiteologismo, a propósito do qual desenvolvi toda a minha concepção de mundo”⁴⁷.

Em *L’Empire*, as temáticas abordadas no livro anterior para caracterizar uma postura (o “antiteologismo”) são retomadas para a elaboração de uma crítica do idealismo desde uma perspectiva materialista, o que consiste na formulação de uma teoria da autoridade para embasar certo entendimento do processo revolucionário e da política socialista revolucionária. Numa carta de 16 de abril de 1871, escrita durante o preparo editorial final para a publicação da Primeira Parte, Bakunin dirá à Ogarev:

Você não cessa de pedir que eu te envie o final [dos manuscritos]. Querido amigo, enviar-te-ei, sem atraso, material suficiente para uma segunda parte de oito cadernos, e este ainda não será o final. Compreenda, portanto, que eu comecei por uma brochura e que acabei por fazer um livro. Ele é monstruoso, mas o que fazer já que eu mesmo sou um monstro? Mas ainda que monstruosa, a obra será pertinente e viva. Ela está quase inteiramente escrita. Só me falta pôr tudo em ordem. Este é meu primeiro e último livro, meu testamento espiritual. Sendo assim, querido amigo, não me contrarie; você sabe que não é possível renunciar a um projeto que se estima, aos seus últimos pensamentos, nem mesmo modificá-los. Afugente o que é natural, e ele voltará veloz⁴⁸.

O livro entendido como “testamento espiritual” à posteridade expressa a ideia da obra como *monumento* que atesta a autoridade daquele que fala, ou seja, lhe empresta a credibilidade de “autor”. Aqui, cabe uma breve digressão sobre a discussão proposta por Michel Foucault sobre a função-autor. Em sua famosa aula *O que é um autor?*⁴⁹, Foucault não apenas defende que não há uma identificação entre o indivíduo que faz a escritura e a figura do autor, como também propõe que esta última é uma função discursiva – um efeito criado por certos tipos de discurso. O discurso que remete à função-autor recorre a uma série de demarcadores que servem para lhe dar um ordenamento normativo – ou seja, uma *autoridade* discursiva. Com base nessa reflexão, podemos acentuar o quanto a construção discursiva da figura do autor também funciona como elemento retórico de autorização pública do sujeito que porta o nome-do-autor.

É precisamente a tal procedimento que recorre Bakunin em seus “livros”: a forma recobre a figura pública de “Bakunin” – o orador e militante socialista revolucionário da Internacional – de uma autoridade normativa que legitima certo discurso sobre a

⁴⁷ ANGAUT, Jean-Christophe. *Liberté et histoire chez Michel Bakounine... op.cit.*, p. 237.

⁴⁸ Citado em LEHNING... *op.cit.*, VIII, p. xxii.

⁴⁹ FOUCAULT, Michel. “O que é um autor?” In: *Idem, Ditos e escritos III – Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2001. p. 264-298

revolução social e a política da Internacional⁵⁰. Ao mesmo tempo, o livro é “monstruoso” por sua desproporção estilística deliberada, que é entendida como expressão da própria radicalidade consequente do discurso revolucionário. Faremos uma análise poética de *L’Empire* adiante para demonstrar como as estratégias estilístico-formais acionadas no interior da forma livro são reveladoras dos postulados tácitos do anarquista russo sobre o papel e o estatuto do discurso teórico em seu programa libertário. Contudo, é indispensável que façamos, primeiramente, um trabalho de localização desse discurso autoral construído por *L’Empire* – trabalho que não se esgota no presente capítulo.

Devemos retornar à passagem da carta a Ogarev de 19 de novembro de 1870, na qual Bakunin afirma que seu diagnóstico servirá para instruir e também para “justificar meu sistema e meu modo de agir”⁵¹. Esse tom apologético ecoa ao longo do livro, mas é característico do procedimento de autorização feita no *Preâmbulo*, a única apresentação de *L’Empire* dedicada diretamente ao leitor. O revolucionário afirmará no terceiro parágrafo de seu prefácio, após ter feito uma apresentação da obra e de seu projeto investigativo, que

A tarefa que me impus não é fácil, sei bem, e poderiam me acusar de presunção, se eu tivesse nesse trabalho a mínima pretensão pessoal. Mas não é nada disso, posso assegurar ao leitor. Não sou nem um sábio, nem um filósofo, nem mesmo um escritor de ofício. Escrevi muito pouco em minha vida, e sempre o fiz, por assim dizer, em minha defesa, e só quando uma convicção ardente forçava-me a vencer minha repugnância instintiva contra toda exibição de meu próprio eu público⁵².

Antes de analisar a retórica da humildade presente nessa passagem, devemos enfatizar a justificação da escrita do livro como resposta a *exibição pública* da qual ele teria sido vítima. Bakunin refere-se à campanha empreendida pelos socialistas alemães contra ele e outros exilados russos no Ocidente (como Zhukovski, Ogarev e, notavelmente, Alexander Herzen) desde a década de 1840, como explica numa longa nota apologética no início da Segunda Parte sobre o “caráter ruim” que assume, às vezes, a “Escola doutrinária dos comunistas alemães”, os seus “muito respeitáveis inimigos de

⁵⁰ Isto é ainda mais acentuado na única parte publicada do livro de 1871-72, cuja autoria foi inscrita pelos editores na capa interna da seguinte maneira: “*La Théologie Politique de Mazzini et l’Internationale*, par M. Bakounine. Membre de l’Association Internationale des travailleurs, Première partie, Commission de propagande socialiste. 1871”. A própria vinculação à associação e sua atividade militante agrega autoridade ao autor do livro. Cf. BAKOUNINE, Michel. *La Théologie Politique de Mazzini... op.cit.*

⁵¹ Citado em LEHNING... VIII, p. xv. Grifos nossos.

⁵² *Idem*, p. 291. Consultamos a tradução do *Preâmbulo* feita por Plínio Augusto Coêlho na seguinte edição: BAKUNIN, Mikhail. “A Comuna de Paris e a noção de Estado”. In: *Idem. O princípio do Estado e outros ensaios* (trad. P. A. Coelho; intro. E. Colombo). São Paulo: Hedra (col. Estudos Libertários), 2008, p. 113-138.

Londres e Leipzig”⁵³ – a emigração alemã em Londres (como Marx, Engels e Borkheim) e a redação do jornal *Volkstaat* sediada na cidade alemã.

Tanto no livro quanto neste prefácio, Bakunin mobiliza a crítica de conjuntura e a sistematização teórica para construir uma oposição de princípio entre os “socialistas ou coletivistas revolucionários e os comunistas autoritários partidários da iniciativa absoluta do Estado”⁵⁴. A diferença entre essas duas correntes seria a expressão da “contradição já tornada histórica” entre “o comunismo cientificamente desenvolvido pela escola alemã e aceita em parte pelos socialistas americanos e ingleses, por um lado, e o proudhonismo largamente desenvolvido e levado às últimas consequências, por outro”⁵⁵, aceito e praticado pelos países latinos e eslavos.

O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social é uma tomada de posição nos debates internos da AIT no sentido em que Bakunin busca legitimar seu programa libertário na Internacional opondo um socialismo elaborado “cientificamente” (ou seja, por intelectuais distantes da vida dos trabalhadores e suas práticas espontâneas, um socialismo “doutrinário”), ao socialismo nascido da prática da luta, expressado teoricamente no pensamento de Proudhon e desenvolvido pelos coletivistas. A apologética lhe serve para atrelar o seu programa libertário a este socialismo imanente a prática, pois converte a sua atividade militante individual (repudiada pelos alemães), e seu discurso teórico em *L’Empire*, em expressão radical de tendências latentes às práticas da classe trabalhadora e de sua luta – mais bem representadas pelas práticas radicais dos coletivistas.

Como veremos adiante ao retrarmos a trajetória escritural e editorial do livro, a redação da Segunda Parte foi o momento crucial em que Bakunin estabeleceu a estrutura e disposição formal do livro tal como ele chegou até nós. É na Segunda Parte, intitulada *Sofismas históricos da escola doutrinária dos comunistas alemães*, que o revolucionário fará a sua discussão materialista sobre o idealismo e o princípio de autoridade. Após afirmar, no último parágrafo da Primeira Parte, que a burguesia alemã deseja “realizar o ideal da escravidão voluntária” (em detrimento dos instintos revolucionários latentes no “povo”), Bakunin afirmará (nos parágrafos que abrem os *Sofismas históricos*):

Esta não é a opinião da Escola doutrinária dos socialistas alemães, ou melhor, dos comunistas autoritários da Alemanha, escola que foi fundada um pouco antes de 1848 e que prestou, é preciso reconhecer,

⁵³ *Ibidem*, p. 84, nota-de-rodapé.

⁵⁴ *Idem*, p. 292.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 293.

eminentes serviços à causa do proletariado não somente na Alemanha, mas na Europa. É a ela que pertence principalmente a grande ideia de uma *Associação Internacional dos Trabalhadores* e também a iniciativa de sua realização primeira. Hoje, ela está à frente do *Partido da Democracia socialista dos trabalhadores* na Alemanha, tendo por órgão o *Volksstaat*.

É, portanto, uma escola perfeitamente respeitável, o que não a impede de apresentar um caráter fortemente ruim às vezes e, sobretudo, de ter tomado por base de suas teorias um princípio que é profundamente verdadeiro quando o consideramos em seu aspecto verdadeiro, isto é, de um ponto de vista relativo, mas que, encarado e apresentado de uma maneira absoluta, como o único fundamento e a fonte primeira de todos os outros princípios, como o faz a escola, torna-se completamente falso. Este princípio, que, aliás, constitui o fundamento essencial do socialismo positivo, foi pela primeira vez cientificamente formulado e desenvolvido pelo senhor Karl Marx, o chefe principal da escola dos comunistas alemães. Ele forma o pensamento dominante do célebre *Manifesto* dos comunistas que um Comitê internacional de comunistas franceses, ingleses, belgas e alemães, reunidos em Londres, lançou em 1848 sob o título: *Proletários do mundo, uni-vos!* Este manifesto, redigido, como se sabe, pelos senhores Marx e Engels, tornou-se a base de todos os trabalhos científicos ulteriores da escola e da agitação popular erguida mais tarde por Ferdinand Lassalle na Alemanha⁵⁶.

Como explica na sequência, o princípio ao qual ele se refere (que é “profundamente verdadeiro” desde uma “perspectiva relativa”) é o *materialismo* ou o “princípio materialista”. De fato, Bakunin apresenta sua crítica do idealismo como a ocasião para uma revisão do materialismo de Marx tal como é apresentado no *Manifesto comunista*, entendido como o aporte teórico da escola do “comunismo doutrinário” alemão que Bakunin identifica deliberadamente com a social democracia lassalliana.

A forma livro lhe serve para autorizar e emprestar credibilidade intelectual ao seu discurso diante das acusações de seus adversários e da reconhecida autoridade de seu “chefe” intelectual. Por sua vez, a revisão ou reformulação do materialismo busca fundamentar, entre outras coisas, uma crítica do papel do intelectual no socialismo a partir de sua análise do princípio de autoridade. Bakunin sugere que o autoritarismo potencial da política socialista alemã é um desdobramento de uma teoria “doutrinária” aceita irrefletidamente ou de maneira interessada por seus adversários. Nesse sentido, *L’Empire* busca encarnar um entendimento diferente do próprio estatuto da teoria no âmbito da prática revolucionária, oposto a este discurso “doutrinário” dos comunistas alemães.

Como veremos, a oposição binária entre “revolucionário” e “doutrinário” se estende ao campo da teoria e diz respeito ao seu enraizamento (sua *radicalidade*) na vida

⁵⁶ *Ibidem*, p. 83-86. Grifos do autor.

popular. Assim, Bakunin acentua o caráter “doutrinário” do socialismo alemão para o identificar como um socialismo *fraco*, desprovido de radicalidade, e, por isso, potencialmente autoritário. Para aprofundar essa discussão, devemos explorar as pistas encontradas nos dois parágrafos iniciais do *Preâmbulo*, que fazem a apresentação do livro e de sua tarefa ao leitor:

Esta obra, assim como todos os escritos, por sinal, pouco numerosos, que publiquei até aqui, nasceu dos acontecimentos. Ela é a continuação natural de minhas *Cartas a um francês* (setembro 1870), nas quais tive a fácil e triste honra de prever e predizer as horríveis desgraças que hoje golpeiam a França e, com ela, todo o mundo civilizado; desgraças contra as quais só havia e só há, ainda hoje, um único remédio: a revolução social.

Provar essa verdade, doravante incontestável, pelo desenvolvimento histórico da sociedade e pelos próprios fatos que se passam sob nossos olhos na Europa, de maneira a fazê-la ser aceita por todos os homens de boa-fé, por todos que buscam sinceramente a verdade e, em seguida, expor francamente, sem reticências e sem equívocos, os princípios filosóficos tanto quanto os fins práticos que constituem, por assim dizer, a alma agente, a base e o objetivo do que denominamos revolução social, tal é o objetivo do presente trabalho⁵⁷.

Existem dois elementos nesta apresentação de *L'Empire* que queremos destacar. Primeiramente, devemos observar que Bakunin propõe uma definição concisa do conceito de revolução na Primeira Parte do livro:

(...) a revolução não é mais revolução quando, ao invés de provocar a liberdade nas massas, suscita a reação em seu seio. O meio e a condição, senão o objetivo principal da revolução é a *destruição do princípio de autoridade em todas as suas manifestações possíveis*; é a abolição completa do Estado político e jurídico, pois o Estado, o irmão mais novo da Igreja, como bem nos demonstrou Proudhon, é a consagração histórica de todos os despotismos, de todos os privilégios, a razão política de todas as sujeições econômicas e sociais, a essência mesma e o centro de toda a reação⁵⁸.

A sua definição do conceito de revolução é marcadamente (mas não exclusivamente) *negativa*. Aliás, veremos no capítulo 2 como a investigação principal feita em *L'Empire* recai acima de tudo sobre aquilo que ela deve negar: as *manifestações do princípio de autoridade*. Contudo, o interesse maior dessa passagem é, nesse momento, o argumento de autoridade evocando a figura do socialista francês Pierre-

⁵⁷ *Ibidem*, p. 291 e BAKUNIN, Mikhail. “A Comuna de Paris e a noção de Estado”... *op.cit.*, p. 114.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 30. Grifos nossos. Esta passagem é parte de uma longa citação que o anarquista faz das *Cartas a um francês*, referenciada em nota de rodapé. O texto original pertence à quinta das seis cartas (datada do dia 7 de setembro de 1870) que compõem a brochura. Para o original, ver: BAKOUNINE, VII, p. 119.

Joseph Proudhon (1809-1865). De fato, ao longo de toda a obra, Bakunin evoca seu antecessor para autorizar algumas de suas principais teses. Por exemplo, após a abertura dos *Sofismas históricos* que caracteriza seus adversários alemães, ele introduz a sua investigação sobre o idealismo propondo um entendimento correto do “princípio materialista” respondendo uma pergunta retórica:

Quem tem razão, os idealistas ou os materialistas? Uma vez que a questão seja colocada assim, a hesitação se torna impossível. Sem dúvida, os idealistas estão errados e apenas os materialistas têm razão. Sim, os fatos primam sobre as ideias; sim, o ideal, como bem nos disse Proudhon, é apenas uma flor cujas condições materiais de existência constituem a raiz. Sim, toda a história intelectual e moral, política e social da humanidade é um reflexo de sua história econômica⁵⁹.

O tom apologético acompanhado das evocações da autoridade de Proudhon, como teórico do socialismo e como figura pública, apontam mais claramente para o que Bakhtin chama o “coro de apoio”⁶⁰ do discurso: o contexto semântico e social sobre o qual o discurso se apoia implícita ou explicitamente. Vimos acima o quanto Bakunin toma partido dos “socialistas ou coletivistas revolucionários” que entende ser a expressão do “proudhonismo (...) levado às últimas consequências”⁶¹. Nesse caso, o nome de Proudhon é evocado tanto de maneira exemplar – a justa relação entre teoria e prática –, quanto para buscar a solidariedade (do coro) dos “coletivistas” ou “proudhonianos radicais”⁶².

Sobretudo, a referência à noção proudhoniana de “ideia” ou “ideal” é reveladora da estratégia de reformulação do materialismo proposta por Bakunin. Como atenta Pierre Ansart, a noção de “ideal” designa o duplo caráter teórico e prático de uma atividade social autêntica que fundamenta a concepção proudhoniana de *espontaneidade social*. Isto é sintetizado pelo socialista francês na fórmula: “a ideia vem da ação e retorna à ação”⁶³. A categoria “ideal” indica a consciência refletida que o sujeito adquire a partir

⁵⁹ *Ibidem*, p. 87.

⁶⁰ BAKHTIN, Mikhail... *op.cit.*, p. 159-160.

⁶¹ *Ibidem*, p. 293

⁶² Sobre os “coletivistas” ou “proudhonianos radicais” e sua articulação com Bakunin, ver: FERREIRA, Andrey. Anarquismo, pensamento e práticas insurgentes: fenômeno da “Primeira Internacional”? In: BAKUNIN, M. *De baixo para cima e da periferia ao centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin* (trad. e org. por A. C. Ferreira e T. B. de Souza Toniatti). Niterói: Editora Alternativa, 2014, p. 21-61; e SAMIS, Alexandre. *Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011, p. 157-186 e p. 191-218.

⁶³ Proudhon *apud* ANSART, Pierre. *El nacimiento del anarquismo*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973, p. 145. Tradução nossa. A fórmula é do livro *De la Justice dans la Revolution et dans l'Eglise* (1857). Em uma nota puxada do parágrafo de Bakunin citado acima, Lehning aponta outros textos em que Bakunin refere-se à noção de “ideal” em Proudhon referenciando outras obras do socialista francês, notavelmente as *Confessions d'un révolutionnaire* (1849). BAKOUNINE, Michel, vol. VIII, p. 551, nota 66.

da experiência – uma teoria *da e sobre* a prática. Devemos destacar o quanto Bakunin busca na concepção de espontaneidade, própria à *filosofia da imanência* de Proudhon⁶⁴, uma fonte de sustentação para o seu materialismo naturalista, que entende como a justa expressão teórica do sentido imanente à prática revolucionária.

Isto nos conduz ao segundo elemento que devemos explorar nos parágrafos iniciais do *Preâmbulo*, isto é, a centralidade dada à noção de “fato” ou “acontecimento” na argumentação bakuniniana. O anarquista russo anuncia que a principal estratégia – para demonstrar que a revolução social era a única salvação possível para a Europa contra o avanço da reação knuto-germânica – seria recorrer ao desenvolvimento histórico e aos “*próprios fatos que se passam sob nossos olhos*”⁶⁵. Sobretudo, é dito que o livro “*nasceu dos acontecimentos*”⁶⁶, isto é, ele veio a ser escrito em consequência dos fatos e expressa o seu sentido.

Trata-se, primeiramente, de uma estratégia de autorização do discurso teórico em termos não doutrinários, que produz um aparente apagamento da voz normativa do autor frente aos acontecimentos. A retórica da humildade presente no terceiro parágrafo do *Preâmbulo* citado anteriormente vai neste mesmo sentido: após apresentar o livro e sua tarefa, ele fará uma série de ressalvas apologéticas que complementam sua estratégia de autorização em termos não autoritários, assegurando ao leitor não nutrir pretensões pessoais com o livro, mas apenas a enunciação da verdade. Por isso, ele enfatiza que “*não sou nem um sábio, nem um filósofo, nem mesmo um escritor de ofício*”⁶⁷.

Para além disso, a observância e concordância com os “fatos” traduz, em Bakunin, tanto uma exigência de rigor científico do discurso teórico, quanto a sua interpretação da concepção proudhoniana do “ideal” – isto é, a expressão do sentido imanente à prática ou aos “fatos” (como, por exemplo, os “fatos revolucionários”). Assim, delineia-se mais claramente o objetivo do discurso autoral bakuniniano: *L’Empire* quer construir, encarnar e praticar um paradigma ético-cognitivo que entende *a teoria como desdobramento da prática*.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 227. Sobre o pensamento de Proudhon, ver também: GURVITCH, George. *Proudhon*. Lisboa: Edições 70, 1983.

⁶⁵ BAKOUNINE, VIII, p. 291. Grifos nossos.

⁶⁶ *Idem*.

⁶⁷ *Ibidem*. Esta auto caracterização é continuada nos parágrafos seguintes nos quais formula respostas à pergunta retórica “afinal, quem sou eu e o que me motiva a publicar este trabalho?”. Ele dará três respostas: dirá que “eu sou um apaixonado pesquisador da verdade e um inimigo não menos encarnado das ficções maldosas do *partido da ordem*”, dirá que “eu sou um amante fanático da liberdade” (especificando em seguida seu entendimento do conceito de liberdade), e dirá, enfim, que “eu sou um partidário convicto da *igualdade econômica e social*”, especificando que esta deve ser produto da “organização espontânea do trabalho” (dentre outras condições que conformam traços gerais do programa coletivista).

Tal paradigma tanto prevê um saber social capaz de emergir da própria prática revolucionária quanto pensa ser capaz de esclarecê-la e dela retirar aprendizados, prevendo uma conduta condizente com o princípio de liberdade e a expectativa de uma emancipação revolucionária integral (material e espiritual) – a superação da alienação em todos os níveis da vida material e da consciência. Essa concepção é mobilizada para marcar uma diferença de princípio em relação aos designados *comunistas doutrinários* da Alemanha, que recorrem à ciência para legitimar um “*governo dos sábios*” semelhante aos positivistas⁶⁸, e não para promover a emancipação das classes trabalhadoras. Os comunistas alemães são nomeados sarcasticamente de “legisladores da sociedade que virá”⁶⁹, pois abusam de seu domínio da ciência e da instrução (alheios às classes trabalhadoras) para construir uma ordem social imaginada de forma abstrata e desenraizada da vida popular, ou seja, um “socialismo doutrinário” que não pode emancipar as classes trabalhadoras porque não emergiu de dentro de suas práticas, mas foi-lhes imposto “de fora”, como uma norma, por *sábios* legisladores.

Essa polêmica é elaborada mais claramente através do tema da ciência e seu papel na revolução social (também presente na discussão sobre o “antiteologismo” do escrito de 1867-68). Bakunin estabelece o papel da ciência a partir de uma longa discussão⁷⁰ histórica sobre a religião, que é, ao mesmo tempo, expressão do primeiro progresso ético-cognitivo humano e também a origem do princípio de autoridade (a pré-condição da dominação política e da exploração econômica). Bakunin afirmará a necessária negação da religião como parte constitutiva do processo revolucionário. A negação da religião e de seus rebentos históricos (a teologia, a metafísica e o idealismo) é promovida pela disseminação da razão através da universalização da educação, e pelo avanço e democratização da ciência entre as massas em detrimento das ficções religiosas e teológicas. A educação e a ciência seriam partes do processo, mas não precedem a própria revolução, que seria uma ação autoinstituente e autoconsciente das classes trabalhadoras organizadas autonomamente. O papel da ciência na revolução consiste, então, em promover esta autoconscientização do proletariado sobre a sua condição e suas potencialidades.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 121.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 85, nota-de-rodapé.

⁷⁰ No decorrer dos dois parágrafos seguintes, resumiremos a longa discussão feita sobre a religião ao longo dos *Sofismas Históricos* em diálogo com o “apêndice”, que será analisada no capítulo seguinte. Ver: *Ibidem*, p. 107-129 (*Sofismas históricos*) e p. 231-241 (*Considerações filosóficas*).

Para Bakunin, a ciência possui tanto uma potencialidade revolucionária quanto uma potencialidade autoritária. Tal como a religião em tempos progressos, a ciência tem seu fundamento na faculdade humana da *abstração* e representa o atual estágio histórico-progressivo humano em seu percurso evolutivo direcionado à autoconsciência e à liberdade. Por isso, o anarquista aceita tacitamente a crença positivista na ciência como instrumento do progresso, mas, ao mesmo tempo, delimita cuidadosamente o espaço de ação de seus “representantes” (os sábios ou “homens de ciência”). Ele faz a distinção entre uma “ciência absoluta” conjectural, que seria o conhecimento acabado da natureza como um todo (e por isso mesmo inalcançável, uma vez que a ciência é, enquanto fenômeno antropológico, um fenômeno natural), e as “ciências particulares” ou “específicas”, as áreas positivas do conhecimento que são dominadas pelos homens de ciência – limitadas por definição. O abuso da autoridade pelo “sábio” reinstalou o princípio da autoridade uma vez que, neste caso, a ciência promove a alienação e não o esclarecimento da consciência. Ao entorpecer a razão, tal ciência assume uma função análoga a da religião: preparar e sancionar moralmente a dominação.

A discussão sobre a ciência apresenta as principais premissas de Bakunin sobre a estima da teoria. Para compreendermos isto, precisamos discutir brevemente o caráter *naturalista* do materialismo bakuniniano. Durante a sua crítica do idealismo, Bakunin definirá da seguinte maneira o desenvolvimento material do mundo:

Concebe-se perfeitamente o desenvolvimento sucessivo do mundo material, assim como o da vida orgânica, animal, e da inteligência historicamente progressiva, tanto individual quanto coletiva, do homem neste mundo. Este é um movimento totalmente natural do simples ao composto, de baixo para cima ou do inferior ao superior. Um movimento conforme a todas as nossas experiências diárias e, por consequência, conforme também à nossa lógica natural, às próprias leis de nosso espírito que, formando-se e desenvolvendo-se apenas com a ajuda dessas mesmas experiências, é apenas, por assim dizer, a sua reprodução mental, cerebral, ou seu resumo refletido⁷¹.

Essa premissa de uma lógica natural, que se estende sobre todos os domínios da vida humana (entendida apenas como sua extensão), é elaborada por Bakunin nas *Considerações Filosóficas* (o apêndice de *L'Empire*), aonde ele define o conceito de natureza como “a vida, a causalidade e a solidariedade universais”⁷². Com isso, o anarquista opera uma identificação entre “natureza” e “razão”, afirmando que “*tudo*

⁷¹ *Ibidem*, p. 91.

⁷² *Ibidem*, p. 193. Grifos do autor.

*aquilo que é natural é lógico, e tudo aquilo que é lógico ou já se encontra realizado, ou deverá se realizar no mundo natural, aí incluído o mundo social*⁷³. Por ora, devemos destacar apenas dois desdobramentos desse raciocínio.

Em primeiro lugar, o conceito de natureza traça os limites do saber humano: assim definida, “a natureza (...) se impõe como uma necessidade racional ao nosso espírito; mas nós nunca poderemos abarcar-la de uma maneira real, mesmo pela imaginação, e ainda menos reconhece-la”⁷⁴. A própria ciência é entendida como um fenômeno antropológico (logo, natural), e seu limite é o limite da capacidade humana da abstração, que é incapaz de apreender a natureza em sua eternidade e infinidade de causalidades e combinações. Contudo, e em segundo lugar, o conceito permite a Bakunin definir todo o mundo humano como um processo histórico-evolucionário regido por *leis naturais*. Como ele se apressa a precisar nas *Considerações Filosóficas*, esta é uma metáfora ruim, pois tratam-se de leis *inerentes* aos seres que elas regem, o que exclui, por definição, qualquer concepção de um “legislador ou ordenador” que lhes seja externo⁷⁵. Ainda assim, o anarquista opera com essa categoria em todo o livro.

As leis naturais são a medida da liberdade em Bakunin, pois elas são um desdobramento da causalidade universal (da razão) e expressam, ao mesmo tempo, a *imanência* do sujeito, individual ou coletivo, como ser autônomo. A capacidade de reconhece-las e sujeitar-se apenas a elas é a própria condição para a aquisição da liberdade, pois constitui a reconciliação do sujeito consigo mesmo e a realização de sua autonomia refletida. Como veremos no próximo capítulo, esse entendimento naturalista do materialismo fundamenta tanto a teoria bakuniniana da autoridade como seu entendimento da espontaneidade operária da revolução social. Por ora, devemos destacar o quanto esse raciocínio também delimita sua concepção do que nós poderíamos denominar a “boa autoridade”. Esta é expressa, significativamente, em sua única definição e auto identificação como um *anarquista*:

(...) Nós aceitaremos todas as autoridades naturais, e todas as influências de fato, nenhuma de direito, porque toda autoridade ou toda influência de direito (e, como tal, oficialmente imposta) torna-se opressão e mentira, e impor-nos-á, infalivelmente, como eu acredito ter demonstrado suficientemente, a escravidão e o absurdo.

Em uma palavra, repudiamos toda legislação, toda autoridade e toda influência privilegiada, patenteada, oficial e legal, mesmo saída do sufrágio universal, convencidos de que elas só poderão avançar em

⁷³ *Ibidem*, p. 199. Grifos do autor.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 194.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 200-201.

proveito de uma minoria dominante e exploradora, contra os interesses de uma imensa maioria subjugada.
Eis em qual sentido somos realmente anarquistas⁷⁶.

É fundamental acentuar como o termo “anarquista” não designa uma identidade político-ideológica específica, mas uma *qualidade* própria ao “socialista revolucionário”. Segundo Andrey Ferreira, ocorreu um processo histórico de ressemantização da categoria “anarquia” e de suas derivações⁷⁷ ao longo da era moderna, sobretudo durante a Revolução Francesa, quando o termo “anarquista” foi banalizado como um anátema político. Por sua vez, a Revolução também agregou certa ambiguidade a esta segunda categoria, que sobreviveu no vocabulário político francês ao mesmo tempo como uma detração, mas também em outro sentido, reapropriado por suas vítimas para designar aquele que *radicaliza* o processo revolucionário. O primeiro pensador a ressignificar as duas categorias foi Proudhon, que descreveu a “anarquia positiva” como um tipo formal de governo sem coerção, o *autogoverno operário* (socialista e federalista), e se identificou provocativamente como um “anarquista”, significando aquele que radicaliza o princípio de liberdade até o seu termo: a negação do princípio de autoridade.

Bakunin retoma o termo como parte de sua estratégia de autorização, vinculando-se à herança simbólica de Proudhon, mas o usa para descrever a qualidade que (junto ao ateísmo) é característica do socialista revolucionário: o revolucionário “*consequente*” (em oposição ao “*doutrinário*”) se atem ao princípio de liberdade, leva-o até o fim e não faz concessões ao partido da ordem. Esta qualidade anarquista do socialismo revolucionário designa precisamente o ideal ético-cognitivo contraposto por Bakunin a ordem burguesa (e também ao socialismo “*doutrinário*”): o anarquista reconhece apenas os “fatos” e as “autoridades” naturais – todas as autoridades “de fato” (expressão das leis naturais imanentes ao ser), nenhuma “de direito”⁷⁸ (expressão de uma legislação alienante por uma força autoritária externa ao ser). Assim, a qualidade anarquista designa uma postura radicalmente libertária que se traduz em uma postura ético-cognitiva condizente no campo da teoria.

1.2. Poética da escrita anarquista

⁷⁶ *Ibidem*, p. 107.

⁷⁷ FERREIRA, Andrey C. Anarquismo, pensamento e práticas insurgentes: fenômeno da “Primeira Internacional”?... *op.cit.*, p. 28-34.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 107.

Pressupondo a imanência do sentido histórico a partir da natureza, identificada com a razão, Bakunin formula um entendimento da “boa” autoridade como o reconhecimento consciente e transparente das, e a conformação às leis naturais imanentes ao próprio ser. Assim, ele pode prever uma *atividade teórica consequente*, ou seja, aquela que deriva as suas proposições da própria prática e dos fatos para então os esclarecer e liberar seus potenciais latentes, ao invés de normatizar o real de forma “doutrinária”. A figura do autor em *L’Empire* busca encarnar a fonte de um saber social dessa natureza – uma teoria como desdobramento da prática. Trata-se de um *valor* ou *critério valorativo* aceito tacitamente, mediante o qual Bakunin estima o que considera ser a “boa teoria”. Devemos demonstrar como esse critério valorativo está inscrito na própria estrutura poética do livro como o recurso mais elementar em sua estratégia de autorização e composição textual. Essa hipótese é verificável na postura do autor frente ao leitor tácito que encarna a expectativa de recepção em *L’Empire*.

A relação autor-leitor-objeto construída por um livro é estabelecida no nível da *forma*. O filósofo e crítico russo Mikhail Bakhtin defendeu, em sua polêmica contra os formalistas russos, que a forma de uma obra não deve ser identificada com sua materialidade objetiva⁷⁹: a forma não apenas “ornamenta” o conteúdo, mas “expressa uma atividade valorizante que penetra o conteúdo e o transforma”⁸⁰, porque pretende instaurar e organizar a inclinação “emocional e volitiva”⁸¹ do leitor com o objeto. É neste sentido que a forma expressa (e instaura) a relação axiológica (ético-cognitiva) do autor-criador e do leitor (co-criador) com o conteúdo: a forma supera a materialidade objetiva da obra e torna o autor e/ou o leitor *ativos* em relação ao conteúdo⁸². Por isso, pensamos a forma como a base da gestualização performática de um texto, afinal ela guarda e realiza suas intenções de efeito. No caso de *L’Empire*, trata-se de verificar como o critério valorativo se inscreve na estruturação poético-formal do livro para construir uma relação de esclarecimento, reconhecimento e autonomização do leitor frente ao princípio de autoridade.

Primeiramente, faremos uma avaliação da estruturação do livro de Bakunin a partir da trajetória escritural-editorial, que definiu sua materialidade (tal como ficou em

⁷⁹ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 2014., p. 59

⁸⁰ *Idem*.

⁸¹ *Ibidem*, 19.

⁸² *Ibidem*.

sua versão final), para destacar e esclarecer algumas informações empíricas e factuais imprescindíveis à realização da análise poética que realizaremos em seguida.

Tal como chegou até a atualidade, o corpo principal do livro é formado por três partes principais (duas partes e um apêndice) que somam quase 500 páginas manuscritas, além de alguns fragmentos variantes menores. A Primeira Parte [*Première Livraison*] é a única parte do livro que foi publicada durante a vida de Bakunin. Ela é formada pelas páginas do manuscrito numeradas 1-138 e foi publicada em fins de abril de 1871 pela Gráfica Cooperativa em Genebra. Trata-se de uma brochura epistolar publicada com o título que consta no manuscrito – *A Revolução Social ou a Ditadura Militar* [*La Révolution Sociale ou la Dictature Militaire*]. Por sua vez, a cobertura do livro foi substituída durante a impressão por James Guillaume (um dos editores e o revisor) por uma nova, de cor vermelha, portando o novo título que Bakunin havia dado a obra desde o início de abril daquele ano: “*O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social, Primeira Parte. Por Michel Bakounine. Em todas as livrarias, 1871*”. [*“L’Empire Knouto-Germanique et la Révolution Sociale, Première livraison. Par Michel Bakounine. Chez tous les librairies, 1871”*]⁸³.

Os casos da Segunda Parte e do apêndice (não publicadas à época) são mais complicados. As páginas numeradas 138-286 estão intituladas no manuscrito como *Sofismas históricos da escola doutrinária dos comunistas alemães* [*Sophismes historiques de l’École doctrinaire des communistes allemands*]. Estes manuscritos já haviam sido enviados à Gráfica para edição e constituiriam uma nova publicação como a Segunda Parte [*Séconde Livraison*] de *L’Empire*. Também existe um conjunto de manuscritos numerados 286-340, escritos em abril de 1871 (um mês após o último envio aos editores), que formam uma sequência direta do manuscrito da Segunda Parte a partir da página 286 (seja como nota-de-rodapé, seja como sequência ao texto principal) e que efetivamente encerra o livro⁸⁴. Em seguida viria o longo “apêndice” filosófico da obra,

⁸³ Para a Primeira Parte de *L’Empire*, ver: BAKOUNINE, VIII, p. 1-82; *Idem. Oeuvres... op.cit.*, vol. II, p. 269-455.

⁸⁴ Os manuscritos das páginas 286-340 foram perdidos. Sobrevivem as cópias feitas por Max Nettlau, que publicou esses manuscritos no primeiro tomo das *Oeuvres* com o mesmo título dado por Élisée Reclus à brochura de 1882, *Deus e o Estado*, a qual havia sido construída pela edição de fragmentos dos manuscritos da Segunda Parte. A versão publicada por Lehning e a equipe do IISG das páginas 286-340 nos *Archives Bakounine* segue a versão de Nettlau. Essas páginas foram escritas, inicialmente, como uma nota-de-rodapé a começar na página 286. Contudo, as continuidades temáticas e estilísticas com o texto precedente sugerem que elas seriam atreladas ao corpo principal do texto, embora careça dessa transição. Sobre isto, ver a nota 152 do capítulo 2 deste trabalho (p. 64). Para a totalidade da Segunda Parte (páginas 138-340 do manuscrito): *Ibidem*, VIII, p. 83-192. Ver também: *Idem, Oeuvres... op.cit.*, vol. III, p. 1-177 (as páginas 138-286 manuscritas) e vol. I, p. 261-326 (as páginas 286-340 manuscritas).

formado pelas páginas 105-256 da primeira redação. Estas páginas foram separadas do corpo principal do livro em sua primeira versão, quando Bakunin iniciou sua segunda redação em fins de janeiro de 1871, para anexá-las ao final do livro como um “apêndice” [“*Appendice*”] intitulado *Considerações filosóficas sobre o fantasma divino, sobre o mundo real e sobre o homem* [*Considérations philosophiques sur le fantôme divin, sur le monde réel et sur l’homme*]⁸⁵. O manuscrito de ambos os textos é interrompido abruptamente no final, deixando o livro incompleto.

Existem ainda outros textos mais curtos que devem ser mencionados. Os mais importantes são o *Preâmbulo à segunda parte* [*Preamble pour la seconde livraison*] e a “*Advertência*” [*Avertissement*]. Ambos foram escritos em junho de 1871 e são os fragmentos mais tardios de *L’Empire*. Além desses, a equipe do IISG incluiu um total de quinze textos extras, que são esboços, rascunhos e fragmentos variantes do texto principal. O primeiro fragmento consiste nas 25 páginas descartadas que precediam o texto do “apêndice” na primeira redação. Existem outros doze fragmentos ou variantes de partes diferentes do texto, que são os pedaços restantes de uma redação intermediária do livro, que remete ao início de janeiro de 1871. Esses doze fragmentos têm dimensões diferentes (o maior tem 45 páginas manuscritas e o menor apenas três) e foram parcialmente reaproveitados durante a segunda redação, como é indicado pela palavra “utilizado” anotada por Bakunin à margem. Por fim, existem mais dois fragmentos que são variantes curtos do *Preâmbulo* e da *Advertência*.

Dentre os fragmentos mais curtos, apenas três teriam um uso futuro explícito no livro. O *Preâmbulo* prefaciaria a publicação separada da “segunda parte” como brochura, e a *Advertência* prefaciaria uma versão integral do livro num volume único⁸⁶. Existe ainda um manuscrito dentre os esboços e variantes que formariam um segundo apêndice “sobre a questão germano-eslava” [*Appendice sur la question germano-slave*]. Este segundo apêndice provavelmente foi abandonado por Bakunin, pois não foi mais elaborado além de suas 31 páginas⁸⁷.

⁸⁵ Para as *Considerações Filosóficas*, ver: BAKOUNINE, VIII, p. 193-287, e *Ibidem*. vol. III, p. 216-405. Esse texto também foi publicado separadamente por Angaut a partir da versão dos *Archives Bakounine: Idem. Considérations philosophiques sur le fantôme Divin, le Monde Réel et l’Homme* (ed. LEHNING, A; intro. ANGAUT, J.-C.). Genebra: Entremonde, 2010.

⁸⁶ Para o *Avertissement*, ver: BAKOUNINE, vol. VIII, p. 305-331; e *Idem. Oeuvres... op.cit.*, p. 281-333. Sobre este novo prefácio, ver a apresentação de Guillaume: *Idem*, vol. IV, p. 279-280.

⁸⁷ BAKOUNINE, VIII, p. 449-501. Como indicou Lehning, essa questão foi retomada, mas igualmente pouco elaborada em *A Teologia Política de Mazzini*, a cuja segunda parte Bakunin iria anexar um fragmento intitulado “*Appendice slavo-allemand*”. Ver *Idem*, p. xxxv nota 81.

A reconstrução da trajetória de composição⁸⁸ do livro nos permite identificar os momentos definidores desta estruturação formal e material da obra e disso tirar algumas conclusões sobre as escolhas composicionais do autor.

Desde o início de novembro de 1870 até meados de abril do ano seguinte, Bakunin dedicou-se quase exclusivamente à escrita de seu novo trabalho. Como sugerimos acima, a trajetória de escrita pode ser dividida em três momentos principais em função da relação com os editores: a *primeira redação* do livro vai de novembro a dezembro de 1870, durante a qual Bakunin enviava os manuscritos para Ogarev e Zhukovski; há então uma *fase intermediária* entre dezembro e fins de janeiro do ano seguinte, na qual o anarquista interrompeu os envios e reelaborou o texto várias vezes; e, enfim, há a *segunda redação* realizada desde fins de janeiro até meados de abril de 1871, período mais bem documentado durante o qual Bakunin enviava os manuscritos, conforme os escrevia, para James Guillaume, que os revisava e então enviava para a gráfica. Há ainda uma possível *fase tardia*, após o intervalo de dois meses que separa a publicação da Primeira Parte em fins de abril e a retomada do projeto em junho (período no qual Bakunin se dedicou à defesa da Comuna de Paris no Jura suíço), quando ele redigiu os dois prefácios (o *Preâmbulo* e a *Advertência*) e insistiu sem sucesso na publicação da Segunda Parte.

Quando escreveu as cartas de novembro de 1870 à Ogarev e Zhukovski que analisamos acima, o anarquista já havia lhes enviado as primeiras 80 páginas manuscritas do livro, a única parte da primeira redação a entrar na versão definitiva da Primeira Parte publicada no ano seguinte. Durante novembro e dezembro, ele continuou o texto até interromper a primeira redação na página 256. No início de janeiro, decidiu separar as páginas 81-256 e recomeçar a escrita a partir da página 80, já enviada aos editores. Durante essa redação intermediária, Bakunin produziu uma série de variantes descontínuas do texto principal, muitas das quais teriam sido destruídas por ele mesmo após serem reempregadas posteriormente, de acordo com Lehning⁸⁹.

A partir de 22 de janeiro, novamente reiniciou a escrita a partir da página 80, dando início à segunda redação, na qual o corpo textual de *L'Empire* ficou estabelecido tal como chegou até nós. A partir de 9 de fevereiro, conforme avançava a escrita, Bakunin

⁸⁸ Toda a reconstrução da trajetória de escrita e publicação de *L'Empire* que iremos esboçar a seguir é baseada, sobretudo, nas introduções, prefácios e apresentações de Lehning e Guillaume às suas edições do livro. Ver: LEHNING, Arthur. "Introduction"... *op.cit.*, vol. VIII, p. xiv-xxvii; BAKOUNINE, Michel. *Oeuvres...* *op.cit.*, vol. II, p. 271-284, vol. III, p. vii-xxii, p. 3-5 e p. 181, vol. IV, p. v-xii, p. 75-81, p. 243-244 e p. 279-280. Ver também: COLOMBO, Eduardo. "Introdução". In: BAKUNIN, Mikhail. *O Princípio do Estado e outros ensaios...* *op.cit.*, p. 9-24.

⁸⁹ Cf. *Ibidem*.

enviava à Guillaume os novos manuscritos. Esses envios se encerraram no dia 18 de março e contaram com a totalidade das páginas 81-286 da segunda redação, cujas provas editoriais chegaram até a página 210. Após retornar à sua residência em Locarno de uma viagem à Florença em fins de março, Bakunin escreveu, entre os dias 5 e 15 de abril, os manuscritos das páginas 286-340, que não chegaram a ser enviados à gráfica, e que continuam o texto da Segunda Parte. Foi nesse período que ele mudou o título do livro. Numa carta escrita em 5 de abril endereçada à Ozerov, o revolucionário pediu aos editores: “Eu gostaria de lhe dar um novo título: *O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social*. Se a impressão ainda não estiver terminada, mude-o. Mas se tudo já estiver impresso, que fique o seu título do livro”⁹⁰, isto é, o título antigo presente na primeira página dos manuscritos.

Bakunin se desentendeu com os editores da Gráfica Cooperativa de Genebra devido aos muitos erros de tipografia presentes na publicação da Primeira Parte, em fins de abril. Depois disso, durante sua estada no Jura suíço, o anarquista se encontrou com Guillaume, com quem pegou os manuscritos das páginas 81-286 para terminar o livro. Durante o mês de junho, ele buscou meios financeiros para pagar a publicação da Segunda Parte na gráfica do filho de Guillaume em Neuchâtel, mas sem sucesso. Entre os dias 5 e 23 de junho, ele redigiu o *Preâmbulo à segunda parte*, que deveria prefaciá-la essa publicação como brochura. Mas abandonou este prefácio em favor de um novo, a *Advertência*, que apresentaria uma versão publicada do livro em um volume único. Por falta de dinheiro e pelos conflitos públicos que o ocupariam em seguida, o livro permaneceu inconcluso e não publicado.

A trajetória escritural e editorial do livro, que dividimos em três momentos principais, nos possibilita entender como as partes do livro relacionam-se entre si, sem perder de vista as implicações do inacabamento da obra. Primeiramente, ela ressalta algumas escolhas composicionais fundamentais do autor, afinal os três momentos apontam para *versões alternativas* de *L’Empire*: durante a *primeira redação*, o livro foi composto inteiramente no gênero epistolar de modo a possibilitar certos efeitos (que analisaremos adiante); por sua vez, o processo de escrita levou o autor a escrever as páginas que formariam, futuramente, o “apêndice filosófico” em gênero tratadístico e, por isso, a romper com os principais marcadores do gênero epistolar, de modo a também

⁹⁰ BAKOUNINE, “*Lettre à Vladimir Ozerov et Nikolai Ogarev, 5 avril 1871*”, VII, p. 327-329. Tradução nossa a partir do francês. A carta é citada em LEHNING, Arthur. “Introduction”... *op.cit.*, vol. VIII, p. xx. Também disponível em “*Deux lettres de Bakounine*”. In: DRAGOMANOF, Michel... *op.cit.*, p. 345-349.

romper com as limitações temáticas que ele impôs ao livro, o que ocasionou a busca por novas soluções estilístico-formais durante a *fase intermediária*; a “solução”, ao mesmo tempo poética e editorial, para harmonizar a totalidade do livro, foi encontrada por Bakunin durante a *segunda fase*, sobretudo com a escrita da Segunda Parte e a realocação das páginas do “apêndice”.

É interessante notar, por exemplo, como Bakunin buscou controlar o trabalho dos editores, insistindo para manter os *Sofismas Históricos* separado da publicação da Primeira Parte. Numa carta de 16 de abril, em resposta a Ogarev, após lembrar que havia feito esta exigência numa carta anterior, ele diria:

(...) Também faço notar que talvez este título [os *Sofismas históricos*] tenha sido modificado por Guillaume ou rasurado por ele, mas não rasurado o suficiente ao ponto de vocês não conseguirem lê-lo. Numa palavra, o fim [da Primeira Parte] deve ser precisamente lá onde começa, ou melhor antes do começo das reflexões filosóficas sobre a liberdade, o desenvolvimento humano, o idealismo e o materialismo, etc. Eu te imploro, Ogarev, e a todos que tomarem parte na publicação desta obra, façam exatamente isto que eu vos peço que façam. Isto é muito necessário para mim⁹¹.

A composição dos *Sofismas Históricos* foi o momento definidor da materialidade e da arquitetura poético-formal da versão de *L'Empire* que chegou até nós e que analisamos neste trabalho. A sua redação deu às partes então separadas da redação intermediária um acabamento e estabeleceu a disposição do livro em três partes lógicas. Ainda que a publicação separada das duas partes possa ter funcionado como uma “solução” editorial para resolver os contrastes estilístico-formais criados pelas escolhas de Bakunin (como fica evidenciado na citação acima), a Segunda Parte busca criar um encadeamento temático coerente com a primeira e reforçar a unidade da obra. Aliás, seu parágrafo inicial é uma continuação direta do último parágrafo da Primeira Parte, e ambas dividem o mesmo manuscrito (página 138), estando separadas apenas pelo título da Segunda. Por sua vez, ao longo de todo o texto dos *Sofismas Históricos*, Bakunin remete o leitor ao “apêndice” no final do livro, cuja função é estabelecer as premissas ontológicas e epistemológicas que fundamentam as discussões feitas no corpo principal do livro. Por isso, as páginas 105-256 da primeira redação foram reordenadas durante a segunda redação, para exercer uma nova função na obra. Esses manuscritos ganharam um título e foram dispostos em cinco capítulos. Desde então, as *Considerações Filosóficas* se transformaram na exposição mais sistemática da filosofia materialista bakuniniana.

⁹¹ Citado por Lehing em: *Ibidem*, p. xxi.

Assim, as três partes principais de *L'Empire* formam um corpo textual coerente cujo encadeamento temático flui de maneira lógica, apesar das implicações do inacabamento geral da obra. Contudo, o que mais importa destacar é o quanto a estrutura poético-formal do livro *encarna a estima da teoria como desdobramento da prática*. Já podemos verificar o quanto isto é refletido pela própria disposição das partes constitutivas do corpo principal do livro: o texto filosófico e francamente tratadístico do “apêndice” é hierarquicamente subordinado ao corpo principal de *L'Empire*, no qual o texto (respeitando ou não o gênero epistolar) é engajado e estilisticamente assistemático (digressivo e despojado), priorizando a aproximação entre autor e leitor, e o esclarecimento e aprendizado deste a partir dos “fatos” e das práticas de dominação e revolta analisadas. A ordenação do livro subordina a reflexão conceitual abstrata à análise dos fatos e práticas, e recorre à primeira apenas para esclarecer seu sentido imanente.

Para verificar nossa hipótese de modo satisfatório, devemos analisar os recursos estilístico-formais de que Bakunin se vale e quais efeitos buscam criar. Trata-se, sobretudo, de compreender as funções do gênero epistolar e as implicações da ruptura de Bakunin com ele.

A Primeira Parte do livro emprega o gênero epistolar, em primeiro lugar, para inscrever o próprio acontecimento (a insurreição de Lyon de 26-28 de setembro de 1870) na enunciação do discurso como seu cenário e causa. Vimos acima o quanto Bakunin emprega as categorias “fato histórico” e “acontecimento” pressupondo a concepção proudhoniana da prática como prenhe de um sentido imanente ou potência latente que precisa ser esclarecida e, então, liberada. A inscrição do ocaso da comuna de Lyon como cenário de seu discurso assume esta premissa como uma estratégia de autorização formal, pois inscreve o discurso autoral de Bakunin *dentro* do acontecimento (como seu participante) e justifica a pertinência de seu esclarecimento por ele – o acontecimento imediato autoriza e demanda o discurso teórico.

O gênero epistolar foi estratégico para estes fins porque ele além formalmente o discurso do autor à datação da carta (29 de setembro) e ao “movimento de ontem”⁹². Contudo, o mais importante é o quanto o gênero epistolar inscreve radicalmente o *encontro com o leitor na luta* como ocasião para a teorização e o diagnóstico de conjuntura. Com efeito, o remetente da carta é caracterizado como um companheiro revolucionário lyonês anônimo, com quem o autor cerrou ombros no movimento de Lyon

⁹² BAKOUNINE, VIII, p. 3 *et passim*.

e a quem se refere em linguagem direta e despojada. O tratamento do remente como um companheiro de causa e coparticipante no acontecimento cria o importante efeito de *metonimizar o próprio leitor* e criar cumplicidade com ele em causa comum (a revolução social). Todos estes diferentes elementos estilístico-formais e estratégias retóricas são exemplarmente ilustrados pelos dois parágrafos que abrem *L'Empire*:

29 de setembro de 1870, Lyon

Meu caro amigo,

Eu não quero partir de Lyon sem te deixar uma última palavra de adeus. A prudência me impede de ir apertar sua mão mais uma vez. Eu não tenho mais nada a fazer aqui. Vim a Lyon para combater ou para morrer com vocês. Vim porque tenho esta suprema convicção de que a causa da França atualmente voltou a ser a causa de toda a humanidade, e que sua derrocada, sua subordinação a um regime que lhe fosse imposto pelas baionetas dos prussianos, seria a maior desgraça que, do ponto de vista da liberdade e do progresso humano, poderia acometer a Europa e o mundo.

Eu tomei parte no movimento de ontem e assinei meu nome sob as resoluções do *Comitê central de Salvação pública da França* porque, para mim, é evidente que após a destruição real e completa de toda a máquina administrativa e governamental de vosso país, não há nenhum outro meio de salvar a França além da sublevação, da organização e da federação espontânea, imediata e revolucionária de suas comunas, ao largo de toda tutela e de toda direção oficiais.⁹³

A datação da carta funciona como um delimitador ou marcador temporal⁹⁴ que, por vezes, imprime ao discurso bakuniniano sobre a revolução e a guerra franco-prussiana um tom de urgência característico da Primeira Parte do livro. Isto é evidenciado, por exemplo, na seguinte passagem da discussão sobre a necessidade estratégica de armar os cidadãos de Lyon em detrimento das ordens oficiais de Paris:

Deve ser evidente para todo o mundo que, se Lyon cair nas mãos dos prussianos, a França estará irrevogavelmente perdida. De Lyon à Marselha eles não encontrarão nenhum outro obstáculo. E então? Então a França se tornará aquilo que foi a Itália por muito tempo, tempo demais, diante de vosso imperador: uma vassala de Sua Majestade, o imperador da Alemanha. É possível cair mais baixo?

Somente Lyon pode lhe poupar desta queda e desta morte vergonhosa. Mas, para isso, é preciso que Lyon desperte, que aja, sem perder um dia, um instante. Os prussianos, infelizmente, não perdem mais tempo. Eles desaprenderam a dormir: sistemáticos como sempre são os alemães, seguindo seus planos, sabiamente combinados, com uma precisão desesperadora, e unindo a esta antiga qualidade de sua raça uma rapidez de movimento que foi considerada, até agora, o apanágio exclusivo das tropas francesas, eles avançam resolutamente, mais

⁹³ *Idem.*

⁹⁴ Por exemplo: “Eis que vinte e cinco dias se passaram desde a proclamação da República, e o que foi feito para preparar e organizar as defesas de Lyon? Nada, absolutamente nada”. *Ibidem*, p. 4.

ameaçadores do que nunca, ao próprio coração da França. Eles marcham para Lyon. E o que faz Lyon para se defender? Nada.⁹⁵

Por fim, o gênero epistolar foi estratégico para harmonizar *o estilo digressivo e despojado* do discurso bakuniniano, que frequentemente se dirige ao remetente da carta em tom familiar ou direto⁹⁶, na segunda pessoa do singular, empregando neologismos livremente e, por vezes, inserindo elementos de oralidade⁹⁷. De fato, tais escolhas estilísticas buscam produzir o efeito de *transparência discursiva*, em contraste ao tom normativo ou “doutrinário” do registro discursivo científico desengajado, e, aliás, se sustentam nas considerações do autor sobre a própria linguagem:

Quando, em um país, a língua literária, científica e filosófica se afasta [*sic*] da língua popular ao ponto de o povo parar de compreendê-la, este é um sinal de decadência certa para a língua e para o país. A única fonte inesgotável e capaz [de fornecer] todos os materiais necessários à formação de uma boa língua literária é a língua popular, sempre progressiva e viva na medida em que o povo que a fale permaneça progressivo e vivo. Todo pensador original cria necessariamente e involuntariamente neologismos. Quando ele não os cria, acontece que ele não é nem original nem pensador, mas um repetidor de velhas ideias⁹⁸.

O estilo digressivo é característico da maneira como Bakunin apresenta e desenvolve as temáticas do livro – como um encadeamento de digressões na qual uma temática suscita a seguinte, esclarecendo as anteriores de forma assistemática. Para compreendermos a importância desse recurso, devemos analisar, primeiramente, as escolhas temáticas características do livro segundo a disposição de suas partes.

Aqui, cabe uma breve comparação entre *L'Empire* e os escritos epistolares que o precederam – as *Cartas a um francês* e, sobretudo, os *manuscritos de Marselha* de outubro de 1870. Tal como estes trabalhos, a Primeira Parte de *L'Empire* foi escrita como uma longa carta⁹⁹ na qual Bakunin fala a um companheiro lyonês anônimo, em tom direto,

⁹⁵ *Idem.*

⁹⁶ Dirigir-se diretamente ao remetente é um recurso muito recorrente na Primeira Parte, que exemplificamos com a seguinte passagem: “Você sabe melhor que eu, caro amigo, o destino deste infeliz empréstimo aberto pela organização da defesa de Lyon, pela municipalidade desta cidade. Quantos subscritores vieram? Tão poucos que os entusiastas do patriotismo burguês se mostraram muito humilhados, desolados e desesperados”. *Ibidem*, p. 14.

⁹⁷ Sobre os neologismos e os traços de oralidade na linguagem de Bakunin, ver: LEHNING, Arthur. “Introduction”... *op.cit.*, p. xxxiv.

⁹⁸ Essa passagem foi citada por Lehning de um dos fragmentos da redação intermediária. Ver: *Idem*, p. xxxiv e BAKOUNINE, VIII, p. 446.

⁹⁹ Tanto os *manuscritos de Marselha* quanto *L'Empire* foram modelados sobre o início de uma carta real, a *carta à Louis Palix* datada de 29 de setembro de 1870. Ver em: *Idem. Lettres à Louis Palix (brouillon), 29 septembre 1870*, VII, p. 294-296.

sobre as duas alternativas que se impõem: as consequências trágicas da vitória prussiana na guerra, auxiliada pelos republicanos franceses e bonapartistas aquartelados no governo provisório, ou o triunfo da revolução social na França – que deveria ser encabeçada pelas classes trabalhadoras do campo e das cidades, e organizadas de baixo para cima nas comunas provinciais em detrimento do centro administrativo do Estado (Paris), que deveria renunciar à sua função de centralização política.

Assim, os três textos epistolares privilegiam a análise da conjuntura francesa durante a guerra analisando, especialmente, o governo provisório e as potencialidades revolucionárias na França. Contudo, a Primeira Parte de *L'Empire* amplia notavelmente o escopo analítico em comparação com seus predecessores, dirigindo-se além da França para uma análise histórica da conjuntura geopolítica europeia, em especial as relações entre a Alemanha e a Rússia. Isto permite a Bakunin ampliar o entendimento sobre a significação do avanço reacionário na Europa. Segundo o anarquista, os dois impérios se veriam forçados a uma aliança inevitável naquela conjuntura (ainda que desagradável para ambos) devido à delicadeza da “questão polonesa” e ao descontentamento dos países ocidentais com seu beligerantismo e seu expansionismo imperial.

Nos três textos, as digressões giram em torno de como conduzir a guerra através da revolução e sobre os elementos que mantêm a França paralisada diante desta tarefa – aquilo que Bakunin denomina o *culto místico da autoridade*. Segundo Bakunin,

(...) Na França, o culto místico da autoridade, o amor pelo comando e o hábito de se deixar comandar destruíram na sociedade, bem como na maioria dos indivíduos, todo sentimento de liberdade, toda fé na ordem espontânea e viva que apenas a liberdade pode criar. Fale a eles sobre liberdade e eles protestarão contra a anarquia; porque lhes parece que, no momento que esta disciplina do Estado, sempre violenta e opressiva, deixar de agir, toda a sociedade deverá se desfazer e desmoronar. Aí se encontra o segredo da surpreendente escravidão que a sociedade francesa suporta desde que fez sua grande revolução. Robespierre e os jacobinos legaram a ela o culto da disciplina do Estado. Você reconhecerá este culto inteiramente em todos os vossos republicanos burgueses, oficiais e oficiosos, e é ele que leva a França à perdição atualmente. Ele a condena ao paralisar a única fonte e o único meio de libertação que lhe resta – o livre desdobramento das forças populares – , e ao buscar sua salvação na autoridade e na ação ilusória de um Estado que não representa mais nada, atualmente, além de uma vã pretensão despótica, acompanhada de uma impotência absoluta.¹⁰⁰

Em *L'Empire*, diferente dos textos epistolares precedentes, a ênfase recai notavelmente na análise do culto da autoridade: na Primeira Parte, tal como fica implícito

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 8.

na citação acima, o procedimento analítico de Bakunin consiste em distinguir o Estado e o povo/a nação (também descritos como o país “oficial” e o país “orgânico”) e analisar as origens históricas e a influência do culto de autoridade na manutenção das formas de dominação nas sociedades em questão, sobretudo na Alemanha, cujo império encarna sua máxima realização contemporânea e a principal força histórica da reação naquela conjuntura¹⁰¹; na Segunda Parte, por sua vez, trata-se de ampliar novamente o escopo e analisar o próprio *princípio de autoridade*, suas origens histórico-antropológicas e suas diferentes manifestações, passadas e presentes (seu papel na manutenção da ordem burguesa). A crítica da autoridade é tematizada de forma difusa no livro mediante o encadeamento de digressões, mas se torna inegavelmente seu tema central – como veremos no capítulo 2. Neste momento, queremos destacar as estratégias para criar continuidades temáticas e estilísticas entre as duas partes do corpo principal do livro e suas implicações.

A reorientação temática (da França para a Alemanha) é introduzida no texto da Primera Parte precisamente a partir da página 81 da segunda redação¹⁰², e têm em vista a continuidade temática entre a análise do culto de autoridade na Alemanha e a oposição ao socialismo “doutrinário” dos alemães nos *Sofismas históricos*. Tal como o “revolucionarismo burguês” dos republicanos radicais franceses (jacobinos ou não), os socialistas alemães também são acusados de falta de radicalidade revolucionária por seu respeito a autoridade do Estado. Esse plano temático aponta para a *mudança da situacionalidade (a inscrição contextual) do livro* durante a segunda redação, que não busca apenas esclarecer os franceses sobre os fatos que se passam em seu país (como os escritos epistolares precedentes), mas deseja marcar a intervenção de Bakunin nos debates internos da Internacional.

É interessante destacar, primeiramente, que a primeira versão de *L'Empire*, da primeira redação (que poderíamos nomear apenas como *A Revolução Social ou a Ditadura Militar*, seguindo o primeiro título do livro) criava uma continuidade direta entre a análise da conjuntura francesa durante a guerra e as discussões filosóficas

¹⁰¹ Bakunin defende que o culto religioso da autoridade na Alemanha, que remete ao ideal medieval do império universal, enraizou-se entre os alemães após a reforma protestante e o silenciamento da revolta popular nas guerras camponesas, sendo então historicamente imposto nos países eslavos durante a conquista da Polônia e o processo de “germanização” da nobreza russa implicados pelo expansionismo germânico na Europa oriental. Assim, Bakunin cria uma analogia histórica entre a antiga expansão alemã nos países eslavos e a guerra franco-prussiana, argumentando que a derrota da França implicaria a “germanização” de suas estruturas sócio-políticas e o triunfo da reação na Europa. Ver: *Idem*, p. 49-82.

¹⁰² *Ibidem*, p. 49.

(ontológico-epistemológicas) dos manuscritos que formariam as *Considerações filosóficas* na segunda redação. Por sua vez, é apenas na última versão de *L'Empire*, da segunda redação (quando o livro ganhou, enfim, seu novo título), que Bakunin ampliou o escopo analítico da Primeira Parte e, ao mesmo tempo, compôs os *Sofismas Históricos*. Isto criou uma nova situacionalidade para o livro – a nova expectativa de recepção converte o leitor tácito (que é metonimizado na figura do remetente na Primeira Parte), que antes poderia ser um francês anônimo com inclinações radicais, em um membro da Associação Internacional dos Trabalhadores que conhece seus debates internos¹⁰³.

Desse modo, se percebe como as coordenadas contextuais que determinam a orientação axiológica do discurso foram inscritas no texto a partir de uma escolha ao mesmo tempo temática e poética. Se pudemos verificar a inscrição da situacionalidade de *L'Empire* a partir de suas continuidades (temáticas), também devemos verificá-la nas importantes diferenças estilístico-formais entre a Primeira Parte e o restante do livro. Trata-se, notavelmente, do abandono do gênero epistolar nos *Sofismas históricos*, o que resulta numa inescapável sensação de *desarmonia formal* na arquitetura poética de *L'Empire*. Esta desarmonia deve ser entendida como resíduo do inacabamento do livro¹⁰⁴, mas também como resultado das estratégias retóricas que marcaram sua composição em

¹⁰³ Esse contraste entre as duas versões de *L'Empire* pode ser verificado ao se comparar as 25 páginas manuscritas descartadas da primeira redação (que ligavam as primeiras 80 páginas da Primeira Parte com os manuscritos das *Considerações filosóficas*) com as páginas que as substituíram na segunda redação, atentando para o efeito que criam na continuidade do texto. Cf. *Ibidem*, p. 49-82 (versão da segunda redação) e p. 343-360 (versão da primeira redação).

¹⁰⁴ Apesar do sentido pejorativo inescapável da palavra “desarmonia”, não a empregamos em sentido normativo (a partir do par “harmonia vs. desarmonia”). Devemos notar que, a rigor, já havia uma desarmonia formal na primeira redação provocada pela ampliação do escopo temático e analítico com a composição dos manuscritos que se tornaram as *Considerações filosóficas* – ou seja, o contraste entre os elementos do gênero epistolar, que pautaram a composição do livro desde o início, e os elementos do gênero tratadístico assumidos no novo texto. A segunda redação “resolveu” este problema ao relocalizar o tratado filosófico de Bakunin no corpo do livro e, ao mesmo tempo, ao criar uma “solução editorial” com sua publicação em duas brochuras separadas. Existe a hipótese conjectural de que Bakunin iria atribuir aos editores a tarefa de converter os *Sofismas históricos* numa nova carta. Primeiramente, porque este foi o procedimento adotado na publicação de seu texto precedente, as *Cartas a um francês*, na qual Guillaume gozou de plena liberdade editorial para dispor dos manuscritos e reestruturar o texto selecionado segundo os interesses propagandísticos da gráfica. Além disso, há uma passagem na Primeira Parte em que Bakunin menciona, ao remetente, a intenção de elaborar seu pensamento sobre o sufrágio universal em uma segunda carta nunca escrita (temática que é abordada de forma igualmente difusa nos *Sofismas históricos*). Portanto, pensamos a “desarmonia formal” de *L'Empire* como um elemento estrutural do material textual reconhecido pelo autor, que permaneceu nos manuscritos não publicados devido ao inacabamento do livro. Sobre a publicação das *Cartas a um francês*, ver os prefácios de Guillaume em: *Idem. Oeuvres... op.cit.*, vol. II, p. 71-77 e vol. IV, p. 3-4 e p. 75-81. Sobre a menção da segunda carta, ver: “Eu lhe confesso, caro amigo, que não compartilho nem um pouco da devoção supersticiosa de vossos burgueses radicais ou de vossos republicanos burgueses pelo sufrágio universal. Numa outra carta, vou lhe expor as razões que não permitem que eu me exalte por ele”. BAKOUNINE, VIII, p. 14. Ver também a nota 7 de Arthur Lehning sobre a menção a esta “outra carta” e o abandono do gênero epistolar por Bakunin durante a trajetória escritural do livro. Contudo, Lehning não considera a possibilidade de o anarquista atribuir esta tarefa aos editores durante a publicação (então abortada) da Segunda Parte. Cf. *Idem*, p. 542, nota 7.

função da nova expectativa de recepção criada pela situacionalidade do livro em sua última versão.

O texto dos *Sofismas históricos* rompe com o gênero epistolar em favor de uma estrutura com elementos tratadísticos, mas também com elementos do *gênero apologético*. Vimos, por exemplo, como o autor estiliza a abertura deste texto na forma de uma defesa pública de si contra as acusações mentirosas de que teria sido alvo pelos socialistas “doutrinários” da Alemanha, o que ocasionaria a polêmica filosófica aberta sobre o materialismo e o idealismo, amplamente discutida na Segunda Parte, fundamentando sua oposição ao ideal de “Estado popular” (*Volksstaat*) da social-democracia lassalliana em favor de um programa libertário¹⁰⁵. Desse modo, o texto é abruptamente desprovido dos marcadores do gênero epistolar: o discurso já não se refere, em linguagem direta, a um remetente-companheiro com o qual o autor cerrou ombros nas barricadas do dia anterior, tampouco respeita o delimitador temporal (e temático) da datação da carta. Contudo, Bakunin mantém o recurso estilístico de encadeamento de digressões e a linguagem despojada e franca com o leitor, buscando o mesmo efeito de transparência discursiva numa nova situacionalidade.

Para ilustrar o estilo digressivo de Bakunin, citamos a seguinte passagem exemplar dos *Sofismas Históricas*: é anunciado ao leitor o tema a ser discutido no livro, isto é, a falsidade do idealismo frente a verdade do materialismo; esta consiste em que a história das sociedades é determinada por sua história econômica, determinação que, no entanto, é pautada pela negação dialética da *animalidade* como condição da afirmação progressiva da *humanidade*, movimento do progresso histórico que é realizado pelas faculdades humanas de pensar e de se revoltar¹⁰⁶; a partir disso, o autor passa a discutir a narrativa bíblica do pecado original e da queda do homem para ilustrar sua tese.

A Bíblia, que é um livro muito interessante e, às vezes, muito profundo, quando o consideramos como uma das mais antigas manifestações, que chegou até nós, da sabedoria e da fantasia humanas, exprime esta verdade de uma maneira bastante ingênua em seu mito do pecado original. Jeová, que, de todos os bons deuses que já foram adorados pelos homens, é certamente o mais invejoso, o mais vaidoso, o mais feroz, o mais injusto, o mais sanguinário, o mais déspota e o maior inimigo da dignidade e da liberdade humanas, ao ter criado Adão e Eva, por não se sabe qual capricho – sem dúvida para romper seu tédio que deve ser terrível em sua solidão eternamente egoísta, ou para se dar novos escravos –, deixou generosamente a sua disposição toda a terra, com todos os seus frutos e todos os animais da terra, impondo a este

¹⁰⁵ Cf. *Ibidem*, p. 83-87 (textos do corpo principal e da nota-rodapé). A apologética de Bakunin é analisada nos capítulos seguintes, sobretudo no capítulo 3. Ver páginas 75-81 deste trabalho.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 87-88.

gozo completo apenas um único limite. Foi-lhes expressamente proibido tocar nos frutos da árvore do conhecimento. Ele desejou que o homem, privado de toda consciência de si mesmo, permanecesse uma besta eterna, sempre sobre quatro patas diante do Deus eterno, seu Criador e seu Mestre. Mas eis que veio Satã, o eterno revoltado, o primeiro livre-pensador e o emancipador de mundos. Ele fez o homem envergonhar-se de sua ignorância e de sua obediência bestiais; ele o emancipou e imprimiu sob sua frente o signo da liberdade e da humanidade, ao fazê-lo desobedecer e à comer o fruto da árvore do conhecimento.

Sabemos o resto. O bom Deus, cuja presciência, que constitui uma de suas faculdades divinas, deveria tê-lo advertido do que iria acontecer, tomou-se de um furor terrível e ridículo: ele amaldiçoou Satã, o homem e o mundo criado por ele mesmo – como que atacando, por assim dizer, a si mesmo em sua criação própria, como fazem as crianças quando ficam com raiva. E, não contente em atacar nossos ancestrais no presente, ele amaldiçoou todas as suas gerações no futuro, inocentes do crime cometido por seus ancestrais. Nossos teólogos católicos e protestantes acham isto muito profundo e muito justo, precisamente porque é monstruosamente iníquo e absurdo! Depois, lembrando-se que ele não era apenas um Deus de vingança e de cólera, mas também um Deus de amor, após ter atormentado a existência de alguns milhares de pobres seres humanos e os condenando a um inferno eterno, ele se apiedou dos restantes e, para salvá-los, para reconciliar seu amor eterno e divino com sua cólera eterna e divina, sempre ávida de vítimas e de sangue, ele enviou ao mundo, como uma vítima expiatória, seu único filho, afim de que ele fosse morto pelos homens. Isto se chama o mistério da Redenção, base de todas as religiões cristãs. Se, pelo menos, o divino Salvador tivesse salvado o mundo humano! Mas não. No Paraíso prometido pelo Cristo, sabemos, porque é formalmente anunciado, haverá apenas alguns eleitos. O resto, a imensa maioria das gerações presentes e futuras, arderá eternamente no Inferno. Enquanto isso, para nos consolar, Deus, sempre justo, sempre bom, abandonou a terra ao governo dos Napoleão III, dos Guilherme I, dos Ferdinando da Áustria e dos Alexandres de todas as Rússias.

Tais são os contos absurdos que debitam, e tais são as doutrinas monstruosas que são ensinadas, em pleno século XIX, em todas as escolas populares da Europa, sob a ordem expressa dos governos. Chama-se isso de civilizar os povos! Não é evidente que todos estes governos são os envenenadores sistemáticos, os bestializadores interessados das massas populares?¹⁰⁷

Antes de retornar à conclusão de sua discussão sobre o pecado original, Bakunin ainda comenta: “me deixei levar longe demais de meu assunto principal pela ira que me

¹⁰⁷ *Idem*, p. 88-89.

toma toda vez que penso nos ignóbeis e criminosos meios que se empregam para manter as nações numa escravidão eterna, afim de poder melhor tosá-las, sem dúvida”¹⁰⁸. Ao mesmo tempo que a reinterpretação da narrativa bíblica ilustra a tese anunciada anteriormente sobre o materialismo, a passagem também serve para ilustrar e anunciar as outras temáticas que serão abordadas e com que fim: a identificação da relação entre religião e dominação e, portanto, a crítica da religião como meio de elaboração de um método de crítica da autoridade – como veremos no capítulo 2.

Além disso, a crítica da autoridade é mobilizada, por vezes, para acusar a social-democracia alemã de conivência estratégica com o autoritarismo prussiano, em nome da criação de um Estado alemão unitário. Para Bakunin, o ideal alemão do “Estado popular” é expressão do enraizamento do culto da autoridade mesmo entre os socialistas da Alemanha¹⁰⁹. Tal como o jacobinismo na França, trata-se de uma herança do “revolucionarismo burguês” com a qual é preciso romper, pois implica a reinstituição do princípio de autoridade no seio do socialismo e, portanto, a morte da revolução. Por fim, os *Sofismas Históricas* também desdobram tematicamente a reflexão da Primeira Parte ao sugerir a ideia de que a derrota da França também significará a proeminência do socialismo “doutrinário” alemão e sua reinstituição do “culto de autoridade” no movimento internacional dos trabalhadores.

Dessa forma, e apesar de sua desarmonia formal estrutural, o corpo principal do livro procura manter uma unidade estilística e um encadeamento temático coerentes. Isto inclui as *Considerações Filosóficas*, que são remetidas ao longo de toda a Segunda Parte como seu complemento teórico, o que constitui o elemento estilístico que lhe permite assumir francamente o gênero tratadístico (depurado de qualquer entonação “doutrinária”): o texto passa a ser estilizado numa argumentação dissertativa sistemática, e praticamente abandona o estilo digressivo característico do corpo textual principal do livro¹¹⁰. Como dissemos acima, o apêndice exerce a função de construir as premissas

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 89.

¹⁰⁹ Ver, notavelmente, a longa nota-de-rodapé que inicia na página 102 da Primeira Parte e se estende até a página 106, na qual crítica o “sofisma histórico” cometido por Marx ao responsabilizar o despotismo russo por reforçar o despotismo na Alemanha. Bakunin argumenta que, pelo contrário, o “culto da autoridade” na Rússia e seu “Estado bizantino tártaro moscovita” tem sua origem nos czares de São Petersburgo e sua nobreza “germanizada”, que estão em constante conflito com as revoltas camponesas, isto é, os levantes cossacos de Stenka Razin e Pugachev nos séculos XVI-XVII. Para Bakunin, Marx deve buscar a semente do despotismo alemão na própria Alemanha e em seu culto místico da autoridade, tão enraizado que também se manifesta entre os socialistas ou “comunistas doutrinários”. *Ibidem*, p. 61-64.

¹¹⁰ Convém notar que, mesmo com todos estes protocolos formais para depurar o gênero tratadístico de seu tom normativo, o autor abre a discussão com uma apologética: “Este não é o lugar para entrar em

filosóficas que informam, retroativamente, as análises propostas no corpo do livro (criando um vínculo de dependência mútua autoconsciente com a Segunda Parte). Tematicamente, o apêndice formula o *conceito de natureza*, a premissa fundamental da ontologia materialista de Bakunin. A partir desse conceito, o anarquista vai definir o conceito de natureza humana e de progresso sócio-histórico (ético-cognitivo e material), no qual joga importante papel a discussão sobre a religião como história da consciência humana e origem do princípio de autoridade. A partir disso, o autor elabora sua epistemologia através da noção de que a ciência está sempre submetida à vida. Com isso, o autor polemiza com Comte e seus discípulos, elaborando sua discussão sobre a ciência e sua crítica do ideal positivista do “governo dos sábios”.

Dessa maneira, o livro de Bakunin busca elaborar um certo saber teórico baseado em uma postura que são, ambos, entendidos como francamente “consequentes” (radicalmente engajados) e antiautoritários. *L’Empire* desenvolve tematicamente e encarna em sua poética *um paradigma ético-cognitivo anarquista* para sustentar um programa político libertário. O anarquista pressupõe o ideal iluminista de *esclarecimento e progresso* material e ético-cognitivo. Contudo, trata-se de um discurso conscientemente crítico da sua própria autoridade e de seu potencial autoritarismo: vimos como os principais protocolos poéticos mobilizados na composição do livro – notavelmente o gênero epistolar e o estilo digressivo-despojado, bem como a própria arquitetura poética do livro – visam, principalmente, aos efeitos de aproximação entre autor e leitor através da transparência discursiva e de apagamento da atividade normativa do autor. Com isso, a escrita bakuniniana também se inscreve nas modalidades da expressão romântica, fundadas, por exemplo, em Rousseau, e caracterizadas pela valorização da franqueza e da sensibilidade honesta estilizadas no discurso e inscritas na materialidade dos escritos¹¹¹. À tais elementos, Bakunin agrega a valorização proudhoniana da emancipação através do esclarecimento das práticas, insistindo no enraizamento essencialista do discurso nos “acontecimentos” ou “fatos”. Portanto, a qualidade *anarquista*, destacada e assumida pelo autor, é o elemento central que condensa e organiza o livro em conformidade ao ideal de revolução social defendido – o qual, como veremos no capítulo seguinte, está largamente enraizado numa reinterpretação materialista da teoria da anarquia de Proudhon.

especulações filosóficas sobre a natureza do Ser. No entanto, como me vejo forçado a utilizar esta palavra, *natureza*, com frequência, acredito que devo dizer o que entendo por esta palavra”. *Ibidem*, p. 193.

¹¹¹ Sobre a expressão romântica, ver: DARNTON, Robert. Os leitores respondem a Rousseau: a fabricação da sensibilidade romântica. In: *Idem*. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa* (trad. Sônia Coutinho). Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986, p. 277-328.

CAPÍTULO 2 – ALIENAÇÃO E LIBERDADE: A REVOLUÇÃO SOCIAL EM MIKHAIL BAKUNIN

O próximo passo de nossa investigação será analisar a dimensão propositiva de *L'Empire*, ou seja, a concepção bakuniniana de revolução e de socialismo desenvolvidas nas bases tonais da pragmática textual do livro. Vimos no capítulo anterior como Bakunin recorre à forma livro para construir um lugar de autoridade para o seu discurso teórico libertário que, por isso mesmo, cria estratégias para delimitar a inclinação ético-moral do revolucionário como teórico. Nesse sentido, o livro busca encarnar um paradigma ético-cognitivo qualitativamente *anarquista*, isto é, um saber que se pretende radicalmente revolucionário e, por isso, emancipatório e não “doutrinário”. Trata-se de uma atividade teórica radicalmente comprometida com a ação de libertação e esclarecimento da qual ela mesma deve ser expressão imanente. A revolução social e seu movimento de consolidação é, portanto, o elemento definidor das premissas que balizam a ética revolucionária bakuniniana e seus critérios de um saber teórico emancipatório.

A qualidade anarquista do revolucionário *consequente* é entendida como uma postura prático-teórica necessariamente antitética àquilo que Bakunin designa como o princípio de autoridade – por isso ela se define em torno do par antitético “revolução vs. autoridade”. Essa oposição é sempre destacada, por exemplo, pelos títulos do livro: a alternativa colocada pelo primeiro título, *A revolução social ou a ditadura militar*, dá lugar a *O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social* apenas para enfatizar a identificação histórica do princípio de autoridade com o Império prussiano e o universalismo da revolução social com a causa francesa na guerra¹¹². Por essa razão, o trabalho principal de Bakunin em seu livro consistiu em investigar as manifestações do princípio de autoridade e seu papel na manutenção da ordem burguesa.

Por conta disso, será estratégico analisar a crítica bakuniniana da autoridade para compreender seu entendimento da revolução e do socialismo. Veremos que o anarquista elabora uma teoria da autoridade que identifica em suas manifestações históricas o efeito de submeter os sujeitos não apenas mediante a coerção física, mas, sobretudo, mediante o engendramento da *alienação* de sua consciência, prática necessária para torná-los inclinados à submissão voluntária e viabilizar o governo. Por esse motivo, a condição de possibilidade da revolução social, segundo Bakunin, consiste na irredutibilidade completa do princípio de liberdade pela alienação autoritária, que permanece latente no sujeito

¹¹² Essa mesma alternativa é ressaltada no título de seu último livro: *Estatismo e anarquia*.

submetido na forma do *instinto de revolta*. A tarefa do socialista revolucionário consiste, portanto, em criar as condições para a libertação física e espiritual do agente revolucionário, as classes trabalhadoras, e, assim, converter revolta em revolução.

2.1. Alienação e dominação: A estrutura teológica da autoridade

Vimos no capítulo anterior o quanto Bakunin recorria a reciclagem de seus manuscritos não publicados na redação de seus novos projetos. Uma das passagens mais insistentemente reaproveitadas pelo autor é o silogismo que aparece em *L'Empire* da seguinte maneira:

Se Deus existe, o homem é escravo; ora, o homem pode e deve ser livre, logo Deus não existe. Eu desafio quem quer que seja a escapar desse impasse; portanto, que se escolha¹¹³.

Esse silogismo já havia sido empregado na obra *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*¹¹⁴ (1867-68) e em diversos textos ou projetos mais antigos da década de 1860¹¹⁵. Tal como no manuscrito sobre o “antiteologismo”, Bakunin a utiliza em *L'Empire* para reafirmar a necessária ligação entre socialismo e ateísmo. A fórmula condensa sua argumentação central de que a ideia de Deus é a origem e a expressão mais bem-acabada do princípio de autoridade: “(...) A ideia de Deus implica a abdicação da razão e da justiça humana: ela é a negação mais decisiva da liberdade humana e conduz necessariamente à escravidão dos homens, na teoria e na prática”¹¹⁶. Por isso, os fundamentos da teoria bakuniniana da autoridade se encontram em uma crítica histórico-filosófica da religião.

A urgência desse procedimento crítico, segundo o anarquista, reside no poder ainda exercido pela ideia divina no século XIX, apresentando um risco real, mesmo para as mentes mais progressistas que frequentemente se deixam seduzir *inadvertidamente* por ela. Por isso, a crítica da religião é duplamente importante. Em primeiro lugar, é preciso

¹¹³ BAKOUNINE, VIII, p. 99. Tradução nossa.

¹¹⁴ Nessa obra, o silogismo é enunciado de outra maneira: “Deus existe; portanto, o homem é escravo. O homem é inteligente, justo, livre; portanto, Deus não existe. Desafiamos quem quer que seja a sair deste círculo e, agora, que se escolha”. BAKUNIN, Mikhail. *Federalismo, socialismo, antiteologismo*. São Paulo: Cortez, 1988, p. 41. Um indício da reutilização direta desses manuscritos na redação de *L'Empire* é que o silogismo é enunciado exatamente desta maneira no manuscrito das *Considerações Filosóficas* da primeira redação do livro, mas ajustada na segunda redação ao ser inserido nos *Sofismas Históricos*. Cf. *Ibidem*, p. 232.

¹¹⁵ NETTLAU, Max. “Apresentação”. In: *Ibidem*, p. xvii-xviii; ANGAUT, Jean-Christophe. *Liberté et histoire chez Michel Bakounine* (tese de doutorado), 2 vols. Université Nancy 2, 2005, vol. 1, p. 258, nota 4; BAKOUNINE, VIII, p. 552, nota 71.

¹¹⁶ *Idem*, p. 99.

compreender de que maneira a ideia divina se produziu no desenvolvimento histórico da consciência humana para que ela possa ser atacada “nas profundezas” do ser humano; caso contrário, ela nunca será erradicada do coração das massas, pois fica-se condenado à uma “luta estéril (...) somente na superfície” contra as suas

inúmeras manifestações, cujo caráter absurdo, logo que abatido por golpes de bom-senso, renascerá imediatamente sob uma forma nova e não menos insensata. Raiz de todos os absurdos que atormentam o mundo, a crença em Deus, enquanto continuar intacta, nunca deixará de gerar novos rebentos¹¹⁷.

A segunda razão é de natureza autocrítica: devido ao poder e a esse potencial germinante atribuídos à ideia divina, sua crítica é convertida em critério epistemológico para a elaboração de um saber teórico genuinamente libertário e emancipatório:

Não é somente no interesse das massas, é no interesse da saúde de nosso próprio espírito que devemos nos esforçar para entender a gênese histórica, a sucessão das causas que desenvolveram e produziram a ideia de Deus na consciência dos homens. Podemos muito bem nos chamar e nos imaginar ateus: enquanto não tivermos entendido as causas, sempre nos deixaremos dominar pelos clamores desta consciência universal, cujo segredo não teremos surpreendido; e, tendo em vista a fraqueza natural até do indivíduo mais forte contra a influência todo-poderosa do meio social que o engloba, sempre correremos o risco de recair, mais cedo ou mais tarde, e de uma maneira ou de outra, no abismo do absurdo religioso. Os exemplos destas conversões vergonhosas são frequentes na sociedade atual¹¹⁸.

O procedimento a ser realizado consiste na investigação das *razões práticas* da crença religiosa no corpo principal do livro, ancorada em considerações sobre suas *razões teóricas* derivadas da investigação histórica realizada mais sistematicamente no apêndice¹¹⁹.

É preciso acentuar o fato de que, em *L'Empire*, Bakunin realiza essa análise como parte da elaboração de sua filosofia materialista: a crítica da religião lhe serve, em primeiro lugar, para combater o idealismo, que entende ser a derradeira manifestação histórica e a reatualização da ideia de Deus no século XIX. Isto lhe permite fazer generalizações e analogias estratégicas para ampliar sua análise numa teoria da autoridade, que é entendida como o complemento necessário ao materialismo histórico do *Manifesto Comunista*, pois relativiza o determinismo econômico aceito por esse

¹¹⁷ *Idem*, p. 97.

¹¹⁸ *Idem*.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 97-98.

documento em sentido absoluto¹²⁰ e prevê a possibilidade de aquisição da liberdade mediante a libertação da consciência, uma parte necessária do projeto de emancipação integral (material e espiritual) das classes trabalhadoras.

Nesse sentido, podemos adiantar uma das críticas teóricas feitas ao comunismo “doutrinário” alemão: seu materialismo não estaria plenamente depurado dos efeitos da ideia divina, pois reinstalou o princípio de autoridade no seio do socialismo na forma da “religião do Estado”¹²¹. Dessa maneira, podemos afirmar que a crítica da autoridade mediante a crítica materialista da religião é estimada pelo autor como a principal característica teórica distintiva do paradigma ético-cognitivo anarquista em relação ao materialismo “doutrinário” dos socialistas alemães.

A narrativa do desenvolvimento da ideia de Deus fundamenta uma filosofia materialista da *história da consciência humana* que evolui através da dialética entre homem e natureza. A ideia divina vai se formando progressivamente ao longo de estágios de evolução da capacidade humana de apreensão da realidade (de si mesmo e da “natureza externa”): em pelo menos três momentos diferentes (objetivando tirar conclusões distintas em cada um), o autor narra como o homem primitivo passa ao terreno da história pelo estágio grosseiro do fetichismo, que vai se desenvolver para o estágio da religião propriamente dita com o politeísmo, num processo que culmina na noção do Deus único, espiritualizado e externo ao mundo material das grandes religiões monoteístas¹²². Dentre elas, o cristianismo constitui a expressão mais bem-acabada da religião enquanto fenômeno antropológico – a culminância do processo histórico de desenvolvimento da consciência religiosa e, por isso mesmo, o início do seu declínio histórico.

A apreensão da realidade material se fundamenta na faculdade humana da *abstração*¹²³. Desde o estágio fetichista, as religiões ou cultos divinos se formam pela abstração de qualidades e atributos essenciais do mundo material e sua projeção em objetos ou locais sagrados, permitindo a construção de explicações cosmológicas da realidade que organizam a vida humana individual e coletivamente. Com a superação do “materialismo grosseiro” da religiosidade fetichista, passa-se aos muitos deuses locais e

¹²⁰ Segundo Bakunin, o erro dos comunistas doutrinários da Alemanha seria tomar por base de suas teorias “um princípio que é profundamente verdadeiro quando o consideramos em seu aspecto verdadeiro, isto é, de um ponto de vista relativo, mas que, encarado e apresentado de uma maneira absoluta, como o único fundamento e a fonte primeira de todos os outros princípios, como o faz a escola, torna-se completamente falso”. *Ibidem*, p. 86.

¹²¹ *Ibidem*, p. 132.

¹²² Cf. *Ibidem*, p. 115-119, p. 130-139 e p. 231-241.

¹²³ *Ibidem*, p. 197-198

nacionais do politeísmo num processo de antropomorfização, ampliação e distanciamento progressivos da ideia divina em relação ao homem e ao mundo material, que culmina na universalidade metafísica do Deus monoteísta. Ao mesmo tempo, esse processo completa a abstração de todas as qualidades essenciais do mundo material e do próprio homem, que se tornam cada vez mais empobrecidos e embrutecidos diante da onipotência espiritual da ideia divina: o mundo material é reduzido ao entendimento idealista da “vil matéria”¹²⁴ desprovida de virtude e o homem é reduzido à escravidão.

Existem dois pontos principais a serem destacados na análise bakuniniana da religião, que traduzem, respectivamente, suas dimensões progressista e reacionária enquanto fenômeno histórico-antropológico. O primeiro ponto diz respeito ao papel fundamental da religião no desenvolvimento da consciência humana em geral, ou seja, no *esclarecimento* progressivo da consciência humana sobre si mesma e sobre o mundo material. Segundo Bakunin:

Todas as religiões, com seus deuses, seus semideuses, e seus profetas, seus messias e seus santos, foram criadas pela fantasia crédula dos homens que ainda não haviam chegado ao pleno desenvolvimento e à plena posse de suas faculdades intelectuais; em consequência disso, o céu religioso é apenas uma miragem na qual o homem, exaltado pela ignorância e pela fé, reconhece sua própria imagem, mas engrandecida e invertida, ou seja, *divinizada*. A história das religiões, aquela do nascimento, da grandeza e da decadência dos deuses que se sucederam na crença humana, não é nada a não ser o desenvolvimento da inteligência e da consciência coletiva dos homens¹²⁵.

Muitos autores¹²⁶ destacaram o quanto a crítica bakuniniana da religião está baseada no diálogo estreito com o ateísmo humanista de Ludwig Feuerbach. Com efeito, o próprio anarquista irá referenciar o filósofo alemão em uma importante passagem das *Considerações filosóficas* definidora de seu materialismo naturalista:

Como foi bem observado por um dos mais ousados e simpáticos pensadores de nossos dias, Ludwig Feuerbach, *o homem faz tudo que os animais fazem, exceto que ele é chamado a fazê-lo – e, graças a esta faculdade tão extensa de pensar, graças a este poder de abstração que o distingue dos animais de todas as outras espécies, ele é forçado a fazê-lo – cada vez mais HUMANAMENTE*. Esta é toda a diferença, mas ela é enorme. Ela contém em germe toda a nossa civilização, com todas

¹²⁴ *Ibidem*, p. 90.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 98.

¹²⁶ MCLAUGHLIN, Paul. *Mikhail Bakunin: the philosophical basis of his anarchism*. New York: Algora, 2000, p. 161 et passim; ANGAUT, Jean-Christophe. *Liberté et histoire chez Michel Bakounine... Op. Cit.*, p. 263-267; FERREIRA, Andrey. Anarquismo, pensamento e práticas insurgentes: fenômeno da “Primeira Internacional”? In: BAKUNIN, M. *De baixo para cima e da periferia ao centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin* (trad. e org. por A. C. Ferreira e T. B. de Souza Toniatti). Niterói: Editora Alternativa, 2014, p. 21-61, p. 34 et passim.

as suas maravilhas da indústria, da ciência e das artes; com todos os seus desenvolvimentos religiosos, filosóficos, estéticos, políticos econômicos e sociais – em uma palavra, todo o mundo da história¹²⁷.

Em sua obra *A essência do Cristianismo*¹²⁸ (1841-43), Feuerbach definirá a ideia de Deus como expressão invertida e concentrada da essência humana abstraída de suas singularidades e idiosincrasias individuais. Segundo o filósofo alemão, a formação histórica da ideia de Deus, em especial na sua versão cristã, permitiu ao ser humano a possibilidade de reconciliação consigo mesmo: a contemplação da divindade é, para o homem religioso, a contemplação da própria essência humana projetada fora de si como objeto externo. Por isso, “a religião é a consciência primeira e indireta que o homem tem de si mesmo”¹²⁹. Aprofundando esse raciocínio, Feuerbach dirá que a ideia de Deus permite ao homem conhecer a si mesmo ao conceber-se como objeto diante da divindade: “O homem – e este é o segredo da religião – objetiva a sua essência e se faz novamente um objeto deste ser objetivado, transformado em sujeito, em pessoa; ele pensa, é objeto para si, mas como objeto de um objeto, de um outro ser”¹³⁰. A superação da religião consiste não na simples negação da religião, mas na reconciliação entre o homem alienado de si mesmo com os atributos de sua essência objetificados fora dele em Deus. O ateísmo, contudo, nada mais é do que a nova “religião” do futuro, ou seja, a maneira com a qual o homem irá realizar esse mesmo procedimento de contemplação e reconciliação consigo sem a mediação da ideia divina.

Bakunin retoma esses temas, mas os radicaliza. Também para ele a religião foi uma etapa fundamental no processo de esclarecimento e superação da alienação humana. Ele a considera um “erro historicamente necessário no desenvolvimento da humanidade”¹³¹: uma fase na jornada humana desde sua condição animal, oprimida e embrutecida diante do mundo natural, até a humanização de si e do mundo, pois a religião foi a condição para a aquisição de uma perspectiva universalista da realidade e de si mesmo. Contudo, ao abordar o fenômeno religioso desde suas *razões práticas*, ou seja, “do ponto de vista de sua utilidade moral e social”¹³², Bakunin realiza precisamente aquilo que Marx considera a principal falta no procedimento materialista de Feuerbach:

¹²⁷ *Ibidem*, p. 222-223. Grifos do autor.

¹²⁸ FEUERBACH, Ludwig. *A essência do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

¹²⁹ *Idem*, p. 45.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 58-59.

¹³¹ BAKOUNINE, VIII, p. 97.

¹³² *Idem*, p. 98.

considerar a “atividade humana sensível” (a religião, tal como a apresentamos) apenas como atividade contemplativa e não como “ação” ou “prática” no mundo¹³³.

Segundo Bakunin, a principal razão prática do poder da crença religiosa sobre as massas consiste num “profundo descontentamento do coração”, ela sendo um “*protesto instintivo* e apaixonado do ser humano contra as estreitezas, as platitudes, as dores e as humilhações de uma existência miserável”¹³⁴. Para a melhor realização de nosso raciocínio, devemos nos deter brevemente na noção bakuniniana de *instinto* e no caráter naturalista de seu materialismo.

Como vimos na declaração supracitada do anarquista sobre Feuerbach, a história é entendida como a realização progressiva das potencialidades humanas contidas em sua natureza, que expressam um arco evolutivo ascendente movido pela gradativa negação dialética da “animalidade” até a “humanidade”, entendidas qualitativamente. Por isso, todo o terreno da história (a realização da humanidade) já estava contido em germe, ou seja, em estado de latência, na animalidade do homem primitivo. Numa passagem especialmente sintética de toda a sua filosofia da história materialista-naturalista, Bakunin afirmará:

Todos os ramos da ciência moderna, conscienciosa e séria, convergem na proclamação desta grande, fundamental e decisiva verdade: sim, o mundo social, o mundo propriamente humano, numa palavra, a humanidade é apenas o desenvolvimento derradeiro e supremo – supremo para nós ao menos e relativamente ao nosso planeta –, a manifestação mais alta da animalidade. Mas, como todo desenvolvimento implica necessariamente em negação, a de sua base ou ponto de partida, a humanidade é ao mesmo tempo e essencialmente a negação refletida e progressiva da animalidade nos homens; é precisamente por essa negação tão racional quanto natural – e que é racional apenas porque é natural, ao mesmo tempo histórica e lógica, fatal como o são os desenvolvimentos e realizações de todas as leis naturais no mundo – é que ela constitui e cria o ideal, o mundo das convicções intelectuais e morais, as ideias.

Sim, nossos primeiros ancestrais, nossos Adãos e Evas, foram, senão gorilas, ao menos primos muito próximos do gorila, onívoros, bestas inteligentes e ferozes, dotadas num grau infinitamente maior que os animais de todas as outras espécies de duas faculdades preciosas: *a faculdade de pensar e a faculdade, a necessidade, de se revoltar*.

Essas duas faculdades, combinando sua ação progressiva na história, representam propriamente o momento, o aspecto, a potência negativa no desenvolvimento positivo da animalidade humana, e criaram, por consequência, tudo o que constitui a humanidade nos homens¹³⁵.

¹³³ MARX, Karl. “Ad Feuerbach (1845)”. In: MARX, Karl et ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, s/d, p. 533-535.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 97-98. Grifos nossos.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 87-88. Grifos do autor.

Por isso, ele afirmará adiante que a animalidade humana, o pensamento e a revolta correspondem, teleologicamente e respectivamente, à economia social e privada, à ciência e à liberdade¹³⁶. Em resumo: a combinação entre a inteligência e a revolta formam o polo negativo contra a objetividade fatalista das condições materiais, numa dialética negativa que produz o progresso histórico. Por força disso, não devemos subestimar a importância da noção de *instinto de revolta* na filosofia materialista bakuniniana.

A ideia de instinto não designa uma ação instintiva animal irrefletida do sujeito. Ao mesmo tempo, ela também não designa tão somente a inclinação político-ideológica de uma coletividade como as classes trabalhadoras¹³⁷. A noção bakuniniana de instinto, frequentemente intercambiável com a noção de *vontade*, designa um ímpeto e uma potência em estado de *latência*: não expressa irracionalidade animal, mas uma vontade pré-consciente imanente ao sujeito, individual ou coletivo, que serve a Bakunin como indício de potencialidades ou tendências históricas na sociedade. Tal vontade é determinada pelas condições materiais, ou seja, pela “posição social” do sujeito, e nunca se apaga, sempre persiste como potência ou ímpeto imanente enquanto persistirem as condições materiais que a engendraram. Portanto, podemos afirmar que, segundo Bakunin, o *instinto de revolta* constitui a presença latente – tal como uma semente – do ímpeto, sede ou fome imanente de liberdade do sujeito e como manifestação do princípio de liberdade na história.

Essa breve digressão não esgota a discussão sobre o instinto de revolta no livro. Mas agora podemos retornar à análise da razão prática da religião e passar ao segundo ponto que queremos destacar na crítica do fenômeno religioso em *L’Empire*. Se a religião expressa uma etapa no esclarecimento progressivo da humanidade em seu sentido contemplativo, e também o “protesto instintivo” das massas diante das condições materiais em seu sentido prático, a sua dimensão progressista se esgota tão logo ela se torne incapaz de combinar a inteligência e a revolta. Segundo Bakunin, isso ocorreu historicamente com o advento do cristianismo, que foi, ao mesmo tempo, a culminância do processo de formação da ideia de Deus e, significativamente, “a primeira revolta fundamental do proletariado”¹³⁸.

¹³⁶ *Idem*, p. 90.

¹³⁷ SAMIS, Alexandre. *Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011, p. 340.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 136.

Segundo Bakunin, a força inicial do cristianismo residia precisamente na brutal condição de degradação material e moral do proletariado da Antiguidade. A sua “propaganda”, cuja influência preponderante se exerceu sobre os escravos e as mulheres, logrou conquistar os corações e subverteu todas as instituições oficiais da Antiguidade com o “escândalo da fé” de que fala São Paulo.

Com efeito, foi preciso um descontentamento muito profundo com a vida, uma sede bem grande do coração, e uma pobreza praticamente absoluta do espírito para aceitar o absurdo cristão, o mais ousado e o mais monstruoso dos absurdos religiosos. Não foi apenas a negação de todas as instituições políticas, sociais e religiosas da antiguidade, foi a inversão absoluta do bom senso, de toda razão humana. O Ser efetivamente existente, o mundo real, foi então considerado como o nada; e o produto da faculdade abstrativa do homem, a derradeira, a suprema abstração, na qual essa faculdade, tendo ultrapassado todas as coisas existentes e até então as determinações mais gerais do Ser real, como as ideias de espaço e tempo, não tendo mais nada o que ultrapassar, descansa na contemplação de seu vazio e de sua imobilidade absoluta (ver o *Apêndice*); esta abstração, este *caput mortuum* absolutamente desprovido de conteúdo, o verdadeiro nada, Deus, foi proclamado o único ser real, eterno, todo-poderoso. O Todo real foi declarado nulo, e o nulo absoluto, o Todo. A sombra se transformou em corpo, e o corpo apagou como uma sombra¹³⁹.

A radicalidade do cristianismo se deu justamente por essa depravação da razão. Ele não constituiu uma combinação entre a teologia esclarecida dos aristocratas eruditos e os instintos populares, porque a irracionalidade e o embrutecimento moral eram o resultado necessário da própria teologia conseqüente, condensada na fórmula de Tertuliano: “*Credo quia absurdum est*”, ‘eu não apenas acredito no absurdo; eu nele creio precisamente e sobretudo porque é absurdo’¹⁴⁰. Não houve conjugação entre inteligência e revolta, porque a crença no proletariado antigo, “assim como nas massas modernas”, era robusta e simples: “a propaganda cristã foi endereçada ao seu coração, não ao seu espírito; às suas aspirações eternas, às suas necessidades, aos seus sofrimentos, à sua escravidão, não à razão que então estava adormecida”¹⁴¹.

A religião não permitiu a reconciliação entre a revolta instintiva e a consciência nas massas, mas, pelo contrário, engessou seu estado de alienação estrutural. Por sua vez, a dimensão teológica e doutrinária ficou restrita à seleta elite de eleitos – doutos sacerdotes e pastores de almas, investidos pela própria divindade da missão de governar

¹³⁹ *Idem*, p. 136-137.

¹⁴⁰ Bakunin ainda adiciona: “é assim que muitos espíritos distintos e esclarecidos de nosso tempo acreditam no magnetismo animal, no espiritismo, em mesas voadoras – ah, meu Deus, por que ir tão longe? – ainda acreditam no cristianismo, no idealismo, em Deus”. *Ibidem*, p. 137.

¹⁴¹ *Idem*.

os homens. As invasões bárbaras favoreceram esse processo ao derrubar materialmente o mundo antigo e reforçar e instituir o cristianismo. Então, o cristianismo governou a Europa incontestemente por dez séculos seguidos, armado do poder da Igreja e do Estado¹⁴².

Para o anarquista, o cristianismo realizou a plenipotência da religião enquanto fenômeno histórico-antropológico:

(...) A medida que, em sua marcha historicamente progressiva, eles [os homens] descobriam, fosse neles mesmos, fosse na natureza exterior, uma força, uma qualidade ou mesmo um grande defeito qualquer, eles o atribuíam aos seus deuses, após tê-los exagerado, alargado além da medida, como fazem as crianças, por um ato de sua fantasia religiosa. Graças a esta modéstia e a esta piedosa generosidade dos homens crentes e crédulos, o céu se enriqueceu dos espólios da terra e, por uma consequência necessária, quanto mais o céu se tornava rico, mais a humanidade e a terra tornavam-se miseráveis. Uma vez que a divindade se estabeleça, ela é proclamada a causa, a razão, o árbitro e o dispensador absoluto de todas as coisas: o mundo não era nada, ela era tudo; e o homem, seu verdadeiro criador, após tê-la tirado do nada sem saber, ajoelhou-se diante dela, a adorou e proclamou-se sua criatura e seu escravo. O cristianismo é precisamente a religião, por excelência, porque expõe e manifesta, em sua plenitude, a natureza, a própria essência de todo sistema religioso, que é *o empobrecimento, a submissão e a anulação da humanidade em proveito da Divindade*¹⁴³.

Assim, o procedimento analítico de Bakunin consiste em acentuar a natureza fundamentalmente *misantrópica* da religião e da ideia divina, que serão reatualizadas em diversas formas históricas posteriores, como o idealismo. Com o monoteísmo cristão, a religião realiza sua última potência na teoria e na prática: a elaboração de uma perspectiva universalista do mundo baseada numa inversão misantrópica engessada e incontornável; e a eternização da estrutura teocrática da sociedade. Isso esvazia o próprio fenômeno religioso de seu potencial progressista na história e o torna puramente reacionário e conservador: cristalização da alienação que é convertida num puro instrumento do governo dos povos. Desde então, todas as Igrejas e Estados farão da manutenção da religião uma condição para a manutenção da ordem pública, e ela se estabelecerá como pré-condição do governo. Como dirá nas *Considerações Filosóficas*:

(...) A escravidão intelectual, de qualquer natureza, sempre terá como corolário a escravidão política e social. Atualmente, o cristianismo, sob todas as suas diferentes formas, e com ele essa metafísica doutrinária, deísta ou panteísta, e que não é nada além de uma teologia mal disfarçada, formam em conjunto o maior obstáculo para a emancipação da sociedade; e a prova é que todos os governos, todos os homens de Estado, todos os homens que se consideram, seja oficialmente, seja

¹⁴² *Ibidem*, p. 137-138.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 98. Grifos do autor.

oficiosamente, como os pastores do povo, e cuja imensa maioria sem dúvida não é, atualmente, nem cristã nem mesmo deísta, mas diletante, como o senhor Bismarck, o finado conde de Cavour, o finado Muraviev (o enforcador), e Napoleão III, o imperador decaído, não acreditam nem em Deus nem no Diabo, mas protegem mesmo assim, com visível interesse, todas as religiões, a resignação, a paciência e a submissão. Este interesse unânime dos governantes de todos os países pela manutenção do culto religioso prova como é necessário, no interesse do povo, que ele seja combatido e destruído¹⁴⁴.

Bakunin faz notar como a própria estrutura do esquema teológico é repetida no mundo material: a relação homem-Deus é replicada no mundo na relação dos homens com figuras mediadoras investidas de divindade – fiel-Sacerdote e súdito-Soberano. Com efeito, *o princípio de autoridade tem estrutura teológica*: ele repete a misantropia religiosa no mundo material e induz que o sujeito, alienado de si mesmo, seja investido de seus próprios atributos por uma figura superior externa – um Mestre¹⁴⁵. Desse modo, a autoridade engendra ativamente a alienação: rouba o sujeito de si mesmo e torna-o dependente de uma determinação exterior e hierárquica em relação a ele. É nisto que consiste a religião e seus descendentes (a teologia, a metafísica, o idealismo) enquanto prática: ela é uma prática de dominação. Dessa maneira, Bakunin pode fazer a passagem direta da análise histórica da religião para a elaboração de um diagnóstico da ordem burguesa mediante a crítica da “metafísica doutrinária”¹⁴⁶.

2.2. A teologia política burguesa: a crítica da “metafísica doutrinária”

Segundo Bakunin, a “metafísica doutrinária” foi usada por um setor da burguesia durante o império de Napoleão I para apoiar o sufocamento do processo revolucionário e perpetuar sua ascensão político-social e suas conquistas materiais. Isto marcou o início do esgotamento da força revolucionária que a classe burguesa vinha exercendo na história desde o século XV e, também, a ruptura da aliança de classes com as massas contra a aristocracia e o clero. Após uma breve retomada de seu antigo fôlego revolucionário na oposição à monarquia restaurada em 1815, a burguesia se estabelece como classe dominante na revolução de julho de 1830 e rompe de vez com o proletariado.

Após ter ganhado todos os títulos imortais de glória na oposição tanto religiosa e filosófica quanto política, no protesto e na revolução, ela

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 232-233.

¹⁴⁵ Para uma investigação exaustiva do amadurecimento dessa concepção da autoridade ao longo do itinerário intelectual de Bakunin na década de 1860 até seus últimos escritos, ver: ANGAUT, Jean-Christophe. *Liberté et histoire chez Michel Bakounine... op.cit.*, p. 236-293.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 130-144 et passim.

enfim se tornou a classe dominante e, por isso mesmo, a defensora e a conservadora do Estado, este último tornando-se, por sua vez, a instituição regular do poder exclusivo desta classe. O Estado é a força, e possui, antes de tudo, o direito à força, a argumentação triunfante do fuzil e da agulha, do chasseur. Mas o homem é feito de maneira tão singular que esta argumentação, tão eloquente quanto possa parecer, não é suficiente no longo prazo. Para lhe impor respeito, ele precisa absolutamente de uma sanção moral qualquer. É preciso, ainda, que esta sanção seja de tal forma evidente e simples que ela possa convencer as massas que, após terem sido subjugadas pela força do Estado, devem ser induzidas agora ao reconhecimento moral do seu direito¹⁴⁷.

Por isso, ele afirmará que “não há, não pode haver Estado sem religião”, convidando o leitor a ver “quão importante é o papel jogado pela Providência divina, esta sanção suprema de todos os Estados, em todos os discursos oficiais”, que dá condições ao soberano de “tosar seu povo-rebanho”¹⁴⁸. O idealismo ou metafísica doutrinária será transformada na “religião oficial” da burguesia francesa, sobretudo tal como ela foi formulada pela “Escola eclética de Victor Cousin” e oficialmente instituída nos currículos das universidades francesas para envenenar as mentes da juventude burguesa¹⁴⁹.

As últimas 41 páginas do manuscrito da Segunda Parte¹⁵⁰ fazem, então, uma crítica da filosofia de Cousin através de paráfrases virulentamente irônicas divididas em 12 tópicos, nos quais Bakunin analisa suas teses e temáticas centrais ponto a ponto, de modo a expor suas contradições e denunciar como elas sancionam as iniquidades da ordem burguesa, vazando sua própria posição por meio de comentários em texto grifado em itálico entre parênteses, ou em notas-de-rodapé. *Grosso modo*, a filosofia de Cousin é representada como o oposto simétrico do materialismo bakuniniano: trata-se de uma filosofia da história que buscou sancionar a Monarquia de Julho e o Estado orleanista representando-o como o perfeito equilíbrio entre os princípios de autoridade e de liberdade, ou seja, a culminância de todo o percurso de um progresso histórico regido por Deus através de intervenções pontuais condizentes com os estágios de evolução dos povos. No último parágrafo do manuscrito, Bakunin sintetiza a representação do Estado segundo o idealismo doutrinário:

O Estado assim constituído é a primeira condição ou a base e, ao mesmo tempo, o objetivo supremo de toda civilização humana. Ele é sua mais sublime expressão *sobre esta terra*. Fora do Estado, nada de civilização ou de humanização possíveis dos homens, considerados tanto do ponto de vista individual, como seres separadamente livres, quanto do ponto

¹⁴⁷ *Idem*, p. 142.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 142-143.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 143-145.

¹⁵⁰ Cf. *Ibidem*, p. 145-165.

de vista coletivo, como sociedade humana. Cada um se deve ao Estado, pois o Estado é a condição suprema da humanidade de cada um e de todos. O Estado se impõe, portanto, a cada um como representante único do bem, da salvação, da justiça de todos. Ele limita a liberdade de cada um em nome da liberdade de todos, o direito de cada um em nome do direito de todos, os interesses individuais de cada um em nome do interesse coletivo de toda a sociedade¹⁵¹.

Logo, a metafísica doutrinária ou idealismo doutrinário funciona como uma “religião de Estado”: tal como a relação entre homem e Deus na teologia cristã, o Estado se transforma na instância investida de sacralidade que determina os atributos e a essência dos homens que lhes faltam; fora do Estado, portanto, não há humanidade.

Por sua vez, a conclusão e o coroamento de todo o diagnóstico bakuniniano sobre a ordem burguesa é realizado ao final das páginas 286-340 de *L'Empire*, um manuscrito redigido originalmente como nota-de-rodapé para o último parágrafo citado acima, mas que parece ter sido convertido em parte do corpo principal do texto em sua reformulação em abril de 1871, e que propõe a sequência lógica da crítica da metafísica doutrinária¹⁵². Nesse texto, o anarquista demonstrara como a metafísica doutrinária em geral busca fundamentar a moral e a sociabilidade humana nas premissas misantrópicas da teologia, embora depuradas de sua radicalidade original e escamoteadas por um discurso aparentemente liberal e progressista. A sua tarefa é sancionar a específica relação de dependência entre *governo e exploração* tal como ela se configurou na ordem burguesa.

Na segunda parte do manuscrito, Bakunin analisará especificamente a doutrina moral desta metafísica idealista. Primeiramente, ele demonstra como ela defende ideias contraditórias: por um lado, ela defende a imortalidade da alma e, com ela, a autossuficiência e precedência do indivíduo em relação à sociedade; e, por outro lado, ela também defende a necessidade e o valor moral da sociabilidade humana. Após expor essa contradição entre os termos, o anarquista demonstra como esta é sempre resolvida pelo

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 165.

¹⁵² Esse texto porta todas as evidências de que seria convertido em parte constituinte do corpo textual principal de *L'Empire*. Sua importância para a elaboração da teoria bakuniniana da autoridade se fará clara na sequência, e atestará também sua continuidade *temática* com o livro. Contudo, devemos acentuar aqui sua continuidade *estilística* com o corpo textual da Segunda Parte (anterior à glosa irônica da filosofia de Victor Cousin): em conformidade com o estilo do texto principal, o manuscrito é dividido pelo intervalo de uma alínea vazia, diferentemente das demais notas-de-rodapé, que não quebram a sequência do texto; ele configura notas-de-rodapé normalmente como um texto do corpo principal; ele remete o leitor com frequência às *Considerações filosóficas* no apêndice, tal como a integralidade do texto da Segunda Parte; e, por fim, o texto é interrompido em um parágrafo no qual anuncia as temáticas que o livro viria a desenvolver adiante. Por essas razões, consideramo-lo como um rascunho que Bakunin talvez tenha pensado em agregar na publicação abortada da Segunda Parte ou na versão integral do livro em um volume único, também nunca realizada. Cf. *Ibidem*, p. 165-192. Sobre este texto, ver nossa nota 44 do capítulo 1.

recurso à figura mediadora de Deus, que compele os homens à sociabilidade por obediência e amor a Ele. Assim, toda a sociabilidade humana é esvaziada de sentido moral intrínseco (o valor moral da sociabilidade emana de fora da própria sociedade), e se fundamenta apenas numa *dependência material* entre indivíduos autossuficientes (e sempre em guerra) em relação ao trabalho coletivo¹⁵³.

Por isso, toda a sociabilidade é reduzida pela metafísica a relações de *exploração*¹⁵⁴. Tais relações, por sua vez, implicam necessariamente na desigualdade elementar entre exploradores e explorados¹⁵⁵, que precisa ser sancionada pela divindade mediante a eleição de representantes designados a pastoreá-la e conduzi-la abnegadamente na direção do Seu amor, que se traduz numa pura relação de obediência e comando – um *governo*¹⁵⁶. Deste modo, a estrutura teológica novamente se repete para investir a autoridade de legitimidade moral: a misantropia religiosa é reatualizada para reafirmar o caráter intrinsecamente *antissocial* dos homens e a necessidade de um Mestre investido da autoridade divina e poder de arbitragem. Contudo, aqui vemos como Bakunin explica não apenas o mecanismo de sacralização dos governos em geral, mas a sacralização da conjugação entre governo e exploração econômica característica da ordem burguesa:

Portanto, tais são, na sociedade concebida segundo a teoria dos metafísicos, os dois gêneros diferentes e mesmo opostos das relações que podem existir entre os indivíduos. A primeira é aquela da *exploração*, e a segunda é aquela do *governo*. Se é verdade que governar significa se sacrificar pelo bem daqueles que são governados, esta segunda relação está, com efeito, em plena contradição com a primeira, com aquela da exploração. Mas entendamo-nos: segundo a teoria idealista, seja teológica ou metafísica, estas palavras, *o bem das massas*, não podem significar o seu bem-estar terrestre nem sua alegria temporal; o que são algumas décadas de vida terrestre em comparação com a eternidade? As privações e os sofrimentos materiais podem

¹⁵³ *Ibidem*, p. 185-187.

¹⁵⁴ “Mas qual é o nome que se deve dar às relações que são motivadas apenas por necessidades exclusivamente materiais, não sancionadas ou apoiadas por uma necessidade moral qualquer? Evidentemente, só pode haver um nome que é a *exploração*. E, com efeito, na moral metafísica e na sociedade burguesa que, como sabemos, tem essa moral por base, cada indivíduo torna-se necessariamente o *explorador* da sociedade, ou seja, de todos, e o Estado só pode ser, sob suas diferentes formas, desde o Estado teocrático e a monarquia mais absoluta até a república mais democrática baseada no sufrágio universal mais alargado, o regulador e o garantidor desta exploração mútua”. *Idem*, p. 187.

¹⁵⁵ “(...) Mas quando todos são igualmente exploradores, haverá necessariamente os felizes e os infelizes, porque toda exploração supõe os explorados. Logo, há os exploradores, que o são ao mesmo tempo por força e em realidade; e os outros, o grande número, o povo, que somente o são por força de desejar, mas não em realidade. Na realidade, eles são os eternos explorados. Eis onde culmina a moral metafísica ou burguesa em economia social: uma guerra sem misericórdia e sem tregua entre todos os indivíduos, uma guerra encarnçada na qual o grande número perece para assegurar o triunfo e a prosperidade do pequeno número”. *Ibidem*, p. 187.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 188.

mesmo ser considerados como um erro de educação, estando provado que o excesso de prazeres corporais mata a alma imortal. Assim, a contradição desaparece: *explorar e governar significam a mesma coisa*, uma completando a outra, servindo-a de meio e de finalidade.

EXPLORAÇÃO e GOVERNO – a primeira provendo os meios de governar, e constituindo a base necessária e a finalidade de todo governo o qual, por sua vez, garante e legaliza o poder de explorar – são os dois termos inseparáveis de tudo aquilo que se chama política. Desde o princípio da história, eles irão formar propriamente a vida real dos Estados: teocráticos, monárquicos, aristocráticos e mesmo democráticos. Anteriormente e até a grande revolução do século XVIII, sua ligação íntima era mascarada pelas ficções religiosas, régias e cavalheirescas; mas depois que a mão brutal da burguesia rasgou todos os véus – de todo modo, bastante transparentes –, desde que seu sopro revolucionário dissipou todas as imaginações vãs, detrás das quais a Igreja e o Estado, a teocracia, a monarquia e a aristocracia puderam muito e silenciosamente cumprir todas as suas torpezas históricas; desde que a burguesia, cansada de ser bigorna tornou-se martelo; desde que ela inaugurou o Estado moderno, em uma palavra, esta ligação necessária se tornou uma verdade revelada e mesmo incontestada para todos.

A exploração é o corpo visível e o governo é a alma do regime burguês. E como vimos, uma e outra são, nesta ligação tão íntima, do ponto de vista teórico e também prático, a expressão necessária e fiel do idealismo metafísico, a consequência inevitável desta doutrina burguesa que busca a liberdade e a moral dos indivíduos fora da solidariedade social. Esta doutrina culmina: no governo explorador que satisfaz um pequeno número de felizes ou eleitos; na escravidão explorada do grande número; e, para todos, na negação de toda moralidade e de toda liberdade.¹⁵⁷

É a conjugação processada pela religião como fenômeno da consciência e como prática de dominação que a torna relevante para Bakunin. Se o núcleo central de toda política reside na conjugação entre exploração e governo, a religião é o terceiro elemento mediador da própria prática política na vida social – e poderíamos mesmo afirmar que, para Bakunin, toda política sempre é uma *teologia política*¹⁵⁸, pois sua prática efetiva se sustenta por dispositivos de legitimação e de coerção espiritual que replicam e engessam a estrutura da relação misantrópica entre homem e Deus na vida social, isto é, a “eternização” da condição de precariedade material das massas pela manutenção e engendramento ativo da sua alienação. Dessa forma, a autoridade como “culto” religioso e o princípio de autoridade como a imobilização do avanço histórico pela perpetuação da estrutura teológica na vida material configuram o verdadeiro tema central de todo o livro.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 191-192.

¹⁵⁸ Sobre o uso dessa categoria por Bakunin, ver: ANGAUT, Jean-Christophe. “Carl Schmitt, Lecteur de Bakounine”, *Astérior*, n. 6, junho de 2009. On-line em <http://asterion.revues.org/1495> [acessado em 10/05/2014].

Com efeito, a analítica bakuniniana da conjuntura da guerra franco-prussiana realizada na Primeira Parte atesta a verdadeira onipresença difusa da crítica da autoridade como “culto” em *L’Empire: na França*¹⁵⁹, a revolução social se encontra paralisada pelo “culto místico da autoridade” que impele os sujeitos à obediência disciplinada em relação aos resquícios impotentes da máquina burocrático-administrativa bonapartista ressuscitada pela junta republicana de salvação nacional; sobre a Alemanha¹⁶⁰, a quase integralidade da segunda metade da Primeira Parte é dedicada à uma análise histórico-sociológica atestando a profundidade do enraizamento do “culto de autoridade” nesta nação, que se expressa no ideal burguês do Estado unitário realizado pelo império knuto-germânico da Prússia; e, por fim, Bakunin ainda nos dá um diagnóstico sobre a Rússia¹⁶¹, afirmando que a autocracia czarista expressa a “germanização” histórica da nobreza russa após a dominação mongol, que sempre está em guerra com os camponeses, cujos verdadeiros “instintos” (nem um pouco “germânicos”) se manifestam nas inúmeras revoltas de cossacos contra o czar.

Nesse sentido, a superação da religião se impõe como tarefa premente do socialismo revolucionário. Veremos como a teoria da autoridade bakuniniana revela as premissas de sua concepção da revolução social e do socialismo.

2.3. “Nós, materialistas e socialistas revolucionários”

Se ficou demonstrada a coerência geral da temática da autoridade em *L’Empire* (mesmo que elaborada de maneira difusa pelo estilo deliberadamente digressivo e assistemático do autor), o mesmo não pode ser dito sobre o tema da revolução social. A revolução não é realmente tomada como objeto de análise teórica sistemática em nenhum momento, e sua coerência temática é mais prejudicada pelo inacabamento da obra, sobretudo pela desarmonia formal entre a Primeira Parte e o restante do livro.

Ela é tematizada de duas maneiras distintas. Na Primeira Parte, ela é pensada estritamente de dentro da ação concreta dos socialistas revolucionários na França em meio à guerra franco-prussiana, sendo abordada desde suas tarefas pragmáticas imediatas, ou seja, reorganizar a França “de baixo para cima”¹⁶² e *ao largo* da máquina governamental

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 7-8 et passim.

¹⁶⁰ *Idem*, p. 51-82.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 59-64, sobretudo a nota de roda pé contra os “sofismas históricos” cometidos por Marx a respeito das relações entre a Alemanha e a Rússia, p. 61-64.

¹⁶² *Ibidem*, p. 32.

bonapartista (declarada morta) e organizar uma defesa popular contra os invasores prussianos. Por outro lado, a revolução também é apresentada (abertamente na Segunda Parte, mas implicitamente em todo o livro) como uma tendência dialeticamente negativa na história, uma potencialidade imanente ao “instinto” das classes trabalhadoras que rompe com o princípio de autoridade e configura o socialismo revolucionário como a contrapartida prática do materialismo e do ateísmo¹⁶³.

Essa ambiguidade transforma o tema da revolução num elemento especialmente rico para nossa análise devido à posição referencial que ela joga no discurso de Bakunin: viabilizar a revolução social é o objetivo (declarado ou tácito) em torno do qual toda a discussão é construída, e todas as temáticas são refletidas nesse objetivo. Dessa maneira, o autor não desenvolve teoricamente o conceito de revolução em *L'Empire* porque já aceita certa concepção de revolução como premissa tácita. O que devemos fazer é identificar tal concepção e discutir como ela pauta o *ethos* geral do discurso. Em outras palavras, devemos pensar como a revolução social pauta a teoria da autoridade e organiza a estratégia de encarnação estilístico-formal do paradigma ético-cognitivo anarquista que o livro busca realizar.

Tal como o anarquista o apresenta, o princípio de autoridade é a perpetuação e a replicação sob diferentes formas da estrutura misantrópico-teológica da relação homem-Deus na vida social. É nesse sentido que a teoria bakuniniana da autoridade é também uma teoria sobre a alienação: ela identifica o desencontro entre inteligência (razão esclarecida) e a instância imanente e pré-consciente do instinto no sujeito. Trata-se de identificar, como o anarquista coloca de forma especialmente clara na *Política da Internacional*, o desencontro entre consciência e vontade¹⁶⁴. Viabilizar esse encontro é precisamente a tarefa atribuída aos socialistas revolucionários nesse texto que, como veremos no capítulo seguinte, é uma apresentação pública e sintética do programa libertário bakuniniano no seio da Internacional.

¹⁶³ Esse segundo ponto perpassa todo o livro, mas é apresentado de forma concisa no último parágrafo do manuscrito de abril de 1871, após o qual a sequência do texto é efetivamente interrompida: “Após ter demonstrado como o idealismo, partindo das ideias absurdas de Deus, da imortalidade da alma, da liberdade primitiva dos indivíduos e da moral independente da sociedade, conduzem fatalmente à consagração da escravidão e da imoralidade, agora devo mostrar como a ciência real, o materialismo e o socialismo – este segundo termo sendo, aliás, apenas o justo e completo desenvolvimento do primeiro – devem conduzir, também necessariamente, ao estabelecimento da mais alargada liberdade dos indivíduos e da humana moralidade, precisamente porque tomam por ponto de partida a natureza material e a escravidão natural e primitiva dos homens – não fora, mas no seio mesmo da sociedade, não contra ela, mas por ela.”. *Ibidem*, p. 192. Grifos do autor.

¹⁶⁴ *Idem*. Politique de l'Internationale. In: *Le socialisme libertaire* (org. e ed. F. Rude). Paris: Editions Denoël, 1973, p. 159-181.

Segundo a teoria da autoridade bakuniniana, o efeito das formas teológicas do poder é perpetuar um estado de coisas no qual a determinação do sujeito (de seus atributos e de sua essência) se encontram sempre numa instância *fora* deles mesmos – nas instâncias sagradas do sacerdócio, nas instâncias sacralizadas do Estado, ou mesmo na propriedade como instância moral e evidência da virtude do sujeito (ou de sua ausência)¹⁶⁵. É por isso que Bakunin pode falar de uma “religião do Estado” ou do idealismo como a “religião oficial” da burguesia francesa, pois são novas manifestações do princípio da autoridade como “culto místico”. Nisso consiste, também, a analítica bakuniniana em *L’Empire*: a identificação e denúncia da replicação da forma teológica e de seu efeito alienante sobre as massas. É precisamente esta determinação hierárquica do sujeito por uma instância exterior investida de atributos divinos que a revolução deve destruir imediatamente.

Se ponderarmos que a forma epistolar busca criar uma situação de esclarecimento teórico do leitor no encontro em meio à ação, e que a discussão mais tratadística da Segunda Parte toma a crítica da autoridade como um critério epistemológico prévio indispensável de qualquer abordagem teórica realmente emancipatória em sentido integral (como ação e como esclarecimento), então devemos pensar a pragmática textual de *L’Empire* como a contrapartida teórica de um processo prático de autodeterminação das classes trabalhadoras por elas mesmas que supõe a ruptura com sua condição de alienação material e espiritual.

A concepção da revolução social postulada por Bakunin consiste num movimento de *auto-instituição* das classes trabalhadoras “em plena posse de si mesmas”, tal como o

¹⁶⁵ Em um comentário à metafísica doutrinária de Victor Cousin, em nota-de-rodapé, Bakunin esboça brevemente a ideia de uma “teologia” burguesa, na qual a propriedade assume o papel de Deus e a política, o direito e a ciência econômica funcionam como suas expressões doutrinárias. Segundo Bakunin, a burguesia francesa massacrou as jornadas de junho de 1848 com tamanha força porque “eles estavam seriamente, profundamente convencidos que, ao defenderem os seus interesses, eles defendiam ao mesmo tempo as bases sagradas da moral; porque muito seriamente, mais seriamente do que eles mesmos sabem, a Propriedade é seu próprio Deus, seu Deus único, que substituiu há muito tempo o Deus dos cristãos em seus corações; e, como estes últimos, eles são capazes de sofrer por ela o martírio e a morte. A guerra implacável e desesperada que eles fizeram e que eles farão pela defesa da propriedade não é, portanto, uma mera guerra de interesses, ela é, na mais plena acepção desta palavra, uma guerra religiosa, e sabe-se os furores, as atrocidades das quais as guerras religiosas são capazes. A propriedade é um Deus; ela já tem sua teologia (que se chama a política dos Estados e o direito jurídico) e também, necessariamente, a sua moral, e a expressão mais justa desta moral é precisamente a expressão: “este homem vale tanto”. A propriedade-Deus tem também a sua metafísica. Esta é a ciência dos economistas burgueses. Como toda metafísica, ela é um tipo de claro-escuro, uma transação entre a mentira e a verdade, sempre em proveito da primeira. Ela busca dar à mentira uma aparência de verdade, e conduz a verdade à mentira. A economia política burguesa busca sancionar a propriedade pelo trabalho, e a representa como a realização, como o fruto do trabalho. Se ela conseguir isso, ela salva a propriedade e o mundo burguês. Porque o trabalho é sagrado, e tudo que é fundado no trabalho é bom, justo, moral, humano, legítimo. Apenas é preciso ter uma fé bem robusta para aceitar essa doutrina”. *Ibidem*, p. 163-164, nota de rodapé.

anarquista enunciou no primeiro artigo do *Cartaz vermelho* que ele redigiu, assinou e pregou na entrada da prefeitura de Lyon durante o movimento comunalista de 26-28 setembro de 1870: “Art. 1º – A máquina administrativa e governamental do Estado, tendo se tornado impotente, foi abolida. O povo da França encontra-se em plena posse de si mesmo”¹⁶⁶.

A revolução social é tomada como um movimento imanente às classes trabalhadoras que deve ser viabilizada pela superação da alienação teológico-política, e que subsiste a ela como uma potencialidade na forma latente e pré-consciente do “instinto da revolta”. Toda pragmática discursiva do livro consiste em *esclarecer* essa dimensão irreduzível ao princípio de autoridade, denunciando seus mecanismos para viabilizar a tomada de consciência das classes trabalhadoras, entendida como a pré-condição para a aquisição da liberdade. É precisamente nesse sentido que devemos entender a busca de Bakunin por se apresentar como um continuador de Proudhon: este lhe fornece um modelo ou o esqueleto para o seu paradigma ético-cognitivo anarquista e materialista.

Como apontou Pierre Ansart¹⁶⁷ em seu estudo sobre o pensamento proudhoniano, o anarquista francês, em seus muitos trabalhos, buscou fundar o socialismo a partir de uma crítica da economia política que possibilitasse a avaliação das capacidades políticas e condições de realização da emancipação dos trabalhadores a partir de suas próprias práticas. Segundo o autor, Proudhon encontrou na observação da organização e da evolução das associações de ajuda mútua e nas práticas mutualistas de setores importantes das classes operárias francesas, em especial os chefes-artesãos e artesãos-assalariados das tecelagens de seda lyonesas, um tipo ou modelo societário que ele analisou criticamente em todos os seus estudos para, em cada um, generalizar suas práticas e fundar um modelo societário emancipatório universal.

Nesse sentido, a hipótese que Ansart defende em seu estudo é que existe “uma homologia estrutural entre as práticas mutualistas e a criação teórica de Proudhon”¹⁶⁸. Embora o autor se apresse em alertar que a hipótese não é operativa para a totalidade do pensamento do anarquista francês,

(...) o tema central do universo proudhoniano, o tipo de estrutura que, ao se desenvolver e se estender, organizará o anarquismo econômico e o federalismo político, [nós] o apreendemos na organização destas sociedades. Para além das diversas modalidades (associação

¹⁶⁶ Ver: RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. FÉDÉRATION RÉVOLUTIONNAIRE DES COMMUNES. In: *Idem*, VII, p. 143-145.

¹⁶⁷ ANSART, Pierre. *El nacimiento del anarquismo*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973 (ed. francesa de 1970).

¹⁶⁸ *Idem*, p. 133.

progressiva, banco de intercâmbios, anarquia positiva, federalismo, democracia industrial), se encontra sempre um sistema constante, organizado segundo o modelo da mutualidade, com o que este implica de reciprocidade igualitária dentro de um intercâmbio de bens e uma rede social que integra seus elementos sem anular a especificidade de cada um¹⁶⁹.

Como veremos no próximo capítulo, a defesa de uma organização federalista de comunas autogovernadas diretamente pelos trabalhadores, em posse dos instrumentos de produção e em plena gestão da economia, é a parte positiva do programa libertário defendido por Bakunin em consonância com a ala coletivista da Internacional¹⁷⁰. Contudo, devemos enfatizar aqui o quanto o anarquista assume como premissa a concepção proudhoniana de revolução social.

Ao generalizar e universalizar as práticas mutualistas e o *ethos*¹⁷¹ dos chefes-artesãos das mutualidades e tecelagens lyonesas em um modelo societário radicalmente antitético à ordem burguesa, Proudhon estabelece algo como um paradigma para a revolução social¹⁷² que será apropriado por Bakunin: o “trabalhador-produtor”, uno e reconciliado consigo mesmo, torna-se apto a reorganizar a economia segundo os parâmetros organizativos condizentes com o seu ser (a manutenção de sua posse sobre os instrumentos de trabalho e de sua autonomia sócio-política, isto é, a capacidade de legislar a si mesmo e fundar um novo direito) e, com isso, reorganizar todo o edifício social e sua estrutura política “de baixo para cima”.

Esse amplo movimento de uma revolução *social*, e não meramente política, é entendido como a realização de uma “*filosofia da imanência*” *contra o poder transcendente* (o capital, o Estado e a Igreja) em todos os âmbitos da sociedade¹⁷³. Assim, Proudhon prevê um modelo de socialismo fundado na espontaneidade e na autonomia das práticas operárias, em detrimento de sua instituição hierárquica por representantes políticos armados do poder do Estado. Contudo, sua realização demanda certas condições.

Em seu livro póstumo *A Capacidade Política das Classes Trabalhadoras*¹⁷⁴ (1865), Proudhon definiu sob quais condições o proletariado francês poderia se

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 134.

¹⁷⁰ BAKOUNINE, Michel. *Politique de l'Internationale... op.cit.*

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 190.

¹⁷² Cf. *Idem*, p. 107-114, p. 167-185 e p. 221-232.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 227

¹⁷⁴ PROUDHON, Pierre-Joseph. *De la Capacité Politique des Classes Ouvrières*. Paris: Éditions du Trident, 1989.

emancipar. Primeiramente, o anarquista francês definiu a capacidade política *real* em detrimento da capacidade política puramente *legal* reconhecida pelo Estado:

Para que haja em um sujeito, indivíduo, corporação ou coletividade, capacidade política, três condições fundamentais são requisitadas:

1º Que o sujeito tenha *consciência* de si mesmo, de sua dignidade, de seu valor, do lugar que ele ocupa na sociedade, do papel que ele realiza, das funções as quais ele tem direito a pleitear, dos interesses que ele representa ou personifica;

2º Como resultado desta consciência de si mesmo em todas as suas potências, que o dito sujeito afirme a sua *ideia*, ou seja, que ele saiba se representar pelo entendimento, traduzir pela palavra, explicar pela razão, em seu princípio e suas consequências, a lei de seu ser;

3º Que desta ideia, enfim, colocada como profissão de fé, possa sempre deduzir condições *práticas*, segundo a necessidade e a diversidade das circunstâncias¹⁷⁵.

A partir desses critérios, Proudhon pôde definir as condições da capacidade política real das classes trabalhadoras:

O problema da capacidade política nas classes trabalhadoras, do mesmo modo que na burguesia ou na nobreza, remete, portanto, a perguntar: - a) se a classe operária, do ponto de vista de suas relações com a sociedade e com o Estado, adquiriu consciência de si mesma; se, como ser coletivo, moral e livre, ela se distingue da classe burguesa; se dela separa seus interesses, se ela não busca se confundir com ela; - b) se ela possui uma ideia, ou seja, se ela criou uma noção de sua própria constituição; se ela conhece suas leis, condições e fórmulas de sua existência; se dela prevê seu destino, seu fim; se ela compreende ela mesma em suas relações com o Estado, a nação e a ordem universal; - c) se desta ideia, enfim, a classe operária está em condições de deduzir, para a organização da sociedade, conclusões práticas que lhe sejam próprias e, no caso de o poder lhe ser devolvido, pela queda ou o recuo da burguesia, de criar e desenvolver uma nova ordem política¹⁷⁶.

Desse modo, o anarquista francês entende como precondição do socialismo o reconhecimento da estrita separação entre as classes sociais (cujos projetos de sociedade lhes são imanentes e antitéticos) e a aquisição da autoconsciência pelos trabalhadores. A condição para a ação autônoma e a realização da política especificamente operária é a aquisição da consciência refletida de seu ser e de seus atributos. É precisamente isso que Bakunin buscou realizar em *L'Empire* mediante a crítica da autoridade: denunciar as estruturas de poder que engendram a alienação e representar a reconciliação histórica do povo consigo mesmo mediante o esclarecimento da consciência como a precondição para a aquisição da liberdade – isto é, da autonomia refletida.

¹⁷⁵ *Idem*, p. 56.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 57-58.

Isto fica evidente na definição bakuniniana do *conceito de liberdade* como uma liberdade coletiva fundada na solidariedade. No *Preâmbulo*, Bakunin dirá:

(...) Sou um amante fanático da liberdade, considerando-a como o único meio no seio do qual podem se desenvolver e crescer a inteligência, a dignidade e a felicidade dos homens. Não dessa liberdade unicamente formal, outorgada, medida e regulamentada pelo Estado, mentira eterna e que, na realidade, representa apenas e unicamente o privilégio de alguns fundado na escravidão de todo o mundo; não desta liberdade individualista, egoísta, mesquinha e fictícia, pregada pela Escola de J.-J. Rousseau, assim como por todas as outras escolas do liberalismo burguês, que consideram o auto denominado direito de todos, representado pelo Estado como o limite do direito de cada um, o que conduz sempre e necessariamente à redução do direito de cada um a zero. Não, eu reconheço como a única liberdade digna deste nome, a liberdade que consiste no pleno desenvolvimento de todas as potencialidades materiais, intelectuais e morais que se encontram no estado de faculdades latentes em cada um; a liberdade que não reconhece outras restrições além daquelas que nos são impostas pelas leis de nossa própria natureza; de modo que não existem restrições propriamente ditas, pois tais leis não nos são impostas por algum legislador externo, ao lado ou acima de nós; elas nos são imanentes, inerentes, constituem a base mesma do nosso ser, tanto material como intelectual e moral. Portanto, ao invés de encontrar nelas um limite, nós devemos considera-las como as condições reais e como a razão efetiva de nossa liberdade

Eu entendo essa liberdade de cada um que, longe de se deter como diante de um limite frente à liberdade do outro, nela encontra, ao contrário, sua confirmação e sua extensão ao infinito; a liberdade ilimitada de cada um pela liberdade de todos, a liberdade pela solidariedade, a liberdade na igualdade; a liberdade triunfante sobre a força bruta e o princípio de autoridade que sempre foi apenas a expressão ideal dessa força; a liberdade que, após ter subvertido todos os ídolos celestes e terrestres, fundará e organizará um novo mundo, aquele da humanidade solidária sobre as ruínas de todas as Igrejas e de todos os Estados¹⁷⁷.

Tal como Proudhon, Bakunin pressupõe a possibilidade do encontro entre uma potencialidade imanente às classes trabalhadoras e a razão como elemento condicional da

¹⁷⁷ BAKOUNINE, VIII, p. 191-192. A crítica das noções correlatas de livre-arbítrio e liberdade individual, identificadas no liberalismo e no pensamento de Rousseau, são desenvolvidas na primeira parte do manuscrito de abril de 1871. *Idem*, p. 165-180. Paul McLaughlin atribui o conceito bakuniniano de liberdade a uma reinterpretação materialista da filosofia da história de Hegel, na qual a marcha da história é o percurso do Espírito Absoluto até a aquisição da liberdade pela conquista da autoconsciência. Jean-Christophe Angaut aprofunda esse raciocínio, atribuindo a origem do conceito bakuniniano como a tentativa de articular o materialismo da esquerda hegeliana (Bruno Bauer e Feuerbach) com a *teoria do reconhecimento* de Fichte. Contudo, o que devemos acentuar aqui não são tanto as *fontes* do conceito de liberdade bakuniniano, mas o modo como ele pressupõe e mobiliza o entendimento proudhoniano de *espontaneidade*, da qual deriva o entendimento do socialismo como uma potência imanente às classes operárias efetivada pela aquisição de consciência refletida – em Bakunin, pela revolta contra a autoridade e seu efeito alienante. MCLAUGHLIN... *op.cit.*, p. 23 e p. 123-130 ; ANGAUT, Jean-Christophe. *Liberté et Histoire chez Michel Bakounine... op.cit.*, tomo 1, p. 328-363

revolução social e da realização do socialismo. É dessa forma que a noção de “instinto de revolta” se torna operatória no pensamento de Bakunin: descreve a inclinação das classes trabalhadoras para a ruptura com sua condição de submissão, sendo, por isso mesmo, a condição de possibilidade da revolução social, ainda que não baste por si só. O “instinto de revolta” representa a imanência do princípio de liberdade como uma latência intrínseca às práticas das classes trabalhadoras. Logo, ao fazê-lo adormecer, o princípio de autoridade logra criar as bases para o ordenamento social pela submissão, “eternizando” a escravidão das massas e estagnando o processo histórico que irá avançar mediante sua negação dialética. Por isso, Bakunin também se esforçará para depurar o próprio socialismo de seus resquícios do “revolucionarismo burguês”¹⁷⁸.

Por essas razões, Bakunin definirá o conceito de revolução como a “destruição do princípio de autoridade em todas as suas manifestações possíveis”¹⁷⁹. Por sua vez, o triunfo do princípio de liberdade está condicionado pela conversão da revolta proletária instintiva em revolução propriamente dita – a realização prática do que Proudhon designa como a sua “Ideia”, o projeto sócio-político imanente ao seu ser. Assim, Bakunin constrói seu materialismo naturalista sob o esqueleto do paradigma proudhoniano, que ele reinterpreta sob uma nova roupagem. A teoria proudhoniana da revolução social deu a ele um modelo referencial que delimitou suas escolhas temáticas no livro e a orientação axiológica do seu discurso – o esclarecimento do leitor pelo engajamento na luta.

¹⁷⁸ BAKOUNINE, VIII, p. 30.

¹⁷⁹ *Idem.*

CAPÍTULO 3 – A ANTIPOLÍTICA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO

Após termos demonstrado, no primeiro capítulo, como o recurso à forma livro e a arquitetura poética de *L'Empire* buscaram criar um lugar de autoridade para um saber teórico libertário, e após termos demonstrado, no segundo capítulo, como a pragmática discursiva bakuniniana no livro elabora uma crítica da autoridade orientada pelo referencial da concepção proudhoniana de revolução social tomada como postulado tácito, devemos discutir, nesse terceiro capítulo, de que maneira o livro buscou autorizar um programa libertário *antipolítico*, isto é, que fosse dialeticamente antitético à ordem burguesa, viabilizando a realização de uma política autenticamente operária. Aquilo que Jean-Christophe Angaut denomina a política *negativa* de Bakunin¹⁸⁰.

Nossa hipótese é que o *gesto* realizado por *L'Empire* consistiu em autorizar um programa previamente elaborado por Bakunin em textos anteriores e retomado concisamente no *Preâmbulo*. Nesse sentido, o recurso à forma livro lhe serviu para duas coisas: autorizar esses textos prévios, agora convertidos em *obra* pelo recurso à função autor, e para sustentar seu programa libertário pela elaboração mais aprofundada da teoria da autoridade, mobilizada estrategicamente para fundamentar uma crítica conjunta da ordem burguesa e de suas intrusões no socialismo. Com isso, Bakunin pôde radicalizar ideias apresentadas nos textos anteriores, dotar o movimento operário de uma orientação político-ideológica radical e ordenada, e, enfim, representar o debate interno à Internacional sobre a política operária como uma divisão de princípios – aqueles emanados da espontaneidade operária e aqueles radicados em vestígios autoritários do radicalismo burguês.

3.1. Forma livro e a instituição da vida-obra

Primeiramente, devemos retomar a discussão do livro como um gesto instituinte, ao mesmo tempo, do seu próprio estatuto textual e do seu contexto referencial. Sobre isso, convém lembrar como a desarmonia formal de *L'Empire* é indício de uma mudança da *situacionalidade* geral do livro: uma reconfiguração das coordenadas contextuais ou situacionais que pautam a gestualização do ato comunicativo escrito em função de uma

¹⁸⁰ Sobre a “potência antipolítica” das massas, ver o *Preâmbulo*: BAKOUNINE, VIII, p. 292. Sobre a ideia de *política negativa*, ver ANGAUT, Jean-Christophe. “Carl Schmitt, Lecteur de Bakounine”, *Astérion*, n. 6, junho de 2009. On-line em <http://asterion.revues.org/1495> [acessado em 10/05/2014].

nova expectativa de recepção¹⁸¹. Tal mudança foi gerada pela inscrição pronunciada do discurso bakuniniano em um registro de polêmica filosófica e programática nos debates internos da Associação Internacional dos Trabalhadores: o anarquista se dispõe a demonstrar como a social democracia alemã se traduz em um mero socialismo “doutrinário” – ou seja, desprovido de radicalidade revolucionária – devido ao equívoco filosófico de tomar o determinismo econômico em um sentido absoluto, o que o torna incapaz de reconhecer o potencial necessariamente autoritário da simples instrumentalização do Estado para a realização de uma revolução social *por decreto*¹⁸².

Contudo, existem ainda outros indícios contextuais que devemos explorar. No início dos *Sofismas Históricos*, Bakunin faz uma longa nota apologética sobre as acusações e as “mais infames calúnias” feitas contra ele pela “Escola doutrinária dos comunistas alemães”. O anarquista esclarece que tais calúnias contra ele e contra toda a emigração russa no Ocidente (como, por exemplo, contra seu amigo Alexander Herzen) se tornaram prática comum pelos alemães desde 1848, que também se aproveitaram dos doze anos de seu afastamento forçado da vida pública pelas autoridades czaristas (o período de 1849 a 1861 no qual esteve encarcerado e depois exilado na Sibéria) para continuar sua campanha antieslava. Demonstrar isso lhe permite marcar o elemento nacional e mesmo racial que os divide. Contudo, Bakunin quer realmente responder à campanha realizada contra ele ao longo dos anos 1860 pelos redatores do jornal *Volksstaat*, o órgão de imprensa do partido social democrata alemão em Leipzig, campanha que ele também acredita ter sido inspirada pelos chefes da emigração alemã em Londres (como, por exemplo, Marx e Engels), os “legisladores da sociedade que virá”¹⁸³.

Ele destaca duas acusações principais. Primeiramente, ele e Herzen foram recorrentemente acusadas de ser agentes pan-eslavistas pagos por um Comitê secreto em Moscou. Em segundo lugar, a acusação de pan-eslavismo contra Bakunin foi sustentada com referências, truncadas e deformadas, de uma brochura publicada por ele em 1848

¹⁸¹ Sobre a noção de “situação comunicativa”, ver: GUMBRECHT, Hans U. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 15-16.

¹⁸² A ideia de uma revolução social por decreto é atribuída aos socialistas alemães no *Preâmbulo*. Ver: BAKOUNINE, VIII, p. 297. Exatamente a mesma ideia é elaborada na Primeira Parte, quando Bakunin rechaça o *modelo jacobino de revolução*. Ver: *Idem*, p. 20-21.

¹⁸³ Para além da clara germanofobia de Bakunin, também convém notar o seu vergonhoso antisemitismo: “Sempre foram os meus bons e velhos amigos, os chefes comunistas alemães, legisladores da sociedade que virá, quem, ocultos pelas brumas de Londres como Moisés o foi pelas nuvens do Sinai, lançaram contra mim, como uma matilha de cães ladradores, uma multidão de judeuzinhos alemães e russos, cada um mais imbecil e sórdido que o outro”. *Idem*, p. 85 em nota-de-rodapé.

(cujo título, não mencionado, é *Apelo aos Eslavos por um patriota russo*), mobilizada como prova, mas na qual ele defendia o *oposto* daquilo que lhe acusavam – a *ruptura* dos povos eslavos contra as três monarquias multinacionais e autocráticas que as dominavam (a russa, a austríaca, e a prussiana), pregando sua reorganização por uma solidariedade genuína. Contudo, o que é relevante para nossa análise é o modo como Bakunin toma o recurso de seus acusadores à difamação e à mentira como sintoma para fazer um diagnóstico do socialismo alemão:

Isto dá a medida da honestidade destes senhores. Confesso que assim que li esses artigos falando de meu pan-eslavismo, tão bem comprovado, como se vê, por esta brochura [o *Apelo*], fiquei estupefato. Eu não compreendia que se podia levar tão longe a desonestidade. Mas agora eu começo a compreender. O que ditou estes artigos não foi tão somente a indistinguível má-fé do autor, mas um tipo de ingenuidade nacional e patriótica, muito estúpida, mas muito comum na Alemanha. Os alemães sonharam tanto e a tanto tempo em meio a sua escravidão histórica, que acabaram por identificar, muito ingenuamente, sua nacionalidade com a humanidade, de maneira que, na sua opinião, detestar a dominação alemã, desprezar sua civilização de escravos voluntários, significa ser inimigo do progresso humano. Aos seus olhos, são pan-eslavistas todos os eslavos que recusam, com gosto e com cólera, essa civilização que eles lhes querem impor.

Se este é o sentido que eles dão a essa palavra, pan-eslavismo, ah!, então sou pan-eslavista do fundo do coração! Porque verdadeiramente existem poucas coisas que eu detesto e desprezo tão profundamente quanto essa dominação infame e quanto essa civilização burguesa, nobiliária, burocrática, militar e política dos alemães. Eu sempre continuarei a pregar aos eslavos, em nome da emancipação universal das massas populares, a paz, a fraternidade, a ação e a organização solidária com o proletariado da Alemanha, mas apenas sobre as ruínas desta dominação e desta civilização, e com o único objetivo da demolição de todos os impérios, eslavos e alemães¹⁸⁴.

Assim, Bakunin identifica a origem da indignação de seus detratores como sintoma do profundo enraizamento do “culto de autoridade” na Alemanha, inscrevendo sua resposta aos socialistas alemães como continuidade da elaboração da teoria da autoridade e da crítica da ordem burguesa que analisamos no capítulo anterior. Para ser mais preciso, o anarquista apontará isso como a razão do caráter “doutrinário” de seu socialismo: tal como a o idealismo é uma teologia “fraca” (uma “metafísica doutrinária”) em relação à teologia propriamente consequente, a social democracia alemã (com seu materialismo reducionista) constitui um socialismo *doutrinário* (“fraco”) em relação ao socialismo *revolucionário* e consequente, isto é, radicalmente anarquista.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 86-87 em nota-de-rodapé.

Como veremos adiante, isso inscreve *L'Empire* na continuidade da militância de Bakunin realizada no interior da Internacional desde sua adesão, ou seja, o anarquista mobiliza sua teoria da autoridade para realizar um mesmo procedimento crítico praticado nos artigos do *L'Égalité*: a crítica dos resquícios do “revolucionarismo burguês” nas organizações operárias e a depuração ideológica do socialismo revolucionário. Para chegarmos a essa conclusão devemos demonstrar de que maneira *L'Empire* cria essa continuidade não apenas temática com seus predecessores mais modestos. Isso é realizado pela pragmática textual do livro em duas ocasiões. Em primeiro lugar, encontramos um indício numa versão preliminar rasurada do parágrafo inicial da nota apologética que analisamos acima. Bakunin dirá ter sido quatro vezes vítima

(...) dos odiosos ataques, das mais sórdidas acusações e das mais infames calúnias da parte de homens os mais influentes deste grupelho científico-revolucionário. Eu conheço alguns deles, e tenho todo o direito de lhes aplicar esses adjetivos um pouco fortes, pois eles acreditaram poder me acusar de todos os tipos de infâmias, embora soubessem muito bem que estavam mentindo. Não ousaram dizer e imprimir no *Volksstaat*, e mesmo uma vez no *le Réveil* de Paris, redigido pelo senhor Delescluze, que eu era um espião russo, ou um espião de Napoleão III, ou mesmo um espião do conde de Bismarck, em concerto com o senhor de Schweitzer, chefe reconhecido de um outro partido socialista na Alemanha, e quem eu nunca conheci nem pessoalmente nem ao menos por correspondência (...)?¹⁸⁵

Essa passagem faz referência ao artigo de Moses Hess intitulado *Os coletivistas e os comunistas do Congresso da Basiléia*, publicado na edição de 2-4 de outubro de 1869 do jornal parisiense *le Réveil*, no qual o social democrata alemão, motivado pelo discurso de Bakunin naquele congresso, e pelas posições defendidas em seus artigos no *l'Égalité*, acusava o anarquista de ser um agente pan-eslavista infiltrado na Internacional e de distorcer a política operária e os princípios e estatutos da associação. Como atentou Arthur Lehning, o artigo de Hess motivou Bakunin a iniciar dois projetos na ocasião à guisa de resposta: a escrita de uma longa carta que decidiu não publicar por recomendação de Herzen, mas que foi reciclada na nota apologética de *L'Empire*; e também um projeto de “livro” (inacabado e atualmente perdido) que seria intitulado *Profissão de fé de um democrata socialista russo, precedido de um estudo sobre os judeus alemães* [“*Profession de foi d'une démocrate socialiste russe, précédée d'une étude sur les juifs allemands*”]. O anarquista trabalhou nesse livro entre outubro de 1869 e janeiro de 1870, e, como revela

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 83 em nota-de-rodapé.

na correspondência do período, queria expor nele todo o seu pensamento e defender a urgência da “abolição do Estado” em resposta aos alemães¹⁸⁶.

Bakunin parece ter retirado essa passagem da nota apologética para harmonizá-la com o restante do texto, que não faz menções diretas a nenhum de seus acusadores em particular. Contudo, isso não apenas demonstra a continuidade temática de *L'Empire* com a *Profissão de fé*, como também nos dá um indício, ainda insuficiente, da tarefa atribuída aos dois livros de provar e retificar as posições filosóficas e programáticas apresentadas nos artigos do *l'Égalité* por meio da elaboração teórica sistemática – que é, como vimos, a principal prerrogativa da forma livro para o anarquista.

Há, contudo, uma evidência mais forte que aponta nessa mesma direção. Trata-se do procedimento de *instituição da obra* pela função-autor mobilizada pela forma livro. Este procedimento de constituição da obra do autor é realizado, sobretudo, nos prefácios. No *Preâmbulo à Segunda Parte*, como vimos anteriormente, Bakunin dirá que o livro é a continuação das *Cartas à um francês*, “nas quais tive a fácil e triste honra de prever e predizer as horríveis desgraças que hoje golpeiam a França e, com ela, todo o mundo civilizado”¹⁸⁷. Após algumas semanas, o anarquista iniciaria um segundo manuscrito intitulado *Advertência* [*“Avertissement”*]¹⁸⁸, que prefaciaria a publicação nunca realizada do livro integral em um volume único. A *Advertência* repete o primeiro parágrafo do *Preâmbulo* de forma quase literal:

Esta obra, como todos os escritos aliás pouco numerosos que eu já publiquei até aqui, nasceu dos acontecimentos. Ela é a continuação natural de minhas *Cartas a um francês*, publicadas em setembro de 1870. Nessas cartas eu tive a fácil e triste honra de prever e predizer todas as horríveis desgraças contra as quais só havia, como ainda hoje, apenas um remédio: *a Revolução social*¹⁸⁹.

A primeira coisa que Bakunin destaca em seus prefácios é a autoconsciência do autor sobre sua *obra publicada* – seus modestos “escritos aliás pouco numerosos”. Aliás, no caso das *Cartas*, trata-se literalmente de uma reivindicação de autoria, porque a brochura foi publicada anonimamente.

¹⁸⁶ Sobre a querela com Moses Hess e os dois projetos, ver: RUDE, Fernand. Bakounine, militant de la Ire Internationale. In: BAKOUNINE, Michel. *Le Socialisme Libertaire* (org. e ed. F. Rude). Paris: Denoël, 1973, p. 5-32, p. 14-15; LEHNING, Arthur. Introduction. In: BAKOUNINE, VIII, p. xxxv; *Idem*, p. 549, nota 50.

¹⁸⁷ *Idem*, p. 291.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 305-331.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 307. Comparar com o primeiro parágrafo do *Preâmbulo* em: *Ibidem*, p. 291; BAKUNIN, Mikhail. A Comuna de Paris e a noção de Estado. In: *O Princípio do Estado e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2008, p. 114. Citamos o parágrafo no capítulo 1, ver p. 28-29 deste trabalho.

Esse procedimento é reforçado na Primeira Parte, na qual o anarquista referencia trabalhos anteriores publicados anonimamente, lhes atribuindo autoria conforme o efeito intencionado no livro. Assim, ele repetirá dezessete parágrafos ligeiramente modificados das *Cartas a um francês* no corpo textual da Primeira Parte, precedidos de uma observação apologética exemplar do estilo íntimo possibilitado pelo gênero epistolar: “Me permita, querido amigo, repetir aqui algumas páginas do escrito que venho a citar”¹⁹⁰. O autor fará o mesmo procedimento mais à frente, citando um parágrafo de seu artigo *Os Ursos de Berna e os Ursos de São Petersburgo. Lamento patriótico de um suíço humilhado e desesperado* [*L’Ours de Berne et l’Ours de Saint-Petersburg, complante patriotique d’un suisse humilié et desespere*], seguido da observação: “eis o que um de meus mais íntimos amigos escreveu em meados de março, quando o Império [de Napoleão III] ainda florescia”¹⁹¹.

Por fim, a *Advertência* completa o procedimento de constituição da obra ao incluir nele os artigos do *l’Égalité*, numa passagem que repete o lamento do primeiro parágrafo sobre a “triste honra” do autor de ter previsto o resultado da guerra franco-prussiana (a imposição da ditadura militar, autóctone ou estrangeira, pela burguesia francesa em detrimento da revolução social e do seu país): “Eu tive a triste honra de predizer isto a dois anos, numa série de artigos publicados no *l’Égalité* de Genebra”¹⁹².

O que esses indícios nos revelam é o uso da função-autor para autorizar todo o seu percurso *como militante da Internacional*. Esse procedimento organiza (seletivamente) e autoriza a obra anterior do autor de *L’Empire* para realizar duas tarefas: a primeira, como vimos no capítulo 1, é autorizar o autor e seu discurso teórico; mas, ao mesmo tempo, o livro também busca instituir (ou reinstituir) a obra realizada por Bakunin na associação. *L’Empire* é apresentado como o coroamento de todo o trabalho anterior da militância de seu autor em seus fundamentos. Por isso, ele estabelece a tripla continuidade ético-cognitiva, temática e programática com esse trabalho progressivo. Nos resta analisar como o livro dá continuidade aos procedimentos críticos realizados anteriormente, aprofundando-os com a sistematização teórica própria ao livro, para sustentar as posições programáticas defendidas por Bakunin anteriormente como militante da Internacional.

¹⁹⁰ BAKOUNINE, VIII, p. 29-33.

¹⁹¹ *Idem*, p. 34. Pensamos que a atribuição da autoria deste texto a outra pessoa cumpre duas funções no livro: preservar seu anonimato e, ao mesmo tempo, reforçar o caráter direto e intimista do registro bakuniniano, encarnando o ideal de transparência discursiva que pauta seu estilo, e criando o efeito de *cumplicidade na luta* entre os dois (ou três) personagens (remetente, autor e seu terceiro “amigo” íntimo).

¹⁹² *Ibidem*, p. 309.

3.2. A potência antipolítica das massas e a política da Internacional

Em seu estudo sobre o conflito entre Marx e Bakunin, Jean-Christophe Angaut¹⁹³ buscou pautar sua análise (seguindo o diagnóstico historiográfico e as sugestões metodológicas de Gaetano Manfredonia¹⁹⁴) por um confronto entre *práticas políticas* no seio da Internacional, de modo a ir além das perspectivas tradicionais sobre o mesmo, que o reduzem a sua dimensão personalista ou o apresentam como uma oposição de princípios mais ou menos desencarnados, o que escamoteia a dimensão pragmática da disputa e induz os estudiosos à simples repetição das posições dos atores históricos (eventualmente em função dos conflitos posteriores entre anarquistas e comunistas). Embora não seja nosso objeto analisar as diferenças entre Marx e Bakunin, o estudo de Angaut nos interessa na medida em que consegue diagnosticar precisamente a dimensão da disputa que *não* era um conflito entre personalidades, mas uma questão pragmática que dividiu as seções da associação – a questão da política operária e a questão da organização da Internacional¹⁹⁵. Como diz o autor, referindo-se ao debate sobre a interpretação dos estatutos da associação, o problema para os internacionalistas era saber

se era necessário restringir o ‘movimento político’, que deveria ser subordinado ‘como um meio’ à ‘emancipação das classes operárias’, à organização da classe operária em partido político apresentando-se às eleições – opção defendida pela maior parte dos alemães e dos ingleses –, ou se deveria coexistir em uma mesma organização as diferentes componentes do movimento operário europeu, tanto aquelas que estimam que a conquista da emancipação passa pelas urnas como aquelas que preconizam, não a abstenção política, mas a não-participação nas eleições e a luta conjunta contra o Estado e a burguesia – a qual é a concepção bakuniniana da política.

Em setembro de 1871, a conferência de Londres, com o apoio dos blanquistas, decide esta questão confiando a Marx a tarefa de lembrar que a interpretação correta dos estatutos da Internacional é aquela que se baseia no *Informe inaugural [Adresse inaugurale]*, o qual afirmava que ‘a conquista do poder político se tornou o primeiro dever da classe operária’. Esta resolução, que conduz *de facto* a transformar a Internacional em um agrupamento de partidos políticos, e seu Conselho geral num comitê central, constitui o evento-gatilho de um conflito

¹⁹³ ANGAUT, Jean-Christophe. Le conflit Marx-Bakounine dans l’Internationale: une confrontation des pratiques politiques, *Actuel Marx*, n. 41, 2007-1, p. 112-129.

¹⁹⁴ MANFREDONIA, Gaetano. En parlant du débat Marx, Proudhon, Bakounine. *Contretemps*, n. 6, p. 88-100, 2003.

¹⁹⁵ Como disse Angaut, reconhecer “a natureza política do conflito” entre Marx e Bakunin é também “reconhecer que seu disparo ocorreu em função das oportunidades”. O argumento de Angaut é que, para além das reais diferenças de princípios, foi o dissenso político-programático entre as seções, ocasionado pela Conferência de Londres, o que os mobilizou e, eventualmente, fez emergir radicalmente suas diferenças. *Ibidem*, p. 114.

aberto entre duas tendências no seio da AIT. Tão logo se tornaram conhecidas em outubro de 1871, as decisões tomadas em Londres provocaram uma série de denúncias de federações inteiras da Internacional (Jura, Bélgica, Itália, Espanha), das quais Bakunin toma partido sem, no entanto, ter sido seu inspirador. Então os acontecimentos se encadearão conduzindo à vitória de Pirro dos amigos de Marx no congresso de Haia (setembro de 1872), no qual Bakunin e seus amigos foram excluídos da Internacional, seguidos, nos meses seguintes, pela maioria das federações – o que significou o futuro fim da Internacional¹⁹⁶.

O estudo de Angaut é focado em um período que ultrapassa os limites cronológicos de nossa análise de *L'Empire*. A Conferência de Londres ocorreu numa situação extraordinária e em condições muito distintas dos congressos regulares da associação. Isso aconteceu porque o congresso daquele ano foi impossibilitado pela guerra franco-prussiana, e também pela pressão internacional contra a AIT e a perseguição política de seus membros que se seguiram à Comuna de Paris¹⁹⁷. Sob condições tão extraordinárias, a conferência se autorizou a tomar decisões também extraordinárias, organizando-se com um pequeno coro de delegações nomeadas diretamente pelo Conselho geral (e não pelas próprias seções) que assumiu funções deliberativas e legislativas que deveriam ser ratificadas pelo Congresso de Haia – como, por exemplo, a reforma e centralização administrativa da Internacional, a generalização de um programa político homogêneo para todas as seções, e a moção para a expulsão de Bakunin e sua organização, a Aliança da Democracia Socialista.

Por isso, a Conferência de Londres foi um marco na história da Associação Internacional dos Trabalhadores, e um divisor de águas no percurso de Bakunin como seu militante. Em seu estudo, Angaut irá se dedicar a analisar detidamente os textos programáticos de Marx e Bakunin realizados durante e após esse período, sobretudo entre a Conferência de Londres e o Congresso de Haia, no qual Bakunin foi enfim expulso da associação. Sua conclusão é que o dissenso entre Marx e Bakunin não é “apenas um conflito político, mas um conflito sobre a política”¹⁹⁸, que se desdobra no dissenso sobre a organização da Internacional, e que se expressa em dois tipos de militância distintos. Contudo, e como Angaut também aponta, a dupla tematização da política operária e da política da Internacional, para Bakunin, não se restringiu ao período posterior a Comuna

¹⁹⁶ *Idem*, p. 115-116.

¹⁹⁷ Ver: SAMIS, Alexandre. *Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011, p. 329-335.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 116.

de Paris, mas constitui uma das principais discussões realizadas em seus primeiros trabalhos como militante da AIT. Se aceitarmos a Conferência de Londres como um demarcador histórico no percurso do anarquista russo na AIT, devemos entender os procedimentos de autorização discursiva e instituição da obra realizados por *L'Empire* como um coroamento desse primeiro período de militância anterior à sua expulsão¹⁹⁹.

Trata-se do trabalho de militância que Bakunin vinha construindo na AIT desde sua adesão em 1868 e, sobretudo, desde a adesão formal da Aliança da Democracia Socialista. Como veremos, a questão para Bakunin era sistematizar um programa coerente que desse um ordenamento à diversidade de orientações político-ideológicas dos internacionalistas, e que, ao mesmo tempo, respeitasse seus diferentes estágios de desenvolvimento em cada país²⁰⁰. Isto consistiu na elaboração, coordenação prática e divulgação de um programa político (ou antipolítico) anarquista baseado na interpretação dos estatutos da Internacional, e na atribuição de prerrogativas políticas distintas, mas complementares à Internacional e à Aliança (aí incluída sua instância clandestina, que poderíamos denominar a “Aliança secreta”). A partir do programa da Aliança e das séries de artigos ao jornal *l'Égalité*, o anarquista prevê um exercício coordenado das duas entidades para viabilizar a corporificação daquilo que denomina no *Preâmbulo* “a potência (...) antipolítica das massas”²⁰¹ – uma potência imanente à solidariedade objetiva dos trabalhadores e antitética à ordem burguesa, cujo triunfo seria a afirmação positiva de um socialismo federalista e autogestionário.

Para compreendermos a elaboração desse programa e o modo como *L'Empire* o retoma e o aprofunda, devemos nos deter brevemente em seu primeiro esboço, realizado por ocasião do primeiro encontro e articulação de Bakunin com a delegação

¹⁹⁹ Este é um segundo motivo pelo qual devemos nos precaver de pensar os ataques de Bakunin contra os “comunistas doutrinários da Alemanha”, em *L'Empire*, como o início ou desdobramento de sua polêmica pessoal com Marx. No livro, o comunista alemão é atacado (*e elogiado*) apenas na condição de “chefe” intelectual dessa “Escola”. Mas o objetivo do anarquista russo é combater um programa político: aquele da social democracia alemã e o projeto lassalliano de criação de um *Estado popular* [*Volksstaat*]. Angaut destaca como é recorrente em Bakunin, também nos textos após a Conferência de Londres, atribuir o programa lassalliano e a ideia do Estado popular à Marx, ignorando ou desconhecendo o dissenso político-programático que existia entre o próprio Marx e seus conterrâneos do partido social democrata a respeito da simples instrumentalização do Estado. Essa atribuição também é realizada em *L'Empire*, mas se limita a identificar sua razão no recurso ao *Manifesto Comunista* como a base teórica do programa lassalliano. A ênfase é dada, portanto, na oposição contra a ideia de um Estado socialista em geral, que Bakunin entende ser um legado do puro radicalismo burguês viabilizado pelo equívoco filosófico de tomar o determinismo econômico como causalidade absoluta e unilateral das relações de dominação. *Idem*, p. 116 e p. 120-121; e BAKOUNINE, VIII, p. 83-86.

²⁰⁰ Cf. BAKOUNINE, Michel. Politique de l'Internationale. In: *Le Socialisme Libertaire*. Paris: éditions Denöel, 1973, p. 159-181.

²⁰¹ *Ibidem*, 292.

internacionalista no primeiro congresso internacional da Liga da Paz e da Liberdade em Genebra entre 9-12 de setembro de 1867, o qual motivou sua adesão à AIT²⁰². Isto nos permitirá compreender como o trabalho realizado no interior da Internacional veio a refinar e radicalizar sua concepção prévia de um socialismo federalista de orientação proudhoniana, proposto à Liga em termos curiosamente moderados em função do caráter pacifista e moderadamente republicano da associação.

A primeira concepção socialista libertária sistematizada de Bakunin foi esboçada em *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*, o livro inacabado cujo título condensa, em termos gerais, suas três aspirações programáticas principais. Essa obra foi escrita entre 1867-1868, após o congresso da Liga, e seu conteúdo consistia, tal como o título original especifica, numa “proposição justificada ao Comitê Central da Liga da Paz e da Liberdade”²⁰³, que o anarquista deseja divulgar e fazer ser admitida nos estatutos oficiais da associação em seu próximo congresso. Ele está dividido em três subtítulos que elaboram, cada um, a argumentação em defesa das três causas que quer fazer serem aceitas pela Liga. Primeiramente, Bakunin deseja que a organização planejasse a dissolução dos Estados europeus numa federação política extensiva de comunas autônomas. Após argumentar pela necessidade da supressão dos Estado, ele sugere

Que os aderentes da Liga devam, por consequência, se esforçar para reconstituir suas pátrias respectivas, a fim de nelas substituir a antiga organização fundada, de cima para baixo, sobre a violência e sobre o princípio de autoridade, por uma organização nova, tendo por base somente os interesses, as necessidades e as atrações naturais das populações, e por princípio somente a federação livre dos indivíduos nas comunas, das comunas nas províncias, das províncias nas nações, e, finalmente, destas nos Estados Unidos da Europa inicialmente, e mais tarde no mundo inteiro²⁰⁴.

A descentralização do federalismo político é entendida como a garantia das liberdades políticas. Contudo, a causa das liberdades políticas é, para ele, inseparável daquela da igualdade econômica, porque a primeira é apenas uma palavra sem significado se não for acompanhada das condições materiais de sua efetivação. Assim, a prioridade

²⁰² A Liga da Paz e da Liberdade foi uma associação pacifista, liberal e republicana organizada para viabilizar resoluções diplomáticas em conflitos entre os Estados europeus, com especial interesse em mediar as tensões entre a França e a Prússia e evitar a guerra. Seu primeiro congresso recebeu uma delegação da Internacional eleita no Congresso de Lausanne (2-7 de setembro de 1867) liderada por James Guillaume. Sobre Bakunin e os internacionalistas nesse congresso, ver: SAMIS, Alexandre... *op.cit.*, p. 144-146 e p. 160-166; e LEIER, Mark. *Bakunin. The creative passion – a biography*. New York: Seven Stories press, 2009 (1ª edição de 2006), p. 199-224.

²⁰³ BAKUNIN, Mikhail. *Federalismo, Socialismo, Antiteologismo*. São Paulo: Cortez, 1988, p. 1.

²⁰⁴ *Idem*, p. 10-11.

da Liga deveria ser a resolução da “questão social”, ou seja, a supressão da divisão social em classes pela exploração econômica. É preciso

(...) organizar a sociedade de tal forma que todo indivíduo, homem ou mulher, que nasça, encontre meios aproximadamente iguais para o desenvolvimento de suas diferentes faculdades e para sua utilização em seu trabalho; organizar uma sociedade que, tornando a todo indivíduo, qualquer que seja, a exploração do trabalho alheio impossível, deixe cada um participar do gozo das riquezas sociais, que só são produzidas, na realidade, pelo trabalho, desde que tenha diretamente contribuído a produzi-las pelo seu²⁰⁵.

Isto fundamenta a dependência entre federalismo político e socialismo econômico. Por isso, ele logo acrescenta que rejeita “energicamente” toda organização social mediante o “estabelecimento de uma autoridade regulamentar”, e que sempre irá protestar “contra tudo o que se assemelhar, de perto ou de longe, ao comunismo e ao socialismo de Estado”²⁰⁶. Por essa razão, Bakunin sugere que o Congresso da Liga deva aceitar em seus estatutos a seguinte declaração:

“Convencidos de que a realização séria da liberdade, da justiça e da paz no mundo será impossível enquanto a imensa maioria das populações permanecer destituída de qualquer bem, privada de instrução e condenada à nulidade política e social e a uma escravidão de fato, senão de direito, pela miséria, tanto quanto pela necessidade na qual se encontra de trabalhar sem descanso nem lazer, produzindo todas as riquezas das quais o mundo se glorifica hoje, e retirando delas apenas uma tão pequena parte que mal basta para assegurar o pão do dia seguinte;

Convencida de que por todas estas populações, até aqui tão horripelantemente maltratadas durante séculos, a questão do pão é aquela da emancipação intelectual, da liberdade e da humanidade;

Que a liberdade sem o socialismo é o privilégio, a injustiça; e que o socialismo sem liberdade é a escravidão e a brutalidade;

A Liga proclama abertamente a necessidade de uma reforma social e econômica radical, tendo por objetivo a libertação do trabalho popular do jugo do capital e dos proprietários, fundada sobre a mais estrita justiça, não jurídica, nem teológica, nem metafísica, mas simplesmente humana, sobre a ciência positiva e sobre a mais absoluta liberdade.

Ela decide ao mesmo tempo que seu jornal abrirá amplamente suas colunas a todas as discussões sérias sobre as questões econômicas e sociais, quando forem sinceramente inspiradas pelo desejo da mais ampla emancipação popular, tanto sob o aspecto material quanto sob o ponto de vista político e intelectual”²⁰⁷.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 36.

²⁰⁶ *Ibidem*.

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 38-39. As aspas são de Bakunin.

No último subitem do livro, Bakunin discute a “questão religiosa”, sobre a qual pede perdão à audiência por resumir sua posição por uma palavra “que vos parecerá, talvez, bárbara”, o “antiteologismo”²⁰⁸. Sua importância reside na convicção de que “nenhuma grande transformação política e social se fez no mundo” sem que tenha sido acompanhada ou precedida “por um movimento análogo nas ideias filosóficas e religiosas que dirigem a consciência tanto dos indivíduos quanto da sociedade”²⁰⁹. O antiteologismo é um primeiro esboço da teoria da autoridade elaborada mais tarde em *L’Empire*, e defende a tese de que “a escravidão intelectual de qualquer natureza que seja terá sempre por consequência natural a escravidão política e social”²¹⁰. Portanto, ele defendia a necessária eliminação da religião e sua substituição pela universalização do ensino e pela democratização da ciência, condições prévias para a efetivação das duas causas precedentes.

Bakunin atendeu aos congressos da Liga com o objetivo principal de divulgar seu programa revolucionário e recrutar membros para sua organização, a Fraternidade Internacional. Ao longo dos congressos, ele foi estreitando laços com as delegações enviadas pela Internacional e passou a assumir a causa do coletivismo na Liga – posição que se estenderia à AIT²¹¹. Alguns desses internacionalistas aderiram à Fraternidade Internacional e, após a ruptura de Bakunin com a Liga, eles fundaram a Aliança Internacional da Democracia Socialista, convertendo a Fraternidade em seu órgão clandestino de ação, coordenação e propaganda (ao qual nos referiremos, com Angaut, como a “Aliança secreta”). O ingresso da Aliança na AIT foi mediado pelo próprio Marx como membro do Conselho geral, que estabeleceu condições para sua aceitação: foi pedido que Bakunin corrigisse um item em seu programa (dando maior precisão ao

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 39.

²⁰⁹ *Idem*.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 41.

²¹¹ O coletivismo foi uma orientação socialista de base proudhoniana que emergiu e se tornou dominante nas seções francófonas da Internacional no fim dos anos 1860, ao romper com o discurso e programa mais moderados de seus predecessores mutualistas. Semelhante ao que faz Bakunin, os coletivistas atêm-se às noções proudhonianas de espontaneidade operária e de revolução social, mas radicalizam o programa mutualista formulando táticas e estratégias de expropriação direta dos instrumentos de trabalho, de coletivização da propriedade e de organização sócio-política federalista e autonomista. *Grosso modo*, o socialismo francês na AIT foi dominado, primeiramente, por um “proudhonismo moderado”, liderado por Henri Tolain, e, em seguida, pelo coletivismo ou “proudhonismo radical”, mais bem representado pelo sindicalista e *communard* Eugène Varlin. Cf. RUDE, Fernand... *op.cit.*, p. 7; SAMIS, Alexandre... *op.cit.*, p. 147-150; FERREIRA, Andrey. Anarquismo, pensamento e práticas insurgentes: fenômeno da “Primeira Internacional”? In: BAKUNIN, M. *De baixo para cima e da periferia ao centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin* (trad. e org. por A. C. Ferreira e T. B. de Souza Toniatti). Niterói: Editora Alternativa, 2014, p. 21-61, p. 28-34; e ANSART, Pierre. *El nacimiento del anarquismo*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973 (ed. francesa de 1970), p. 170-171 e p. 203-205.

objetivo de *suprimir* as classes sociais e não meramente “equalizá-las”) e que a Aliança fosse desfeita como órgão internacional, de modo a não criar um conflito administrativo no interior da Internacional. Assim, o órgão central da Aliança em Genebra aderiu como seção autônoma e suas próprias seções regionais foram convertidas em seções da Internacional – sem, contudo, que fosse revelado ou desfeito seu órgão clandestino²¹².

Como militante da Internacional, Bakunin radicaliza o modelo socialista esboçado no livro de 1867-68 e lhe agrega um esquema programático atento à interpretação dos estatutos da AIT e à análise das organizações classistas em seu interior, que pautou o gradual amadurecimento de suas ideias prévias sobre a revolução e a autoridade. Possivelmente, o maior contraste do programa libertário elaborado na Internacional em relação àquele de *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo* seja a radicalização da noção proudhoniana de *espontaneidade operária* e a atenção a sua concepção correlata de revolução social²¹³. Devemos analisar como ele constrói tal esquema programático, atribuindo diferentes prerrogativas à AIT e à Aliança, para compreender como *L'Empire* o retoma e o sustenta.

Primeiramente devemos analisar o trabalho realizado por Bakunin em 1869 no jornal *L'Égalité* de Genebra, o órgão de imprensa e propaganda da seção central de Genebra da Internacional²¹⁴. A maioria desses textos foi redigida durante o período em que o anarquista russo assumiu sozinho a redação do jornal, entre julho e agosto daquele ano, devido à ausência temporária de Charles Perron, seu fundador. Estes são os trabalhos de sua fase anarquista que mais circularam entre os contemporâneos. Tratam-se de artigos ou séries de artigos publicadas paralelamente nas edições semanais do jornal sob títulos

²¹² Ver RUDE, Fernand... *op.cit.*, p. 7-10; LEIER, Mark... *op.cit.*, p. 251-278; ANGAUT, Jean-Christophe. *Le conflit Marx-Bakounine dans l'Internationale... op. cit.*, p. 113-114.

²¹³ Em *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*, Bakunin faz o elogio de Proudhon ao propor uma genealogia do socialismo desde Graco Babeuf até a revolução de 1848, a qual teria comprovado o triunfo histórico do socialismo proudhoniano em relação aos seus rivais “doutrinários” e “autoritários”: “Em geral, a regulamentação foi a paixão comum a todos os socialistas de antes de 1848: Cabet, Louis Blanc, fourieristas, saint-simonianos, todos tinham a paixão de doutrinar e organizar o futuro, todos foram mais ou menos *autoritários*. Mas eis que Proudhon apareceu: filho de um camponês e de instinto cem vezes mais revolucionário do que todos estes socialistas doutrinários e burgueses, ele se armou com uma crítica tão profunda e penetrante quanto impiedosa, para destruir todos os seus sistemas. Opondo a liberdade à autoridade contra estes socialistas de Estado, proclamou-se ousadamente anarquista, e diante de seu deísmo ou de seu panteísmo, teve a coragem de se dizer, simplesmente, ateu, ou ainda, com Auguste Comte, *positivista*”. BAKUNIN... *op.cit.*, p. 25-26 (grifos do autor). *L'Empire* e os escritos como militante da AIT não apenas revelam um diálogo mais estreito e ativo com Proudhon, como também revisam totalmente o elogio de Comte e do positivismo, que é rejeitado como uma nova “metafísica” autoritária em favor do materialismo naturalista propriamente ateu. Cf. BAKOUNINE, VIII, p. 241-287.

²¹⁴ A maioria desses artigos foram reunidos por Fernand Rude, junto de outros textos contemporâneos, na compilação BAKOUNINE, Michel. *Le Socialisme Libertaire... op.cit.* Este livro possui uma edição brasileira, na qual constam traduções de apenas alguns textos da edição original: BAKUNIN, Mikhail. *O Socialismo Libertário* (trad. Olinto Beckerman). São Paulo: Editora Global, 1979.

como *A Dupla Greve de Genebra* (3 de abril), *Da Cooperação* (4 de setembro), *A Montanha* (17-31 de julho), *Os entorpecentes*²¹⁵ (26 de junho a 24 de julho), *A Instrução Integral* (31 de julho a 21 de agosto), e a *Política da Internacional* (7-28 de agosto). O artigo mais importante para nossa análise é este último, no qual Bakunin interpreta os estatutos da AIT para identificar sua potência sócio-histórica e dotá-la de uma direção político-programática ordenada.

Em a *Política da Internacional*²¹⁶, Bakunin se propõe a discutir a questão da natureza e surgimento histórico da autêntica política operária. Ele parte da constatação de que a Internacional não impõe a concordância com um sistema político-religioso preciso como condição de ingresso aos novos aderentes, ainda que princípios políticos e antirreligiosos informem veladamente a sua organização. Ela tão somente exige a concordância e conformidade com as resoluções de seus estatutos. A partir disso, Bakunin fará uma interpretação de sua organização para propor um esquema programático de ação condizente com sua principal prerrogativa – *criar* a (ainda inédita) política operária²¹⁷. Devemos destacar como o procedimento analítico praticado pelo anarquista russo é análogo àquele elaborado por Proudhon em sua investigação do mutualismo.

No capítulo anterior, vimos como Proudhon avalia a capacidade política das classes operárias impondo três condições para averiguar suas potencialidades: a *consciência* refletida de si, a elaboração de sua *Ideia* – a expressão teórica do projeto de sociedade que lhe é próprio e radicalmente antitético à ordem burguesa –, e, enfim, a capacidade de derivar *práticas* condizentes dessa *Ideia*, em função dos acontecimentos e diferentes correlações de forças, para fundar uma nova ordem social²¹⁸. Portanto, o anarquista francês entende que a política das classes trabalhadoras consiste em um projeto

²¹⁵ O título original *Les Endormeurs* é de difícil tradução e também poderia ser vertido para “os soporíferos”, “os adormecedores” ou “os narcóticos” (como na edição brasileira). Propomos essa tradução, pois ela reúne o significado literal da palavra francesa com o sentido dado por Bakunin, ou seja, aquilo que faz adormecer a consciência e o instinto (nos dois sentidos de “fazer dormir” e “entorpecer” ou “deixar dormente”) – ou seja, aquilo que engendra a alienação. Para a versão traduzida, ver: *Idem*, p. 15-31.

²¹⁶ BAKUNIN, Mikhail. *Politique de l’Internationale... op.cit.*

²¹⁷ Bakunin destaca que “até os nossos dias, e desde o começo da história, nunca houve uma política do povo, e nós entendemos por essa palavra o baixo povo, a *canalha operária* que nutre o mundo com seu trabalho; houve somente a política das classes privilegiadas; essas classes se serviram da potência muscular do povo para destronar-se mutuamente e para se colocar uma no lugar da outra. O povo, por sua vez, somente tomou partido de um contra os outros na vaga esperança de que ao menos uma destas revoluções políticas, das quais nenhuma pôde ser feita sem ele, mas que nunca foi feita para ele, trouxesse algum alívio à sua miséria e à sua escravidão secular. Ele sempre foi enganado. Mesmo a grande Revolução francesa o enganou. Ela matou a aristocracia nobiliária e colocou em seu lugar a burguesia. O povo não é mais chamado de escravo ou de servo, ele é proclamado nascido livre por direito, mas sua escravidão e sua miséria continuam as mesmas de fato”. *Idem*, p. 162-163.

²¹⁸ Ver PROUDHON, Pierre-Joseph. *De la Capacité Politique des Classes Ouvrières*. Paris: Éditions du Trident, 1989, p. 56-58. Ver p. 65 desta dissertação.

de sociedade imanente às práticas das próprias classes trabalhadoras, e, por isso, considera a espontaneidade das práticas e organizações operárias como o fundamento principal da revolução social.

Como atentou Pierre Ansart, embora esse procedimento analítico e suas premissas tenha sido especialmente sistematizado no livro *A Capacidade Política das Classes Trabalhadoras* (1865), ele permeia todos os escritos proudhonianos²¹⁹, desde as primeiras *Memórias sobre a Propriedade* da década de 1840, e sempre foi mobilizado para analisar as práticas mutualistas e seu desenvolvimento histórico em correlação com a crítica da economia política burguesa.

Segundo Ansart, Proudhon podia pressupor a potencialidade latente de uma nova ordem social expressada nas práticas espontâneas dos trabalhadores, porque ele reconhecia no mutualismo, e em especial no mutualismo das tecelagens de seda lyonesas, uma *anarquia realizada* ou uma “anarquia positiva”²²⁰. Embora as associações de ajuda mútua e as associações de consumo, frequentemente convertidas em associações de resistência extensivas pela formação de federações, apresentassem um discurso bastante moderado em seus estatutos e reduzissem os critérios de organização à uma pura solidariedade econômica objetiva, em situações de revolta (como abundaram ao longo da década de 1830 na França, em especial em Lyon) elas eram capazes de suspender a ordem política local e, ao mesmo tempo, fazer a manutenção da ordem e funcionamento público da comuna a partir de seus próprios estatutos²²¹.

Por isso, Proudhon entendia o seu trabalho apenas como um exercício analítico de esclarecimento das potencialidades latentes em uma prática social completamente espontânea²²². O mutualismo era a prática das classes trabalhadoras que apresentava uma potencialidade (auto) instituinte, não era apenas passivo e reativo²²³. A partir da plena realização de sua *Ideia*, as classes trabalhadoras seriam capazes de generalizar o princípio mutualista para todos os domínios e reestruturar o edifício social de baixo para cima. Nesse sentido, a revolução *social* (e não *política*) consistiria na auto instituição da classe operária, em detrimento da dominação burguesa, através da expropriação das propriedades e instrumentos de trabalho e da reorganização da sociedade desde seus fundamentos (a economia) até suas dimensões políticas. O socialismo (a política das

²¹⁹ ANSART, Pierre... *op.cit.*, p. 133-136.

²²⁰ *Idem*, p.222-223.

²²¹ *Ibidem*, p. 175-184 e p. 231-232

²²² *Ibidem*, p. 136.

²²³ *Ibidem* p. 223.

classes trabalhadoras) se constrói pela *diluição da política na economia socializada* e se traduz no autogoverno operário (direto e transparente a si mesmo) através da autogestão local e da coordenação federalista das comunas autônomas²²⁴.

É precisamente uma tal análise que propõe Bakunin para a Internacional. Tal como é o mutualismo para Proudhon, a organização da Internacional é entendida como a materialização de uma solidariedade objetiva puramente econômica das classes trabalhadoras, a “luta exclusivamente econômica do trabalho contra o capital”²²⁵. A AIT expressa as práticas organizacionais espontâneas do proletariado e guarda, em estado de latência, um programa político socialista e antirreligioso, que, precisamente por ser a descrição precisa das suas inclinações instintivas, não deve ser imposto às classes pela própria AIT, deve emergir do amadurecimento gradual da sua consciência refletida e das suas práticas de luta. Tal como Proudhon, Bakunin está preocupado com a capacidade das classes trabalhadoras em distinguir as linhas gerais da sua própria política e separar-se radicalmente dos programas burgueses, sob a condição de ser instrumentalizada para movimentos puramente políticos e comprometer o seu próprio projeto:

Então, o que a Internacional deve fazer? Primeiramente ela deve desatar as massas operárias de toda política burguesa, ela deve eliminar do seu programa todo o programa político burguês. Mas, à época de sua fundação, não havia no mundo outra política além daquela da Igreja ou da monarquia, ou da aristocracia, ou da burguesia; a última, sobretudo aquela da burguesia radical, era sem dúvidas mais liberal e mais humana que as outras, mas todas são igualmente fundadas na exploração das massas operárias, não tendo outro objetivo, na realidade, além de disputar pelo monopólio desta exploração. Por isso, a Internacional precisa começar limpando o terreno, e como toda política se encontra, do ponto de vista da emancipação do trabalho, manchada de elementos reacionários, ela deve, primeiramente, rejeitar todos os sistemas políticos conhecidos em seu seio para poder erigir, sobre as ruínas do mundo burguês, a verdadeira política dos trabalhadores, a política da Internacional²²⁶

Bakunin faz o elogio da indeterminação político-religiosa da Internacional e de sua estrita atenção à luta econômica. Contudo, como atentou Jean-Christophe Angaut, não se trata de uma posição “apolítica”, mas da formulação de uma *política negativa*²²⁷. A Internacional deve preservar, radicalizar e universalizar a dinâmica espontânea das classes trabalhadoras e, para isso, ela deve se abster de impor um programa político

²²⁴ *Ibidem*, p. 107-114, p. 171-185 e p. 221-231.

²²⁵ BAKOUNINE, Michel. Politique de l'Internationale... *op.cit.*, p. 164.

²²⁶ *Idem*, p. 162-164. Grifos do autor.

²²⁷ ANGAUT, Jean-Christophe. Carl Schmitt, Lecteur de Bakounine... *op.cit.* Ver também: *Idem. Le Conflit Marx-Bakounine dans l'Internationale...op.cit.*, p. 116-118.

definido, pois isto teria um efeito puramente sectário²²⁸. A sua tarefa mais urgente é dar corpo à potência negativa das massas em relação à ordem burguesa e liberar as inclinações instintivas dos trabalhadores do torpor da alienação (material e espiritual). Os princípios do programa imanente às classes trabalhadoras se concentram em dois pontos:

(...) Do ponto de vista político e social, eles têm como consequência necessária a abolição das classes, e, por consequência, da burguesia, que é a classe dominante atualmente; a abolição de todos os Estados territoriais, de todas as pátrias políticas, e, sobre sua ruína, o estabelecimento da grande federação internacional de todos os grupos produtivos, nacionais e sociais. Do ponto de vista filosófico, como eles [os princípios] tendem apenas a realização do ideal humano, da felicidade humana, da igualdade, da justiça e da liberdade sobre esta terra, e que, por isso mesmo, tendem a tornar totalmente inúteis todos os complementos celestes e todas as esperanças de um mundo melhor, eles terão por consequência igualmente necessária a abolição dos cultos e de todos os sistemas religiosos²²⁹.

Contudo, os trabalhadores ainda se encontram demasiadamente “esmagados pelo trabalho de cada dia e desmoralizados, aprisionados, por assim dizer, intencionalmente pelas doutrinas” engendradas pelos governos, “em concerto com todas as castas privilegiadas” (clero, nobreza e burguesia)²³⁰. Assim, Bakunin identifica um *desencontro histórico entre consciência e vontade* e prevê tarefas programáticas para superá-lo. Primeiro é preciso distinguir entre os preconceitos das massas e aqueles das classes privilegiadas: no primeiro caso, trata-se da ignorância e da alienação, e no segundo caso, trata-se da consciência refletida do esgotamento da própria potência histórica como classe. Por isso, a alienação dominante paralisa um processo histórico necessário: “o povo deseja, mas não sabe; a burguesia sabe, mas não deseja”²³¹. Subverter essa condição é a tarefa mais urgente da Internacional e de seus militantes.

Segundo Bakunin, “só se pode converter aqueles que sentem a necessidade do ser, aqueles que portam em seus instintos (...) tudo aquilo que se lhes deseja dar”²³². Por isso, independente dos “preconceitos políticos e religiosos” que são impostos à “sua

²²⁸ Em face das grandes diferenças no desenvolvimento das classes em cada país, e também devido a sua ignorância e a influência alienante da propaganda político-religiosa das classes dominantes, assumir um programa político ou ateu, “fazendo dele uma condição absoluta para o ingresso na Associação, seria querer organizar uma seita, não uma associação universal, seria matar a Internacional”. BAKOUNINE, Michel. *Politique de l’Internationale... op.cit.*, p. 162.

²²⁹ *Idem*, p. 164-165

²³⁰ *Ibidem*, p. 165.

²³¹ *Idem*

²³² *Ibidem*, p. 166.

consciência”, a massa dos trabalhadores “é *socialista sem o saber*; ela o é no fundo de seu instinto, e mesmo por força de sua posição social”²³³.

O que falta aos trabalhadores não é a realidade, a necessidade real das aspirações socialistas, mas apenas o pensamento socialista. Eis o que cada trabalhador demanda no fundo de seu coração: uma existência plenamente humana, tanto o bem-estar material e o desenvolvimento intelectual, fundado na justiça, isto é, na igualdade e na liberdade de cada um e de todos no trabalho, – esse ideal instintivo de cada um, que vive apenas do seu próprio trabalho, não pode evidentemente se realizar no mundo político e social atual, fundado sobre a injustiça e sobre a exploração cínica do trabalho das massas operárias. Portanto, cada trabalhador sério é necessariamente um revolucionário socialista, pois sua emancipação só pode ser efetivada pela inversão de tudo que existe atualmente. Ou esta organização da injustiça deve perecer, com todo esse excesso de leis iníquas e de instituições privilegiadas, ou as massas operárias permanecerão condenadas a uma escravidão eterna.

Eis o pensamento socialista, cujas sementes se encontram nos instintos de cada trabalhador sério. O objetivo é, portanto, dotá-lo da plena consciência daquilo que ele deseja, é fazer nascer nele um pensamento que corresponde ao seu instinto, porque, no momento que o pensamento das massas operárias for elevado à altura do seu instinto, sua vontade será determinada e sua potência se tornará irresistível²³⁴.

Para superar esse estado de alienação ativamente engendrado pelas classes dominantes, o anarquista esboça duas tarefas principais aos militantes da Internacional: a primeira é “a instrução e a propaganda”, que são insuficientes sem a segunda, a *emancipação pela prática* – ou seja, pelas práticas das “*trade-unions, a organização e a federação das caixas de resistência*”²³⁵. A aquisição da experiência pela prática da luta econômica permitirá o amadurecimento gradual da Ideia operária, fazendo com que “o socialismo” tome “o lugar da religião” em seu espírito, derrubando o principal suporte da política reacionária, e tornando cada vez mais claro “o antagonismo inconciliável” entre seus interesses econômicos e aqueles da burguesia²³⁶. O anarquista encerra o seu trabalho recomendando aos internacionalistas a não cometerem os erros do passado, ou seja, não permitir que a associação e/ou suas seções sejam instrumentalizadas pelo programa do “radicalismo burguês” e seu rebento, o “socialismo burguês”, que apenas querem, tal como em 1848, se valer da força das massas para realizar uma revolução política²³⁷.

Precisamos acentuar, com Angaut, o quanto Bakunin atribui as duas tarefas programáticas acima, a propaganda e instrução e a emancipação pela prática,

²³³ *Ibidem*, p. 167. Grifos do autor.

²³⁴ *Ibidem*, p. 167-168.

²³⁵ *Ibidem*, p. 168-169. Grifos do autor.

²³⁶ *Ibidem*, p. 170-171.

²³⁷ *Ibidem*, p. 180-181.

respectivamente, à Aliança e à Internacional. Com efeito, se Bakunin celebra a Internacional como a materialização espontânea de uma solidariedade econômica objetiva, anterior a qualquer programa político ou antirreligioso, por sua vez, a Aliança possui um programa bastante definido: 1) o ateísmo; 2) a abolição das classes sociais e do direito de herança; 3) a igualdade dos meios de instrução, educação e lazer para os dois sexos; 4) a ação política republicana estritamente direcionada para a emancipação dos trabalhadores; 5) a dissolução dos Estados na federação extensiva e universal das associações produtivas; 6) o internacionalismo; e 7) a aquisição da liberdade coletiva²³⁸.

Como atentou Angaut, esse programa possuía um preâmbulo (ao qual não tivemos acesso) no qual Bakunin define com precisão a prerrogativa da Aliança: sua “missão especial” é “estudar as questões políticas e filosóficas sobre a base mesma desse grande princípio da igualdade universal e real de todos os seres humanos sobre a terra”²³⁹. Enquanto a Internacional deve viabilizar a organização universalista da solidariedade econômica objetiva das classes trabalhadoras contra o capital, a Aliança da Democracia Socialista, gozando dos mesmos direitos das demais seções, constitui precisamente um *partido*, no sentido de que ela tem autonomia para possuir e divulgar seu próprio programa político. No entendimento de Bakunin, o programa da Aliança é apenas a interpretação política e filosófica do programa da Internacional²⁴⁰ – é sua enunciação radical e sua divulgação aberta. Além disso, a Aliança deve realizar um trabalho exaustivo e permanente de interpretação conjuntural das lutas proletárias, fazer a propaganda da Internacional e de seu próprio programa e organização.

A propaganda e coordenação são atribuições, também, da sua instância clandestina (a Aliança secreta), que deve manter uma agitação radical perpétua no interior dos movimentos classistas e coordenar a ação antipolítica das massas em situações revolucionárias – aquilo que Bakunin denominou a “ditadura coletiva invisível”, ou seja, um poder não oficial e não regulamentar, que age apenas pela “força natural da influência”, e realiza aquilo que Patrícia Piozzi denominou uma “vigilância” ideológica²⁴¹

²³⁸ Ver: PROGRAMME DE LA SECTION DE L'ALLIANCE DE LA DÉMOCRATIE SOCIALISTE À GÈNÈVE. In: BAKOUNINE, Michel. *Le socialisme Libertaire...op.cit.*, p. 212-213.

²³⁹ Preâmbulo ao programa da Aliança *Apud* ANGAUT, Jean-Christophe. *Le conflit Marx-Bakounine dans l'Internationale...op.cit.*, p. 121.

²⁴⁰ *Idem*, p. 121.

²⁴¹ PIOZZI, Patrícia. “Bakunin e os vigilantes subterrâneos da liberdade”. In: *Idem. Os arquitetos da ordem anárquica: de Rousseau a Proudhon e Bakunin*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 173-205. Neste capítulo, Piozzi analisou, primeiro, o pensamento filosófico de Bakunin e, em seguida, suas propostas programáticas. Nós temos discordâncias interpretativas importantes com relação à sua análise, sobretudo ao reduzir o pensamento filosófico de Bakunin à ingênua elaboração de um modelo societário harmônico, sem conflitos, fundado na bondade essencial da natureza humana, então corrompida pela autoridade e verificável por uma

no interior das organizações revolucionárias e associações classistas, impedindo sua cooptação pelo discurso político radical burguês (o republicanismo e seus rebentos) e sua instrumentalização pela política burguesa (republicana ou francamente reacionária). Segundo Angaut, a coordenação dessas três entidades deveria viabilizar uma “reabsorção da política na própria ação sindical”²⁴², ou seja, a revolução social tal como entendida por Proudhon – a diluição da política na própria economia socializada, reorganizada e autogerida. A Internacional deve condensar a potência negativa ou antipolítica das massas em sua universalidade, cujo triunfo revolucionário – a negação dialética da ordem burguesa – levaria à afirmação positiva do programa que lhe é imanente – o programa autogestionário, federalista e ateu representado pela Aliança.

Devemos entender todo o trabalho bakuniniano como escritor militante, desde seus artigos no *l'Égalité* até *L'Empire*, como expressão dessa prática política aliancista no interior da Internacional: uma interpretação incansável das correlações de força conjunturais e das potencialidades políticas imanentes às práticas espontâneas das classes trabalhadoras – e a sua também incansável divulgação e propaganda. É precisamente este tipo de ação política que *L'Empire* pretende consagrar com a função-autor. O livro retoma todas as pautas elaboradas anteriormente de maneira mais ou menos difusa (a alienação, a cisão com a política burguesa e a coordenação da ação antipolítica das massas), e lhes dá um acabamento ético-estético (a forma livro e suas modulações estilístico-discursivas), um fundamento ontológico-epistemológico (o materialismo naturalista) e um aprofundamento teórico (a teoria da autoridade, a crítica da ordem burguesa e a crítica do socialismo “doutrinário”). Toda a elaboração teórica de *L'Empire*, tal como seu trabalho de propaganda e de coordenação política, levam em conta a relação prevista entre a Internacional e a Aliança: a primeira funcionando como o espaço no qual tomam forma a solidariedade operária universal e sua potência antipolítica, e a segunda sendo, precisamente, o “partido” da causa imanente à essa solidariedade espontânea.

filosofia da história. Como atentou Angaut, esse tipo de leitura simplista do pensamento anarquista, como um elogio ingênuo da natureza humana, está fundado na interpretação de textos anarquistas por pensadores conservadores como Carl Schmitt, que elegeu Bakunin como “o maior inimigo da civilização ocidental” devido a sua dupla marca de anarquista e russo. Contudo, Piozzi acentuou bem a função “vigilante” da “ditadura coletiva clandestina” sobre a orientação ideológica dos movimentos operários: não se tratava apenas de coordenar a ação revolucionária durante explosões insurrecionais, tratava-se também de manter a presença constante de uma propaganda radical nos movimentos classistas para combater seu possível desvio “reformista”. Ver: *Idem*, p. 187-205; ANGAUT, Jean-Christophe. Carl Schmitt lecteur de Bakounine... *op.cit.*

²⁴² ANGAUT, Jean-Christophe. *Le Conflit Marx-Bakounine dans l'Internationale... op.cit.*, p. 121.

A única parte do livro que articula todas essas diferentes intenções de efeito a um programa é precisamente a sua apresentação ao leitor, o *Preâmbulo à Segunda Parte*. Este prefácio delimita, por exemplo, o papel da ação individual no interior das organizações classistas revolucionárias (a teorização e a propaganda). Referindo-se aos poucos socialistas revolucionários no interior da Comuna de Paris, Bakunin dirá que

(...) precisamente porque eles foram homens de boa fé, eles estavam plenos de desconfiança deles mesmos na presença da obra imensa à qual consagraram seu pensamento e sua vida: eles eram muito poucos! Eles possuíam, de todo modo, essa convicção de que na Revolução social, diametralmente oposta à Revolução política nisto como em todo o resto, a ação dos indivíduos foi quase nula e a ação espontânea das massas deveria ser tudo. Tudo aquilo que os indivíduos podem fazer é elaborar, esclarecer e propagar as ideias correspondentes ao instinto popular, e, além disso, contribuir com seus esforços incessantes para a organização revolucionária da potência natural das massas, mas nada além disso; e todo o resto deve e pode ser feito somente pelo próprio povo. De outra forma, seremos conduzidos à ditadura política, ou seja, à reconstituição do Estado, dos privilégios, das desigualdades, de todas as opressões do Estado, chegando, por uma via alternativa, mas lógica, ao reestabelecimento da escravidão política, social, econômica das massas populares²⁴³.

O *Preâmbulo* define concisamente as tarefas da revolução social:

A abolição da Igreja e do Estado deve ser a condição primeira e indispensável da libertação real da sociedade, após a qual somente ela pode e deve se organizar de uma outra maneira, mas não de cima para baixo e desde um plano ideal, sonhado por alguns sábios ou intelectuais, ou pela força de decretos lançados por alguma força ditatorial ou mesmo por uma assembleia nacional, eleita pelo sufrágio universal. Um tal sistema, como eu já disse, conduzirá inevitavelmente a criação de um novo Estado, e conseqüentemente à formação de uma aristocracia governamental, ou seja, de uma classe inteira de pessoas não tendo nada em comum com a massa do povo, e certamente essa classe recomeçará a explorá-la e a submetê-la sob o pretexto do bem comum ou para salvar o Estado.

A futura organização social deve ser feita apenas de baixo para cima, pela livre associação e federação dos trabalhadores, primeiramente nas associações, depois nas comunas, nas províncias, nas nações e finalmente numa grande federação internacional e universal. É apenas assim, portanto, que se realizará a verdadeira e viva ordem da liberdade e da felicidade geral, essa ordem, que longe de negar, ao contrário, afirma e põe em acordo os interesses dos indivíduos e da sociedade²⁴⁴.

A respeito desta organização do socialismo “de baixo para cima”, ele identifica com precisão as diferenças entre o socialismo revolucionário e o “comunismo autoritário” dos socialistas doutrinários alemães, como uma continuidade do “radicalismo burguês”:

²⁴³ BAKOUNINE, VIII, p. 296-297.

²⁴⁴ *Idem*, p. 299.

(...) os comunistas imaginam que eles podem chegar a isto pelo desenvolvimento e pela organização do poder político das classes trabalhadoras, principalmente do proletariado das cidades, com a ajuda do radicalismo burguês, enquanto os socialistas revolucionários, inimigos de todas as articulações e de todas as alianças equivocadas, pensam, pelo contrário, que só se pode atingir esse objetivo pelo desenvolvimento e pela organização do poder não político, mas social, e, por consequência, antipolítico, das massas operárias das cidades e do campo, aí incluídos todos os homens de boa vontade das classes superiores que, rompendo com seu passado, desejarem francamente se juntar a eles e aceitar integralmente o seu programa.

Eis aí dois métodos diferentes. Os comunistas acreditam que se deve organizar as forças operárias para se apoderar da potência política dos Estados. Os socialistas revolucionários se organizam para a destruição ou, se se preferir um termo mais polido, para a liquidação dos Estados. Os comunistas são os partidários do princípio e da prática da autoridade, os socialistas revolucionários só têm confiança na liberdade. Ambos são igualmente partidários da ciência, que deve matar a superstição e substituir a fé, mas os primeiros desejam impô-la, os outros se esforçam para propaga-la – de modo que os grupos humanos, convencidos, se organizem e se federalizem espontaneamente, livremente, de baixo para cima, por seu movimento próprio em conformidade com seus interesses reais, mas jamais a partir de um plano delineado previamente e imposto às *massas ignorantes* por quaisquer inteligências superiores.

Os socialistas revolucionários pensam que há muito mais razão prática e de espírito nas aspirações instintivas, e nas necessidades reais das massas populares, do que na inteligência profunda de todos esses doutores e tutores da humanidade, que, após tantas tentativas fracassadas para fazê-la feliz, ainda pretendem aumentar seus esforços. Os socialistas revolucionários, ao contrário, pensam que a humanidade se deixou governar por muito tempo, por tempo demais, e que a fonte de suas desgraças não reside nesta ou naquela forma de governo, mas no princípio e no fato mesmo do governo qualquer que ele seja²⁴⁵.

Além disso, Bakunin, escrevendo esse prefácio em junho, ainda verá na Comuna de Paris a evidência da necessidade histórica em direção ao socialismo revolucionário:

A Comuna de Paris durou muito pouco tempo, e ela foi muito contida, em seu desenvolvimento interior, pela luta mortal que precisou sustentar contra a reação de Versalhes, para pudesse, não digo aplicar, mas ao menos elaborar teoricamente seu programa socialistas. Além disso, é preciso reconhecer que a maioria dos membros da Comuna não eram propriamente socialistas, e se eles se mostraram como tal é porque foram inevitavelmente levados pela força irresistível das coisas, pela natureza de seu meio, pelas necessidades de sua posição, e não pela convicção íntima. Os socialistas, à frente dos quais estava, naturalmente, nosso amigo Varlin, formaram apenas uma ínfima minoria na Comuna; eles não eram mais do que catorze ou quinze membros. O resto era composto de jacobinos²⁴⁶.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 292-293. Grifos do autor.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 294.

Após fazer o elogio desses “jacobinos magnânimos”, como Delescluze, que desejam o triunfo da causa popular acima de tudo, concluirá:

(...) como essas massas populares têm atualmente o instinto socialista e não pode fazer outra revolução, hoje, que não seja a revolução econômica e social, os jacobinos de boa-fé, se deixando carregar sempre pela lógica do movimento revolucionário, acabaram por tornarem-se socialistas malgrado eles próprios²⁴⁷.

O que se deve notar é a função dessas diferentes temáticas a partir da tarefa do *Preâmbulo* na arquitetura geral de *L'Empire*: fazer uma apresentação do livro e precisar as coordenadas contextuais de seu próprio discurso. Sob a perspectiva mais ampla do conjunto do livro, o *Preâmbulo* apresenta o programa libertário bakuniniano elaborado nos textos militantes anteriores e o articula com o movimento discursivo e ético-estético de *L'Empire*. Assim, o livro consagra toda a sua obra militante na Internacional com a função-autor e funda um lugar de autoridade para o saber libertário que deve sustenta-la.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 295.

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, faremos uma breve recapitulação da discussão realizada neste trabalho para, em seguida, extrapolar nossas hipóteses e resultados na tentativa de identificar a posição de Bakunin numa perspectiva genealógica do anarquismo.

Bakunin buscou na forma livro uma estratégia para criar um lugar de autoridade para a elaboração teórica de um saber anarquista. A partir de sua adesão à Internacional, sua escrita está sempre a serviço do projeto aliancista de interpretar as correlações de forças conjunturais (desde uma perspectiva histórico-filosófica) para dar um direcionamento político radicalmente revolucionário às seções da Internacional e as associações operárias, e preservar aquilo que é estimado (com Proudhon) como sua maior força – a natureza espontânea da associação e sua solidariedade de base objetiva.

O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social faz parte desta prática militante de combate e propaganda pela escrita. Ao ampliar seu projeto de brochura epistolar inicial (de outubro de 1870) para o projeto mais ambicioso de um “livro” – seu *testamento espiritual* –, Bakunin ampliou as coordenadas textuais e contextuais (com todas as consequências temáticas, poéticas, estilísticas, discursivas e tonais implicadas) de uma mesma prática escriturária militante, realizada nos artigos do jornal *l'Égalité* e em outros, como em *le Réveil* ou *la Liberté*²⁴⁸. Ao fazê-lo, o anarquista buscou sistematizar as temáticas e premissas filosóficas centrais que balizam o seu programa libertário, e que permeiam seus escritos jornalísticos e programáticos de forma mais ou menos difusa. Assim, usou a forma livro para unificá-las em um sistema coerente e aprofundar discussões prévias consideradas especialmente fundamentais, notavelmente sobre a ontologia-epistemologia materialista-naturalista e a teoria da autoridade.

Como *gesto*, *L'Empire* se apresenta como uma “profissão de fé” libertária (como no título do projeto de livro de 1869-70 abandonado). Nesse sentido, e na continuidade do trabalho realizado nos artigos do *l'Égalité*, o livro busca divulgar um programa (entendido como a expressão teórica da vontade instintiva das classes trabalhadoras) e combater os seus inimigos: a ordem burguesa e seus “cultos” da autoridade, mas também os elementos burgueses pretensamente progressistas, como o radicalismo burguês, o socialismo burguês e o socialismo “doutrinário” alemão – o projeto social-democrata lassalliano do “Estado popular” (*Volksstaat*), entendido como um novo rebento do

²⁴⁸ Cf. RUDE, Fernand. Bakounine, militant de la Ire Internationale. In: BAKOUNINE, Michel. *Le Socialisme Libertaire* (org. e ed. F. Rude). Paris: Denoël, 1973, p. 5-32

“revolucionarismo burguês” herdado do jacobinismo, que não reconhece a potência revolucionária espontânea do povo e, por isso, busca tutelá-lo.

No itinerário intelectual e político de Bakunin, *L'Empire* é um momento do incessante trabalho de escrita e reescrita dos manuscritos filosóficos “antiteológicos”. Como um momento nesse processo, ele também foi ultrapassado: seus manuscritos foram parcialmente reciclados em *A Teologia Política de Mazzini e a Internacional* (1871-1872)²⁴⁹ e, mais tarde, no *Escrito contra Marx* (1872)²⁵⁰, no qual as críticas do materialismo histórico e do socialismo “doutrinário” alemão são, enfim, mobilizadas na polêmica pessoal com o comunista alemão. E, semelhante ao procedimento do próprio Bakunin, os muitos manuscritos de *L'Empire* se disseminaram pela Europa após sua morte e foram também reciclados e reconfigurados pelos divulgadores do anarquismo.

Após a morte de Bakunin em 1876, foi criado um comitê internacional para organizar e publicar suas obras póstumas²⁵¹. Foi uma iniciativa de alguns companheiros do anarquista russo, como James Guillaume, Élisée Reclus e Carlo Cafiero, e especialmente de Antonia Kwiatkowski, sua viúva e a então responsável por seus manuscritos. Em 1878, Reclus corrigiu e editou os manuscritos do *Preâmbulo à segunda parte* e o publicou na revista *Le Travailleur* (editada em Genebra por anarquistas de vários países) como um texto autônomo portando o título pelo qual é conhecido até hoje: *A Comuna de Paris e a noção de Estado* [“*La Commune de Paris et la notion de l'État*”].²⁵² Posteriormente, em 1882, Reclus e Cafiero reuniram outros fragmentos inéditos com algumas partes dos *Sofismas Históricos* (a Segunda Parte de *L'Empire*), após um trabalho de edição, publicou aquele que, talvez, seja o texto mais difundido de Bakunin até hoje: *Deus e o Estado* [“*Dieu et l'État*”]²⁵³.

²⁴⁹ ANGAUT, Jean-Christophe. *Liberté et histoire chez Michel Bakounine* (tese de doutorado), 2 vols. Université Nancy 2, 2005, tomo I, p. 258, nota 4.

²⁵⁰ LEHNING, Arthur. “Introduction”. In: BAKOUNINE, VIII, p. xxxix-xliii.

²⁵¹ Sobre a fortuna póstuma dos manuscritos de Bakunin, ver: PÉCHOUX, Pierre. *Écrits et correspondance de Bakounine: bilan des publications*. In: CATTEAU, J. (Org.). *Bakounine, combats et débats*. Paris: Institut d'Études Slaves, 1979, p. 45-59.

²⁵² *Ibidem*, p. ix-lix, esp. p. xxvii-xxx. Para a edição brasileira, ver: BAKUNIN, Mikhail. “A Comuna de Paris e a noção de Estado”. In: *Idem. O princípio do Estado e outros ensaios* (trad. P. A. Coelho; intro. E. Colombo). São Paulo: Hedra (col. Estudos Libertários), 2008, p. 113-138.

²⁵³ Como atentou Arthur Lehning, Reclus formou o texto de *Deus e o Estado* a partir de duas fontes: as provas editoriais de 1871 das páginas 149-210 dos manuscritos de *L'Empire* (que não foram incluídas na Primeira Parte por orientação de Bakunin) e as cópias manuscritas de Gustave Lefrançais das páginas 214-247 dos manuscritos. O texto foi livremente reescrito por Reclus, que cortou e realocou parágrafos inteiros, fez modificações estilísticas e inseriu fragmentos de outros manuscritos originalmente desconectados de *L'Empire*. Durante esse trabalho, as provas editoriais ainda foram revisadas pelo famoso anarquista russo Piotr Kropotkin. Sobre a publicação de *Deus e o Estado*, ver: *Ibidem*, p. xxx-xxxiii. Para a edição brasileira, ver: BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado* (trad. P. A. Coelho; intro. A. B. Bonomo). São Paulo: Hedra, 2008.

O Comitê também foi responsável pela dispersão geográfica dos manuscritos. Após sua formação em 1876, os manuscritos inéditos, até então em posse de Antonia, foram enviados para James Guillaume. Contudo, inicialmente reticente em participar do projeto, ele decidiu enviar os textos para Reclus, guardando consigo o material que já possuía desde 1870-71 (como as *Cartas a um Francês* e a Primeira Parte de *L'Empire*). Desde fins da década de 1880, Reclus passou os manuscritos inéditos para outras mãos. Sua dispersão foi tamanha que, no início dos anos 1900, quando James Guillaume decidiu retomar o projeto iniciado cinco anos antes por Max Nettlau de edição das obras completas de Bakunin, os manuscritos estavam espalhados pelos quatro cantos da Europa: uma parte estava com ele e outros amigos em Paris e Genebra, outra parte foi reunida por Nettlau na Áustria, e ainda outros fragmentos estavam com Piotr Kropotkin na Rússia e com as filhas de Bakunin na Itália.²⁵⁴

Se a fortuna póstuma dos manuscritos de Bakunin atesta uma ligação elementar com o movimento anarquista histórico de fins do século XIX e início do século XX (que se valeu de seus textos inéditos para a divulgação de suas próprias agendas), ainda podemos atestar essa ligação nas continuidades filosóficas e programáticas.

Muitos autores atestam força e a longevidade histórica das formas de ação e do pensamento político bakuninianas. Assim, Ferdinand Rude²⁵⁵ atesta a linhagem genealógica entre a política do sindicalismo revolucionário francês de fins do século XIX e o pensamento programático de Bakunin para a Internacional. Por exemplo, o autor destaca como o sindicalista Amedée Dunois declarou em 1909, na revista “*Portraits d’hier*”, que seus artigos ao *l’Égalité* são “o melhor de sua obra escrita”²⁵⁶. Além disso, os artigos que formam a *Política da Internacional* foram reimpressos em 1910 pelo jornal sindicalista “*Vie Ouvrière*” na coleção “*Petite Bibliothèque*” com a seguinte apresentação:

Demos a essa série de artigos o título que Bakunin lhes havia dado: “Política da Internacional”. Mas você não poderá deixar de notar, amigo leitor, que nós bem poderíamos tê-la intitulado a “Política do Sindicalismo” ou “A Emancipação pela Prática”. O parentesco entre a Internacional e o Sindicalismo irá impressioná-lo.²⁵⁷

²⁵⁴ Sobre a dispersão e reunião dos manuscritos, Cf. LEHNING, Arthur. Michel Bakounine et les historiens. Un aperçu chronologique. In: CATTEAU, J. (Org.). *Bakounine, combats et débats*. Paris: Institut d’Études Slaves, 1979, p. 17-44.

²⁵⁵ RUDE... *op.cit.*

²⁵⁶ *Idem*, p. 15.

²⁵⁷ Citado em *Idem*.

Rude quer demonstrar como os sindicalistas de princípios do século XX reconheciam a herança “bakuninista” da Internacional como sua. Para o autor, a tradição sindicalista revolucionária e o anarcossindicalismo devem bem mais às ideias de Bakunin do que as de Proudhon²⁵⁸. Para reforçar essa ideia, citará a seguinte declaração de Amedée Dunois na mesma revista:

O que é o sindicalismo revolucionário com seu método de ação direta e seu desprezo pelo parlamentarismo burguês, senão um retorno ao espírito e às práticas da Internacional, e particularmente daquela Federação do Jura que Bakunin impregnou tão profundamente dele mesmo...²⁵⁹

Seguindo Rude em parte, Jean-Christophe Angaut também afirmará a continuidade direta entre a concepção programática bakuniniana e o anarcossindicalismo, notavelmente em sua versão espanhola: a política negativa construída pela coordenação CNT-FAI (*Confederação Nacional do Trabalho e Federação Anarquista Ibérica*) na primeira metade do século XX é análoga ou similar a relação Internacional-Aliança, tal como esta foi prevista por Bakunin (inclusive com seus órgãos clandestinos)²⁶⁰. O anarquismo espanhol teria mesmo radicalizado as potencialidades desse programa, levando-a aos seus limites na experiência autogestionária da revolução espanhola de 1936. Referindo-se à acusação de Marx contra a “indiferença política” de Bakunin e dos aliancistas, Angaut dirá que

Ao invés de indiferença política, deve-se falar, a seu propósito, de reabsorção da política na ação sindical, ponto no qual os escritos de Bakunin sobre a Internacional constituem a inauguração de uma tradição anarcossindicalista da qual a carta de Amiens, na França, será uma continuação parcial. A manutenção por Bakunin, paralelamente ao seu engajamento na AIT, de sociedades mais ou menos secretas com vocação política manifesta, no entanto, a impossibilidade que esta reabsorção seja completa – como também será o caso no anarquismo espanhol²⁶¹.

Pensamos que essas observações atestam, sobretudo, a longevidade das premissas ético-morais e das concepções proudhonianas da autogestão e da espontaneidade operária na cultura política socialista libertária do fim do século XIX, embora mediadas (parcialmente) pela interpretação bakuniniana. Embora essas breves observações

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 32.

²⁵⁹ *Idem*.

²⁶⁰ ANGAUT, Jean-Christophe. Le conflit Marx-Bakounine dans l’Internationale: une confrontation des pratiques politiques, *Actuel Marx*, n. 41, 2007-1, p. 112-129, p. 121, nota 35.

²⁶¹ *Idem*, p. 121.

excedam muito o escopo e os limites deste trabalho, destaca-las alarga nossa perspectiva sobre a força histórica do pensamento e das práticas anarquistas de Bakunin.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) FONTES

BAKOUNINE, M. *Considérations philosophiques sur le fantôme Divin, le Monde Réel et l'Homme* (ed. LEHNING, A; intro. ANGAUT, J.-C.). Genebra: Entremonde, 2010.

_____. *La guerre franco-allemande et la révolution sociale en France (1870-1871)*. In: *Oeuvres complètes*, volume VII (textes établis, introduits et annotés par Arthur Lehning). Paris: Champs Libre, 1977.

_____. *La Theologie Politique de Mazzini et l'Internationale. Par M. Bakounine, membre de l'Association Internationale des Travailleurs. Première Partie: L'Internationale et Mazzini*. Neuchâtel: Imprimerie G. Guillaume fils, Commission de propagande socialiste [Saint-Imier], 1871, in-8°, 111 p.

_____. “*L'Empire Knouto-Germanique et la Révolution Sociale (1870-1871)*”. In: *Oeuvres complètes*, volume VIII (textes établis, introduits et annotés par Arthur Lehning). Paris: Champs Libre, 1982.

_____. *Le socialisme libertaire*. Paris: Éd. Denoël, 1973.

_____. *Oeuvres*, 6 vols. (NETTLAU, M.; GUILLAUME, J. ed.). Paris: P.V. Stock, 1895-1913.

BAKUNIN, M. *De baixo para cima e da periferia ao centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakounin* (trad. e org. por A. C. Ferreira e T. B. de Souza Toniatti). Niterói: Editora Alternativa, 2014.

_____. *Deus e o Estado* (trad. P. A. Coelho; intro. A. B. Bonomo). São Paulo: Hedra, 2008.

_____. *Estatismo e Anarquia* (trad. de Plínio A. Coêlho; intro. de Paulo-Edgar A. Resende). São Paulo: Nu-Sol/Imaginário/Ícone, 2003.

_____. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo* (trad. P. A. Coelho; intro. M. Tragtenberg). São Paulo: Cortez, 1988.

_____. *O princípio do Estado e outros ensaios* (trad. P. A. Coelho; intro. E. Colombo). São Paulo: Hedra (col. Estudos Libertários), 2008.

_____. *O Socialismo Libertário* (trad. Olinto Beckerman). São Paulo: Editora Global, 1979.

DRAGOMANOFF, M. *Correspondance de Michel Bakounine*. Lettres a Herzen et a Ogareff (1860-1874) [trad. Marie Stromberg]. Paris: Perrin et Cie, 1896.

FEUERBACH, L. *A essência do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

MARX, K. “Ad Feuerbach (1845)”. In: MARX, Karl et ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, s/d, p. 533-535.

PROUDHON, P.-J. *De la Capacité Politique des Classes Ouvrières*. Paris: Éditions du Trident, 1989.

b) BIBLIOGRAFIA

ANGAUT, J.-C. “Carl Schmitt, Lector de Bakounine”, *Astérion*, n. 6, junho de 2009. On-line em <http://asterion.revues.org/1495> [acessado em 10/05/2014].

_____. Le conflit Marx-Bakounine dans l'Internationale: une confrontation des pratiques politiques. *Actuel Marx*, vol. 41, n.1, p. 112-129, 2007.

- _____. Le statut de la philosophie chez le dernier Bakounine. In: ANGAUT, J.-C. et alii (org.). *Philosophie de l'anarchie: théories libertaires, pratiques quotidiennes et ontologie*. Lyon: Ateliers de Création Libertaire, 2012. p. 191-207.
- _____. *Liberté et histoire chez Michel Bakounine* (tese de doutorado), 2 vols. Université Nancy 2, 2005.
- _____. Marx, Bakounine et la guerre franco-allemande. *Sens public*, p. 1-20, 2005. On-line: <http://www.sens-public.org/spip.php?article131> [acesso em 23 de novembro de 2013, às 02:35].
- ANSART, Pierre. *El nacimiento del anarquismo*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- BERLIN, I. Herzen e Bakounine sobre a liberdade individual. In: *Os pensadores russos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p. 96-123.
- BAKHTIN, M. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 2014.
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____; VOLOCHÍNOV, V. N. A palavra na vida e na poesia. Introdução ao problema da poética sociológica. In: *Idem. Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, p. 147-181.
- BOKKEN, J. Bakounine and the historians. *Libertarian Labor Review*, n. 13, p. 30-32, 1992.
- CARR, Edward H. *Michael Bakounine*. London/New York: Macmillan, 1937.
- CATTEAU, J. (Org.). *Bakounine, combats et débats*. Paris: Institut d'Études Slaves, 1979.
- COLOMBO, Eduardo. "Introdução". In: BAKOUNINE, Mikhail. *O Princípio do Estado e outros ensaios* (trad. P. A. Coelho; intro. E. Colombo). São Paulo: Hedra (col. Estudos Libertários), 2008, p. 9-24.
- CORRÊA, F. A Bibliografia de Mikhail Bakounine. *ANARKISMO.NET*, 2010. On-line: <http://www.anarkismo.net/article/16810> [acesso em: 10 de maio de 2014, às 01:31]
- _____. A lógica do Estado em Mikhail Bakounine. *ITHA*, 2014. On-line: <http://ithanarquista.wordpress.com/2014/05/23/felipe-correa-a-logica-do-estado-em-bakounin/> [acesso em: 31 de maio de 2014, às 02:17]
- CUTLER, R. Bakounine and the Psychobiographers: The anarchist as Mythical and Historical Object. *Klio*, p. 1-18, 1990. On-line em <http://www.robertcutler.org/bakounin/ar09klio.htm> [acessado em 02 de maio de 2014, às 20:07].
- DARNTON, Robert. Os leitores respondem a Rousseau: a fabricação da sensibilidade romântica. In: *Idem. O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa* (trad. Sônia Coutinho). Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986, p. 277-328
- DEL GIUDICE, M. *The young Bakounine and Left Hegelianism: Origins of russian radicalism and theory of praxis, 1841-1842* (tese de doutorado). Montreal, McGill University, 1981.
- FERREIRA, A. Trabalho e ação: o debate entre Bakounine e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea. *Em Debate*, v. 04, p. 1-23, 2010.
- _____. Anarquismo, pensamento e práticas insurgentes: fenômeno da "Primeira Internacional"? In: BAKOUNINE, M. *De baixo para cima e da periferia ao centro: textos*

- políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin* (trad. e org. por A. C. Ferreira e T. B. de Souza Toniatti). Niterói: Editora Alternativa, 2014, p. 21-61.
- _____; TONIATTI, T. B. de Souza. O estado dos estudos e das publicações sobre anarquismo no Brasil hoje. In: BAKUNIN, M. *De baixo para cima e da periferia ao centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin* (trad. e org. por A. C. Ferreira e T. B. de Souza Toniatti). Niterói: Editora Alternativa, 2014, p. 7-20.
- FOUCAULT, Michel. “O que é um autor?”. In: *Idem, Ditos e escritos III – Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2001. p. 264-298.
- GUMBRECHT, H. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- GURVITCH, George. *Proudhon*. Lisbôa: Edições 70, 1983.
- JAUSS, H. L’histoire de la littérature: um défi à la théorie littéraire. In: *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard, 1977, p. 23-88.
- LEHNING, A. Michel Bakounine et les historiens. Un aperçu chronologique. In: CATTEAU, J. (Org.). *Bakounine, combats et débats*. Paris: Institut d’Études Slaves, 1979, p. 17-44.
- LEIER, M. *Bakunin: the creative passion*. Leiden: E.J. Brill, 2002.
- MANFREDONIA, G. En parlant du débat Marx, Proudhon, Bakounine. *Contretemps*, n. 6, p. 88-100, 2003.
- MCLAUGHLIN, P. *Mikhail Bakunin: the philosophical basis of his anarchism*. New York: Algora, 2002.
- NETTLAU, M. “Apresentação”. In: BAKUNIN, Mikhail. *Federalismo, Socialismo, Antiteologismo*. São Paulo : Cortez, 1988, p. xvii-xx.
- NORTE, Sérgio. *Bakunin: sangue, suor e barricadas*. São Paulo: Papyrus, 1988.
- PÉCHOUX, P. Écrits et correspondance de Bakounine: bilan des publications. In: CATTEAU, J. (Org.). *Bakounine, combats et débats*. Paris: Institut d’Études Slaves, 1979, p. 45-59.
- PIOZZI, P. *Os arquitetos da ordem anárquica: de Rousseau a Proudhon e Bakunin*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- PYZIUR, E. *The Doctrine of Anarchism of Michael A. Bakunin*. Chicago: Gateway, 1955.
- RUDE, F. Bakounine, militant de la Ire Internationale. In: BAKOUNINE, Michel. *Le Socialisme Libertaire* (org. e ed. F. Rude). Paris: Denoël, 1973, p. 5-32.
- SAMIS, A. *Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.
- WOODCOCK, G. *História das ideias e movimentos anarquistas*, 2 vols. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2007.